

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

DIANA CHAUKAT CHAIB

ESTIMAÇÃO DO ÍNDICE AGREGADO DE DEPENDÊNCIA ECONÔMICA

Varginha/MG

2019

DIANA CHAUKAT CHAIB

ESTIMAÇÃO DO ÍNDICE AGREGADO DE DEPENDÊNCIA ECONÔMICA

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Economia pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Economia aplicada.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Débora Juliene Pereira Lima.

Varginha/MG

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas
Biblioteca *campus* Varginha

Chaib, Diana Chaukat.

C434e Estimação do índice agregado de dependência econômica / Diana Chaukat
Chaib. - Varginha, MG, 2019.
102 f. : il. -

Orientadora: Débora Juliene Pereira Lima.

Dissertação (mestrado em Economia) - Universidade Federal de Alfenas,
campus Varginha, 2019.
Bibliografia.

1. Economia. 2. Desenvolvimento econômico. 3. América Latina -
Economia. I. Lima, Débora Juliene Pereira. II. Título.

CDD – 330

DIANA CHAUKAT CHAIB

ESTIMAÇÃO DO ÍNDICE AGREGADO DE DEPENDÊNCIA ECONÔMICA

A Banca examinadora abaixo-assinada aprova a dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra em Economia pela Universidade Federal de Alfenas, *campus* Varginha. Área de concentração: Economia e Desenvolvimento.

Aprovada em: 16/08/2019.

Prof.ª Dr.ª Débora Juliene Pereira Lima
Universidade Federal de Alfenas

Assinatura: 

Prof. Dr. Michel Deliberali Marson
Universidade Federal de Alfenas

Assinatura: 

Prof. Dr. Rodrigo Straessli Pinto Franklin
Universidade Federal do Espírito Santo

Assinatura: 

Em memória de Naam Khalil Murad

AGRADECIMENTOS

Escrever os agradecimentos me parece uma tarefa quase tão árdua quanto escrever a própria dissertação. Digo isso, porque por trás deste trabalho estiveram envolvidas muitas pessoas queridas.

De todas essas pessoas, não poderia deixar de começar agradecendo ao Vicente. Não só por me permitir aprimorar minhas ideias durante nossas conversas, não só por permanecer do meu lado. Não só por me apoiar incondicionalmente em todas as escolhas que fiz desde o primeiro dia que comecei a escrever este trabalho. Não só por abrir minha cabeça e sempre ‘me jogar’ pra frente. Não só pelos imensuráveis aprendizados que tive e tenho, todos os dias, com ele. Mas por tudo. Penso que se as relações humanas fossem quantificáveis, teria com ele uma dívida que certamente não posso pagar.

Hoje encerro um ciclo muito importante na minha vida: desde a graduação, foram 6 anos de muito crescimento. Por isso, sou grata a Universidade Federal de Alfenas. Pensando então na universidade, devo sinceros agradecimentos à professora Débora, minha orientadora; ao professor Michel pelas valiosas contribuições dadas a este trabalho; ao professor Thiago Gambi, que por ser tão humano, me escutou todas as vezes que eu, aflita e me colocando diante de alguma barreira, corria para a sua sala, e mais do que isso, me deu o apoio que eu precisava para seguir em frente com as ideias. Agradeço ao professor Rodrigo Franklin, por ter sido inspiração de muitos *insights* desta pesquisa, pelas inestimáveis contribuições na construção do meu objeto de estudo, por ter me recebido tão bem em Vitória-ES durante meu período de pesquisa e por todo entusiasmo com o meu trabalho. Agradeço a professora Kellen por todas as conversas e aprendizados, a professora Curi, pelo apoio, pelos abraços, pelo amor e todo carinho comigo e a professora Vanessa Tavares, por me ensinar tanto, por ser um poço de humanidade.

Agradecendo a minha família, gostaria de agradecer aos meus pais, Wafaa e Chaukat, que dupla! Agradeço ao apoio incondicional de vocês, que sempre apoiaram minhas escolhas e acreditaram em mim, independente de qualquer coisa. Souberam entender as minhas ausências durante o período do mestrado. A vocês não existem palavras que equivalem a tudo que vocês representam. Impossível agradecer tanto amor e carinho diante de tantas idas e vindas. Assim, agradeço também a meu tio Omar, que representa pra mim uma figura paterna que encontrei apoio muitas vezes em dias difíceis. Sem vocês, nada disso faria sentido. Obrigada por todas as lutas que lutamos juntos, todas as lágrimas que derramamos juntos e todos os sonhos que sonhamos juntos. Enfim, obrigada pela vida que vocês me proporcionam! Amo vocês!

Agradecendo aos meus amigos e amigas, agradeço ao Beijo por todos os momentos e risadas que serão guardados com muito carinho; Bia, por ter sido a melhor pessoa que morei junto; Grazi, por todas as vezes que me recebeu tão bem em São Paulo nas minhas idas a congressos; Isa Bujato, por ter me acolhido com tanto amor, Matheusão, Heitor, Dani Ribeiro, Lango, Gigo, Rúbio, Letícia Maria, Ana Mara, Mari Neder, Fe Massafra, Mari Duarte, Jéssica Aparecida, Jéssyca Paiva, Vanessa Terra (meu docinho), agradeço ainda toda a família que construímos na Vila do Chaves e aos meus amigos da turma do mestrado que ficaram marcados pelos inúmeros sufocos pelos quais passamos juntos! Sem dúvidas foram os melhores anos da minha vida! Assim, agradeço a todos os meus amigos que estiveram presentes e me deram força para continuar.

Por fim, agradeço a Deus. Muitos dizem que a construção de uma dissertação é uma batalha solitária, no meu caso, entretanto, não foi. Deus esteve presente em cada minuto deste percurso e sem Ele nada disso seria possível.

Este trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Brasil – Código de Financiamento 001.

Primeiro levaram os negros
Mas não me importei com isso
Eu não era negro

Em seguida levaram alguns operários
Mas não me importei com isso
Eu também não era operário

Depois prenderam os miseráveis
Mas não me importei com isso
Porque eu não sou miserável

Depois agarraram uns desempregados
Mas como tenho meu emprego
Também não me importei

Agora estão me levando
Mas já é tarde.
Como eu não me importei com ninguém
Ninguém se importa comigo

Bertold Brecht

RESUMO

A teoria da dependência surgiu em meados da década de 1960 visando compreender o subdesenvolvimento dos países da América Latina. Partindo desta teoria, a presente dissertação tem por objetivo contribuir para uma construção metodológica que permite a análise concreta de situações econômicas de países periféricos como os países latino-americanos. Para tanto, após resgatar as bases teóricas da dependência, como o Imperialismo e a Cepal, e retomar a teoria a partir de suas principais abordagens, a pesquisa apresenta a proposta de mensuração da dependência de alguns países da América Latina e dos Estados Unidos, no período que compreende os anos de 1990 a 2014. A fim de atingir o objetivo proposto, a metodologia adotada consiste na construção de um índice que mensura o grau de dependência das economias do grupo de países citado. Os resultados evidenciaram que o Chile é o país com maior grau de dependência, dentre o grupo de países analisados, seguido da Colômbia e do Brasil. Além disso, verificou-se que, em períodos marcados pela adoção de políticas neoliberais, a dependência para os países periféricos aumentou. Esse resultado sugere que o receituário neoliberal pode ter aprofundado, nesses países, a dependência de investimentos estrangeiros. O índice dos Estados Unidos corrobora com a teoria da dependência, à medida que, por ser um país do centro, apresenta patamares menores de dependência quando comparado a um país periférico.

Palavras-chave: Teoria da dependência. Índice. Mercado mundial.

ABSTRACT

The theory of dependence emerged in the mid-1960s to understand the underdevelopment of Latin American countries. Based on this theory, this dissertation aims to contribute to a methodological construction that allows the concrete analysis of economic situations in peripheral countries such as Latin American countries. Therefore, after rescuing the theoretical bases of dependence, such as Imperialism and Cepal, and taking the theory from its main approaches, the research presents the proposal of measuring the dependence of some countries in Latin America and the United States, in the period from 1990 to 2014. In order to achieve the proposed objective, the adopted methodology consists in the construction of an index that measures the degree of dependence of the economies of the mentioned group of countries. The results showed that Chile is the country with the highest degree of dependence, among the group of countries analyzed, followed by Colombia and Brazil. Moreover, in periods marked by the adoption of neoliberal policies, dependence on peripheral countries increased. This result suggests that neoliberal prescriptions may have deepened dependence on foreign investment in these countries. The United States index corroborates the theory of dependency, as it is a central country and has lower levels of dependence when compared to a peripheral country.

Keywords: Dependence theory. Index. World market.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Índice agregado de dependência econômica para os países.....	72
Gráfico 2 - Índice agregado de dependência econômica - Argentina (1992 a 2014).....	72
Gráfico 3 - Índice agregado de dependência econômica - Brasil (1990 a 2014).....	75
Gráfico 4 - Índice agregado de dependência econômica - Chile (1990 a 2014).....	78
Gráfico 5 - Índice agregado de dependência econômica - Colômbia (1992 a 2014).....	80
Gráfico 6 - Índice agregado de dependência econômica – Costa Rica (1994 a 2014).....	82
Gráfico 7 - Índice agregado de dependência econômica – Estados Unidos (1991 a 2013).....	83
Gráfico 8 - Índice agregado de dependência econômica - México (1992 a 2014).....	84
Gráfico 9 - Índice agregado de dependência econômica - Uruguai (2006 a 2014).....	86
Quadro 1 - Índice agregado de dependência econômica	60

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - $\Delta\%$ da média anual de horas trabalhadas por pessoa ocupada - valores observados	63
Tabela 2 - Esperança de vida ao nascer (anos) - valores observados	64
Tabela 3 - Índice de Gini (%) - valores observados	65
Tabela 4 - Índice de incidência de pobreza em US\$3,20 por dia (% da população total) - valores observados	66
Tabela 5 - Remessa de juros, lucros e dividendos (% do PIB) – valores observados	67
Tabela 6 - Exportações de baixa e média tecnologia (% do total dos manufaturados exportados) - valores observados	68
Tabela 7- Índice agregado de dependência econômica (IADE)	71
Tabela 8 - Δ da média anual de horas trabalhadas por pessoa ocupada - valores padronizados	97
Tabela 9 - Esperança de vida ao nascer - valores padronizados	98
Tabela 10 - Índice de Gini - valores padronizados	99
Tabela 11 - Índice de incidência de pobreza - valores padronizados.....	100
Tabela 12 - Remessa de juros, lucros e dividendos (% do PIB) - valores padronizados..	101
Tabela 13- Exportações de baixa e média tecnologia (% do total dos manufaturados exportados) - valores padronizados	102

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	BASES TEÓRICAS DA DEPENDÊNCIA	15
2.1	IMPERIALISMO	15
2.2	O ESTRUTURALISMO E O NEOESTRUTURALISMO CEPALINO	24
3	A TEORIA DA DEPENDÊNCIA	30
3.1	TEORIA WEBERIANA DA DEPENDÊNCIA	32
3.2	TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA	37
3.2.1	A integração ao mercado mundial	39
3.2.2	A troca desigual	41
3.2.3	A superexploração do trabalho	48
3.2.4	O ciclo do capital na economia dependente	50
4	METODOLOGIA	52
4.1	TRANSFERÊNCIA DE VALOR NO PLANO DO COMÉRCIO MUNDIAL ..	55
4.2	REMESSA DE (MAIS) VALOR PARA AS ECONOMIAS CENTRAIS SOB OUTRAS FORMAS	55
4.3	SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO	56
4.4	INDICADOR AGREGADO DE DEPENDÊNCIA ECONÔMICA	58
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	70
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
	REFERÊNCIAS	91
	APÊNDICE	99

1 INTRODUÇÃO

No debate sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento ganha destaque a teoria da dependência, que surgiu em meados da década de 1960, buscando compreender e explicar as características do desenvolvimento socioeconômico da América Latina. Essa teoria chama atenção à medida que tenta compreender a reprodução do sistema capitalista de produção como um sistema que cria e amplia as desigualdades, em termos políticos, econômicos e sociais, de modo que a economia de certos países estaria condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outras.

Todavia, a realidade da América Latina hoje é muito diferente daquela na qual o debate da dependência se desenrolou. Além da dinâmica interna da sociedade, Franklin (2015) ressalta que essa nova realidade se apresenta em função de mudanças mais amplas no mundo como um todo e marcaram a forma como esses países se inserem no comércio mundial. Por se tratar de uma realidade distinta, fica evidente que a teoria da dependência elaborada pelos autores, para ser aplicada aos dias de hoje, precisa passar por uma análise de seu conteúdo (FRANKLIN, 2015).

Diante disso, algumas perguntas que incitam esta pesquisa são: a dependência se apresenta hoje da mesma forma que antes? Ou então, qual dos países periféricos tem maior grau de dependência? Qual a trajetória que a dependência tem mostrado nos últimos anos? Com o objetivo de responder estas questões e contribuir para a construção de uma estrutura metodológica dentro do debate marxista para a análise da situação dos países periféricos, esta pesquisa se atém ao lado econômico e concreto da dependência e propõe quantificar a dependência econômica de alguns países da América Latina e dos Estados Unidos, buscando diminuir a abstração dessa teoria e inovar a forma de interpretar essa situação.

O interesse dos economistas pelos problemas associados a essa situação de dependência deriva-se do fato de que esta pode provocar consequências negativas sobre a atividade econômica de determinada região. Sob aspectos mais gerais de bem-estar, pode-se considerar que tais problemas aprofundam a pobreza e a desigualdade social.

Tal como no método dialético, essa pesquisa parte da ideia de que o concreto é ponto de partida e ponto de chegada e apresenta a proposta de criação de um índice que mensura o grau de dependência econômica de alguns países, no período de 1990 até 2014. O índice recebe o nome de índice agregado de dependência econômica (IADE) e foi criado para Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Estados Unidos, México e Uruguai. O Estados Unidos foi escolhido em função do fato de ser um país do centro, o que possibilita uma comparação do

grau de dependência deste com os países da América Latina. A escolha dos países latino-americanos, bem como o recorte temporal se limita pela disponibilidade de dados da série histórica. Ainda que os autores da teoria apontem que os mecanismos da dependência operam somente em países periféricos, a inclusão de um país do centro no grupo dos países estudados é interessante porque permite verificar se de fato o índice proposto está mensurando a dependência econômica e criar um parâmetro entre o grau de dependência dos países.

Assim, por meio da retomada da teoria marxista da dependência, investigando como essa condição de dependente impacta no processo de acumulação de capital dentro da lógica dos países periféricos, a principal contribuição desta pesquisa é a construção do índice como representação do grau de dependência econômica de um país e como ferramenta que, por agregar propriedade de comunicação, facilita um diálogo mais fluído dentro da teoria.

Para atingir o objetivo, esta pesquisa encontra-se dividida nos seguintes capítulos, além desta introdução: Capítulo 2, o qual trata das bases teóricas da dependência: as teses clássicas do Imperialismo e as principais propostas desenvolvimentistas da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL); Capítulo 3, composto pela discussão da teoria da dependência segundo a orientação weberiana e a marxista; Capítulo 4, no qual se apresenta a metodologia e detalha-se minuciosamente cada passo adotado para a criação do índice. Os resultados e a discussão e as considerações finais compõem, respectivamente, o Capítulo 5 e o 6. Por fim, têm-se as referências.

2 BASES TEÓRICAS DA DEPENDÊNCIA

No decorrer da discussão veremos que a teoria da dependência surgiu diante da necessidade de complementar as teses clássicas do imperialismo. Amaral (2012), além de entender a dependência como um desdobramento lógico das teses do imperialismo, defende que este tem passado por uma “reinvenção” que se associa à fase atual do capitalismo, na qual o processo de acumulação se dá na financeirização do capital. Dessa forma, as transferências recentes de capitais concretizam a necessidade de reaver as características do imperialismo.

Por esse motivo, neste primeiro capítulo serão apresentadas as principais ideias do imperialismo, dada a importância para posterior reflexão sobre a teoria da dependência. Essa temática foi criada por John Atkinson Hobson em 1902. A primeira obra marcante do autor foi *Imperialismo: um estudo* que, de acordo com Bugiato (2007), é considerada a precursora dos estudos sobre o tema que influenciou todo o debate decorrente.

2.1 IMPERIALISMO

Em sua obra, Hobson afirma que o “novo imperialismo” se diferencia do velho, já que no lugar da aspiração de apenas um império crescente, segue a teoria e a prática da rivalidade entre impérios, cada um destes guiando-se por apetites de expansão política e lucro comercial. Além disso, os interesses financeiros, ou que se relacionam com o investimento de capital prevalecem sobre os interesses comerciais (HOBSON, 1902).

Em geral, o argumento do autor centrava-se na ideia de que o Império era ineficaz para a economia das sociedades imperialistas e corrompia a democracia. Sugere que o imperialismo não é intrínseco ao capitalismo, já que uma melhora no padrão de consumo dos trabalhadores seria o suficiente para reverter a tendência ao expansionismo externo, ainda que hipoteticamente (MARIUTTI, 2013).

Em outras palavras, Hobson tinha capacidade de lançar mão de um olhar atento às questões de seu tempo, reconhecendo a injustiça do imperialismo (BÓRON, 2006). Talvez por isto, tenha exercido tanta influência sobre as contribuições marxistas desse tema. Alguns dos princípios centrais das teses clássicas do imperialismo com esse viés foram formulados, nas duas primeiras décadas do século XX, por Rudolf Hilferding, Rosa Luxemburgo, Nicolai Bukharin e Vladimir Lenin¹ (AMARAL, 2012).

¹ Vale dizer que não serão apresentadas as ideias gerais de Kautsky, uma vez que Lenin (2008) afirma que sua definição é errada além de não ser marxista. Como esta seção tem seu foco nas teses clássicas do imperialismo com esse viés, consideramos que a obra do autor não seja pertinente para esta análise.

A famosa obra de Hilferding publicada em 1910, *O Capital Financeiro*, é considerada a primeira análise de embasamento marxista da transformação do capitalismo liberal e concorrencial. Além disso, se encaixava como uma continuação de *O Capital* de Karl Marx, no sentido de propor uma discussão sobre o mercado mundial, assunto presente nos estudos deste autor, mas não finalizado (AMARAL, 2012).

Hilferding destaca dois aspectos do desenvolvimento capitalista que considera intrínsecos ao imperialismo: a tendência à concentração e centralização do capital² que teria acarretado na junção do capital bancário e do capital industrial. Isto significa que o capital industrial depende progressivamente dos recursos oferecidos pelos bancos para a construção de trustes e cartéis das indústrias. O autor considera então que o capital financeiro consiste na unificação do capital, implicando em uma relação estreita entre os capitalistas da indústria e os do setor bancário (HILFERDING, 1985). Dessa forma, o capital financeiro se materializa na formação de grupos gigantescos e poderosos, articulados em torno do vínculo de interesses entre o setor bancário e o industrial (MARIUTTI, 2013). Essa união resulta na eliminação da livre concorrência dos capitalistas por meio das grandes associações monopolísticas, o que também acarreta na mudança da relação da classe capitalista com o poder do Estado (HILFERDING, 1985).

A ideologia do capital financeiro é completamente oposta à do liberalismo. O capital financeiro não tende a liberdade e sim a dominação; não visa autonomia do capital industrial, mas sim o seu atrelamento; não define com bons olhos a anarquia da concorrência e tem como foco a organização, com finalidade de retomar a concorrência em uma escala mais alta. Todavia, para que essa superioridade seja mantida, é necessário um Estado que lhe assegure o mercado interno frente à política aduaneira, que facilite a conquista de mercados estrangeiros. Isto é, um Estado poderoso que, no âmbito comercial, não tenha necessidade de respeitar os interesses opostos de outros Estados e que faça valer seus interesses financeiros no cenário internacional. Em outras palavras, o capital financeiro precisa “caminhar de mãos dadas” com um Estado que possa intervir em toda parte, praticar uma política de expansão e poder incorporar novas colônias (HILFERDING, 1985). Nesse sentido, o imperialismo nasce como uma superação dos velhos pressupostos liberais, evidenciando a crença na harmonia de interesses existentes no mundo da luta capitalista, no reino de paz e na garantia de direito dos povos como algo ilusório. Em particular, a política do capital financeiro significa uma rigorosa expansão e busca por novas áreas de investimento e novos mercados. A expansão é o interesse comum em todo capital e,

² Vale dizer que ambos os termos foram anteriormente definidos por Marx. O primeiro se relaciona ao processo de acumulação e o segundo ao momento de recessão (AMARAL, 2012).

durante o protecionismo, esse movimento só é possível por meio do imperialismo (HILFERDING, 1985).

Sobretudo, a expansão do mercado interno por meio de um aumento no salário impõe aos empresários uma queda na taxa de lucro que, por sua vez, posterga a acumulação e simultaneamente o capital é induzido para as indústrias manufatureiras, ambiente no qual a concorrência é maior e a capacidade de cartelização³ é menor. O interesse da classe empresarial gira em torno da ampliação do mercado, mantendo inalterada a taxa de lucros e isso seria viável com a ampliação do mercado externo. Isso ocorre, por exemplo, quando uma parte de um novo produto deixa de ser renda dos operários, não incrementando a demanda interna, e passa a ser investido como capital que serve de base para a produção dirigida ao mercado externo. Nesse caso, a taxa de lucro é maior e a acumulação acontece mais rápida. Dessa forma, frente ao impasse de interesses, empresários com vista ao mercado externo e os trabalhadores visando o interno, essa questão seria resolvida na política salarial (HILFERDING, 1985).

Tem-se, portanto, que a resposta do proletariado à política econômica do capital financeiro (o imperialismo) não se baseia no livre comércio, mas sim no socialismo, isto é, eliminação da concorrência com a superação do capitalismo. O socialismo deixa de ser um ideal distante e passa a se configurar como um componente essencial da política do proletariado. Assim, o autor aponta o socialismo como a única resposta ao imperialismo pois é capaz de assegurar a independência política dos operários e provar sua superioridade em defesa dos interesses proletários. Todavia, o que o capital financeiro faz é colocar a disponibilidade da produção social nas mãos de um grupo muito pequeno de grandes capitalistas, separando a direção de produção da propriedade e socializando a produção ao limite a ser atingido dentro do capitalismo (HILFERDING, 1985).

Nesse sentido, pode-se considerar que uma das mensagens principais da obra de Hilferding é que o capital financeiro é uma importante ferramenta dos grandes capitalistas já que viabiliza o domínio da economia em todos os aspectos. O autor define, portanto, que o imperialismo é um caso particular de política adotado essencialmente no cenário do capital financeiro.

³ De acordo com Hilferding (1985), a exportação de cartel é o imperativo para a rápida expansão do capitalismo. Essa expansão é uma condição vital da sociedade capitalista no geral e, simultaneamente, a condição de manutenção e aumento da taxa de lucro. Essa política expansionista, por sua vez, une todas as camadas de proprietários a serviço do capital financeiro.

Rosa Luxemburgo adota como ponto de partida a crítica aos esquemas de reprodução⁴ de Marx (CAMPOS; SABADINI, 2019). Em sua principal obra, *A Acumulação do Capital*, a autora afirma que essa ideia não explica o processo de acumulação⁵ da maneira como realmente ocorre e da forma que se impõe historicamente. Segundo suas próprias palavras, “na realidade não existe, nem existiu jamais, nenhuma sociedade capitalista que estivesse submetida ao domínio exclusivo da produção capitalista” (LUXEMBURGO, 1984, p. 17). Ao fazer essa crítica, a autora rompe com a hipótese de que a instabilidade do capitalismo é fruto das diferenças entre os ramos de produção, pressuposto de uma economia pautada nas decisões individuais (AMARAL, 2012).

Além disso, Luxemburgo (1984) considera ainda que o capitalismo se origina e se desenvolve historicamente em um meio social não capitalista. Nos países da Europa Ocidental, por exemplo, esse sistema se desenvolveu inicialmente no meio feudal, o qual lhe transmitiu sua forma primitiva. Em outras palavras, é como se Luxemburgo, por meio de sua crítica aos esquemas de reprodução, estivesse apontando que as crises do sistema capitalista fazem parte do desdobramento lógico do funcionamento desse sistema. Essa ideia de que as crises são intrínsecas ao capitalismo remonta a um pensamento próprio de Marx. O que a autora diverge de Marx é no que seriam as causas da instabilidade do sistema.

Partindo do pressuposto que o capitalismo é composto por formas econômicas não capitalistas, a autora afirma que o mesmo consiste da junção da decadência dessas formas. Então, inserida no contexto histórico, a acumulação de capital pode ser entendida como o processo de troca de elementos realizado entre esses modos de produção capitalista e não capitalista. Sem ambos os modos, é como se a acumulação de capital não acontecesse. Sendo assim, o que Marx define como esquema de acumulação corresponde, segundo a autora, somente à tendência histórica e objetiva do movimento acumulativo e seu resultado teórico final. Isso significa que esse processo cria uma tendência a substituir a economia natural pela economia mercantil e esta, pela economia capitalista, o que implica, por sua vez, que o modo de produção capitalista tenha domínio absoluto em todos os países e ramos produtivos (LUXEMBURGO, 1984).

⁴ Esse esquema busca descrever o processo de acumulação considerando que capitalistas e operários são os únicos representantes do consumo social. Assim, pelo que estabelece o esquema, não existe nenhuma outra classe social, senão a dos capitalistas e dos trabalhadores, de forma que todas as “demais pessoas” da sociedade (funcionários, clérigos e afins) devem ser incluídas em alguma classe, de preferência, à dos capitalistas (LUXEMBURGO, 1984). A solução que Rosa Luxemburgo destaca é a de que, além de capitalistas e operários, existem mercados externos à reprodução capitalista enquanto representantes do consumo social (AMARAL, 2012).

⁵ A acumulação não é simplesmente uma relação interna entre dois ramos da produção, deve ser vista, sobretudo, como uma relação entre o capital e o meio não capitalista (LUXEMBURGO, 1984).

Nesse ponto, uma questão vem à tona: à proporção que a realização e a capitalização da mais-valia transformam-se em tarefas impossíveis, a acumulação também se torna inviável. Diante dessa questão, a autora entende que, essa impossibilidade de haver acumulação significa que não se pode ter desenvolvimento das forças produtivas e é dessa forma que se origina a necessidade histórica do declínio do capitalismo. Disso resulta o movimento contraditório da fase imperialista, como período final da trajetória histórica do capital.

Assim, Luxemburgo (1984) considera que o imperialismo representa uma expressão política de todo o processo de acumulação do capital, em uma competição pelo domínio de regiões da Terra que ainda não haviam sido conquistadas pelo capital. A fase imperialista⁶ da acumulação de capital, também conhecida como fase da concorrência capitalista internacional, compreende a industrialização das antigas áreas interiores do capital, nas quais este processava a realização de sua mais-valia (LUXEMBURGO, 1984).

Nesse período imperialista, os empréstimos externos representavam papel extraordinário como meio de soberania dos novos Estados capitalistas. A contradição dessa fase se manifesta nas oposições características do moderno sistema desses empréstimos, já que são imprescindíveis para a autonomia das nações capitalistas recém-formadas, constituem para as velhas nações capitalistas a forma mais segura de tutelar os novos Estados e exercer controle sobre suas finanças (LUXEMBURGO, 1984).

Tendo em vista o desenvolvimento e a concorrência cada vez mais acirrada e violenta entre os países capitalistas, frente à conquista de regiões não capitalistas, o imperialismo tanto aumenta em violência o seu comportamento agressivo em relação ao mundo não capitalista, como coloca em evidência as contradições entre os países concorrentes. Por outro lado, à medida que a violência no esforço imperialista aumenta na destruição de culturas não capitalistas, mais rapidamente ocorre a destruição da base de acumulação do capital e o meio mais seguro de se colocar um ponto final em sua existência (LUXEMBURGO, 1984).

Em suma, a autora parte da recomposição e análise crítica do esquema de reprodução do capital proposto por Marx e considera que o imperialismo seja fruto das dificuldades da reprodução ampliada do capital.

Em 1917, cerca de dois anos após a obra de Rosa Luxemburgo, Bukharin escreveu *A Economia Mundial e o Imperialismo*, obra na qual o autor entende a temática do imperialismo como uma questão de apreciação das tendências da evolução da economia mundial e das

⁶ A primeira década do século XX foi caracterizada de modo particular pelo movimento mundial imperialista do capital, como na Ásia, Europa: Rússia, Turquia, Pérsia, Índia, Japão, China, tal como o norte da África (LUXEMBURGO, 1984).

prováveis mudanças na sua estrutura interna. Dentre essas tendências, merece destaque a internacionalização das relações econômicas, relacionada com o crescimento do comércio internacional, com a intensificação do processo de exportação de capital e com a nacionalização crescente dessas relações.

Com isso, Bukharin (1985) centra seus esforços em mostrar que a política imperialista só aparece em determinado nível do desenvolvimento histórico. Além de tratar o imperialismo como a política do capital financeiro, o autor reconhece que esse conceito deve ser visto como uma ideologia.

As possíveis teorias dominantes na literatura corrente sobre essa temática do imperialismo são distinguidas em duas. A primeira reconhece na moderna política de conquista uma luta de raças: raça eslava e raça teutônica, segundo pertençam a tal ou qual grupo. Essa teoria encontra condições propícias no desenvolvimento de “sentimento nacional” das classes interessadas em explorar a sobrevivência das velhas formações no interesse da organização de Estado do capital financeiro. A segunda teoria define o imperialismo como uma política de conquista em geral. Diante dessa visão, pode-se tratar do imperialismo de Alexandre da Macedônia e dos conquistadores espanhóis, de Cartago e de João III, da Roma Antiga e América Moderna e de Napoleão, de maneira igual.

Ante isso, o autor considera que ambas as teorias são falsas já que, para que se compreenda teoricamente qualquer fase da evolução é preciso entendê-la dentro de suas particularidades, seus traços distintivos e condições específicas inerentes a ela. Esse método foi o adotado por Marx e tal deve ser a maneira, própria de um marxista de abordar a análise do imperialismo (BUKHARIN, 1985).

Partindo da ideia de que a política imperialista é uma forma de luta por meio da concorrência, o autor a examina como um caso particular da concorrência capitalista, ou seja, a concorrência inserida no contexto do capital financeiro. Sabe-se que os principais processos do desenvolvimento capitalista se distinguem em concentração⁷ e centralização do capital. Para essas noções, segue a seguinte definição de Marx:

Todo capital individual é uma concentração em maior ou menor escala, de meios de produção com o correspondente comando de um exército maior ou menor de operários. Toda acumulação passa a ser instrumento de nova acumulação. Na medida em que cresce, a massa de riqueza que funciona como capital amplia a concentração nas mãos de capitalistas individuais; e alarga, portanto, em grande escala, a base de produção e os métodos de produção

⁷ A forma inicial desse processo é a concentração do capital na empresa individual. Essa forma foi predominante até o último quarto do século XIX (BUKHARIN, 1985).

especificamente capitalistas. [...] O crescimento do capital social opera-se por meio do crescimento de muitos capitais particulares. Dois pontos caracterizam essa espécie de concentração que repousa diretamente sobre a acumulação ou, antes, que se confunde com ela. Em primeiro lugar, considerando-se iguais todas as demais circunstâncias, a crescente concentração dos meios sociais de produção nas mãos de capitalistas particulares tem por limite o grau de crescimento da riqueza social. Em segundo lugar, a parte do capital social localizada em cada esfera especial da produção reparte-se entre numerosos capitalistas, independentes e concorrentes entre si. A essa dispersão do capital social total em numerosos capitais individuais - ou a essa repulsão recíproca de muitos capitais individuais - opõe-se a força de atração. Já não se trata de uma concentração simples, idêntica à acumulação. Trata-se da concentração de capitais já formados, da supressão de sua autonomia particular, da expropriação de um capitalista por outro, da transformação de muitos capitais pequenos em um punhado de avultados capitais. Esse processo distingue-se do anterior por pressupor simplesmente uma repartição diferente dos capitais existentes e já em função. O capital acumula-se nas mãos de um precisamente porque sai das mãos de muitos. É a centralização propriamente dita, em oposição à acumulação e à concentração. (MARX, 2008, p. 728).

Isto significa que a concentração transmite a ideia de crescimento do capital por meio do mecanismo de capitalização da mais-valia por esse mesmo capital. Centralização é entendida como a junção de diversos capitais em um só. Esses dois processos agem constantemente um sobre o outro: uma forte concentração do capital acelera a absorção das empresas menores e, inversamente, a centralização gera a acumulação do capital individual e agrava, em consequência, o processo de concentração (BUKHARIN, 1985).

Com o desenvolvimento das sociedades, a concentração do capital foi adquirindo uma nova forma conhecida como concentração de trustes. A acumulação de capital, antes responsável pelo crescimento dos capitais dos produtores individuais, transformou-se em um instrumento de crescimento nas organizações patronais. O ritmo da acumulação intensificou-se significativamente, sendo verificadas remessas de mais-valia convertendo-se em capital para iniciar um novo ciclo de circulação. O desenvolvimento não se resumiu a esse processo: ramos da produção, antes isolados, passaram a se aglomerar de múltiplas formas em uma única associação organizada.

De acordo com o autor, a economia se transformou assim em um *gigantesco truste combinado*⁸, no qual os acionistas são os grupos financeiros e o Estado. A partir desse ponto, tornou-se possível tratar de concentração de capital nos trustes nacionais compreendidos como parte integrante de um campo econômico-social muito mais amplo: a economia mundial.

Além da mudança na forma da concentração, vale mencionar a transformação no processo de centralização. No cenário de empresa individual, os capitalistas lutavam entre si

⁸ Também conhecido como trustes capitalistas nacionais (BUKHARIN, 1985).

frente a concorrência. Segundo o ritmo de desenvolvimento das grandes empresas, a tendência extensiva da concorrência e o número de concorrentes paralelamente ao processo de centralização diminuiram. Foi assim que a concentração e a centralização acarretaram na organização dos trustes. Nesse contexto, o processo de centralização se transformou e iniciou uma fase superior (BUKHARIN, 1985).

A tendência geral capitalista à centralização do capital é um caso particular da anexação imperialista ao representar uma centralização cuja amplitude deve corresponder ao nível da concorrência dos trustes capitalistas nacionais. Esse processo é dividido em dois: o primeiro ocorre quando uma unidade econômica absorve outra similar. O segundo consiste em uma centralização vertical, quando uma unidade assimila outra pertencente a um ramo de outra área. Hoje, quando a concentração e a centralização se reproduzem em escala mundial, é possível enxergar essas duas ramificações. Ora, se um país absorve outro país “mais fraco” só que de estrutura econômica mais ou menos semelhante o que se percebe é uma centralização horizontal do capital. Por outro lado, se existe um truste capitalista que anexa uma unidade que economicamente o completa, tendo como exemplo um país agrário, será uma unidade econômica combinada.

O processo concreto de desenvolvimento da economia mundial contemporânea passa por essas duas formas de centralização. A conquista da Bélgica pela Alemanha é um exemplo de anexação imperialista horizontal, enquanto a do Egito pela Inglaterra um caso típico de anexação vertical. Apesar do imperialismo ser apresentado comumente como um aspecto exclusivo das conquistas coloniais e essa concepção ser equivocada, pode ser justificada, em certa medida, porque no passado a burguesia tendia a ampliar seu território por meio de regiões não ocupadas e de pouca capacidade de resistência. Hoje, aproxima-se a hora da “partilha selvagem” (BUKHARIN, 1985).

Outro autor da teoria do Imperialismo é Lenin. Em abril de 1917 Lenin publicou a obra intitulada “*Imperialismo, fase superior do capitalismo*”. Por meio destes escritos, Lenin definiu o surgimento do imperialismo como o desenvolvimento e a continuação direta das características fundamentais do sistema capitalista no geral. Todavia, esse processo só foi possível quando algumas características fundamentais do capitalismo começaram a se transformar e chegaram a um grau elevado de desenvolvimento. Isto é, quando a transição do capitalismo se manifesta em toda sua linha como uma estrutura econômica e social mais elevada (LENIN, 2008).

O ponto fundamental nesse cenário é a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas. A primeira é a característica crucial do capitalismo e de toda

produção mercantil em geral; enquanto o segundo é precisamente o contrário da livre concorrência. Nesse mecanismo, esta começou a se transformar, criando a grande produção que eliminou a pequena, substituindo a grande produção por outra ainda maior e concentrando a produção e o capital a tal ponto que surge o monopólio: os cartéis, sindicatos, trustes e, fundindo-se com eles, o capital de uma escassa dezena de bancos que manipulam milhões. Paralelamente, os monopólios que derivam da livre concorrência, não a eliminam, mas existem ao lado dela. Sendo assim, o monopólio é a transição do capitalismo para um regime superior (LENIN, 2008).

Como uma definição mais breve do imperialismo, Lenin (2008) afirma que o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo. Esta é a ideia geral já que, por um lado o capital financeiro se configura como o capital de grandes bancos monopolistas fundido com o capital das associações monopolistas. Por outro lado, a partilha do mundo é a transição da política colonial que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista para a política colonial de posse monopolistas dos territórios do globo já inteiramente repartido.

Entretanto, ainda que as definições breves conttenham o principal, são insuficientes porque delas é necessário extrair traços muito importantes do que é preciso definir. Assim, sem desprezar o caráter condicional e relativo de todas as definições do imperialismo, convém dar uma definição mais específica (LENIN, 2008). Esse conceito possui cinco traços fundamentais:

1. a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios [...];
2. a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse capital financeiro da oligarquia financeira;
3. a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande;
4. a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e
5. o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. (LENIN, 2008, p. 90).

Isso indica que o imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que a dominação dos monopólios e do capital financeiro ganhou força, a exportação de capitais adquiriu marcada importância, começou a partilha do mundo pelos trustes internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas de maior importância. Sendo assim, o imperialismo representa em si uma fase particular do desenvolvimento do capitalismo. Como o próprio nome da obra sugere, podemos dizer que, para o autor, o imperialismo se manifesta como uma extensão e desenvolvimento das características fundamentais do capitalismo. Em particular, consiste na fase monopolista do capitalismo.

Até este momento, temos elementos suficientes sobre a temática do Imperialismo para a futura discussão da Teoria da Dependência. Todavia, além de complementar as teses clássicas do Imperialismo, a Teoria da Dependência estabelece uma crítica à teoria de desenvolvimentismo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Sendo assim e, devido à importância histórica da CEPAL na América Latina, o próximo capítulo será dedicado à apresentação das suas principais ideias.

2.2 O ESTRUTURALISMO E O NEOESTRUTURALISMO CEPALINOS

Esta seção tem como objetivo central apresentar as principais ideias dos autores cepalinos. Esse entendimento é fundamental para compreender quais propostas centrais da CEPAL e de que forma a teoria marxista da dependência se contrapõe a elas.

A CEPAL é uma organização formada dos governos latino-americanos e um órgão responsável por propor políticas e assessoria a governos. Os estudos dessa organização se concentraram em políticas capazes de viabilizar o processo de industrialização procurando superar os obstáculos ao desenvolvimento (SANTOS, 2015). Essa agência multilateral, que integrava uma das cinco comissões regionais criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) foi criada em 1948 para pensar o desenvolvimento latino-americano.

No ano de 1998 a CEPAL completou cinquenta anos de atividades. Além de se concretizar como a principal fonte mundial de informação e estudos sobre a realidade socioeconômica na América Latina, é o único centro intelectual dessa região que possibilita esse enfoque analítico. Esse reconhecimento se deve ao fato de que esse corpo analítico é aplicável a condições históricas próprias da periferia latino-americana. Portanto, a CEPAL é considerada uma escola de pensamento especializada na análise das tendências econômicas e sociais dos países dessa região. Foram da CEPAL ou estiveram sob seu raio de influência importantes autores como Aníbal Pinto (1956), Celso Furtado (1959) e Aldo Ferrer (1979) (BIELSCHOWSKY, 2000).

A agenda de reflexão e investigação cepalina, que foi inaugurada por Prebisch em 1949, era composta essencialmente pelo diagnóstico da transformação observada nas economias subdesenvolvidas da América Latina, que partia do modelo de crescimento primário-exportador e chegava ao modelo urbano-industrial (BIELSCHOWSKY, 2000). Em outras palavras, Prebisch aprofundou a crítica sobre o papel do setor exportador como o principal obstáculo ao “desenvolvimento econômico” (SANTOS, 2015).

Nesse sentido, o enfoque histórico foi instrumentalizado pela teoria “estruturalista” do subdesenvolvimento periférico de Prebisch⁹. Na teoria cepalina, o estruturalismo é orientado pela busca de relações históricas e comparativas. Desse método, resultaram fundamentos essenciais para a construção teórica da análise comparativa da CEPAL, que definem que as estruturas subdesenvolvidas da periferia latino-americana condicionam comportamentos específicos. Por esse motivo, são direcionados estudos nos quais a teoria econômica com ideia de universalidade só é empregada com qualificações, de modo a incorporar essas especificidades históricas e regionais (BIELSCHOWSKY, 2000). O ponto de partida de Prebisch (2011) foi a distribuição internacional do progresso técnico e de seus frutos, à medida que o campo empírico evidencia que existe uma desigualdade considerável no nível médio de renda dos países industrializados e dos países produtores e exportadores de produtos primários.

Celso Furtado contribuiu em três principais aspectos ao corpo analítico estruturalista criado por Prebisch. Em primeiro lugar, adicionou uma perspectiva histórica de longo prazo, mostrando que durante sucessivos períodos de crescimento e retração, houve reprodução de heterogeneidades econômicas e sociais, tal como baixa diversidade na produção. Em segundo, introduziu o debate acerca das dificuldades que os setores urbanos modernos têm para absorver a força de trabalho que se transfere do campo para a cidade. Por fim, Furtado aprofundou a análise das relações entre crescimento econômico e distribuição de renda (BIELSCHOWSKY, 1995).

Por meio de contínuas revisões nos estudos e nas interpretações, o pensamento cepalino apresenta a evolução dos acontecimentos, sem que essas revisões impliquem em perda de coerência político-ideológica ou consistência analítica. Simultaneamente, uma parte da investigação cepalina é fruto de uma reflexão crítica em uma visão introspectiva sobre seus próprios desenvolvimentos analíticos. O interessante do método cepalino consiste na interação entre o método indutivo e a abstração teórica, que foi proposta inicialmente por Prebisch. Em suma, pode-se considerar que o método histórico-estruturalista foi instrumentalizado pela junção simultânea e complementar de três planos analíticos, a inserção internacional, as tendências e contradições internas do crescimento na periferia, além da ação do Estado (BIELSCHOWSKY, 2000).

⁹ Tratava-se de analisar o modo próprio como se configurava a transição dentro dos países latino-americanos, transição que girava em torno da condição de que o processo produtivo se movia sobre uma estrutura econômica e institucional subdesenvolvida, resultante do período exportador (BIELSCHOWSKY, 2000).

Bielschowsky (2000) compreende que o contraposto entre “periferia¹⁰” e “centro”, ao desempenhar duplo papel analítico, exemplifica este ponto. Em um primeiro momento se configurou como argumento de que a estrutura era fator determinante de um padrão específico de inserção na economia mundial, como produtora de bens e serviços com demanda internacional baixa e importadora de bens e serviços com demanda em rápida expansão. Em segundo lugar, tinha-se a ideia de que a estrutura socioeconômica periférica era determinante de um modo próprio de industrializar, introduzir progresso técnico, e um modo particular de absorver a força de trabalho e distribuir renda. Isto é, nas principais características, o processo de crescimento, emprego e distribuição de renda nos países periféricos seria distinto do que acontece nos países centrais. A estrutura pouco diversificada e a tecnologia heterogênea das economias periféricas se diferem da situação dos países do centro. Os países centrais possuem aparelho produtivo diversificado, produtividade homogênea ao longo de sua extensão e mecanismos de criação e difusão da tecnologia.

Por essa via, para os teóricos cepalinos, o desenvolvimento nas condições da periferia latino-americana não seria definido como uma “etapa” de um processo universal de desenvolvimento, mas sim um processo singular, cujos desdobramentos históricos seriam próprios da lógica de suas experiências, valendo esperar, assim, resultados distintos aos que ocorreram no desenvolvimento central (BIELSCHOWSKY, 2000). Para Furtado (2009), essa noção de desenvolvimento consiste na introdução de novas combinações de fatores de produção que tendem a aumentar a produtividade do trabalho, referindo-se assim, ao desenvolvimento total da população que, por sua vez, requer mudanças nas estruturas socioeconômicas (FURTADO, 2007). No mesmo sentido, o subdesenvolvimento apresentava a noção de um processo particular que se apresenta sob várias formas e em diferentes estágios e não como uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas modernas (FURTADO, 2009).

Ainda na década de 1950¹¹, a CEPAL estudou as especificidades do Processo de Substituição de Importação. Esse fenômeno surgiu como resultado das crises e contrações do comércio mundial e passou a ser objeto de sistematização teórica e política na década de 1930

¹⁰ Prebisch utilizava o termo de “países periféricos” bem antes de entrar na CEPAL. Por meio deste termo, salientava a vulnerabilidade latino-americana aos ciclos econômicos, que resultava em processos inflacionários (BIELSCHOWSKY, 2000).

¹¹ Nesse período, o pensamento econômico da CEPAL se concentrou na crítica à exportação de produtos primários, evidenciando seu limite histórico por meio do mecanismo da perda dos termos de intercâmbio. Mostrou ainda que a hegemonia das exportações se configurava como um obstáculo ao processo de industrialização. Entretanto, era necessário extrair excedente deste setor para investir no setor industrial. Para tanto, via-se a necessidade de mecanismos de intervenção indireta, como inflação, ou intervenção direta do Estado (SANTOS, 2015).

quando Roberto Simonsen, grande historiador econômico e líder industrial brasileiro, o descreveu pela primeira vez. De acordo com os estudos da CEPAL, o processo se inicia pela substituição de importações de produtos de consumo, sobretudo de elite, que logo são saturados. Em meados da década de 1940, a substituição de importações tem seu foco nos bens de consumo durável e somente em 1960, tem início uma substituição no setor de máquinas. A industrialização baseada na substituição de importações fez com que o crescimento industrial se tornasse dependente das divisas obtidas com a exportação. Estas divisas eram apropriadas pelo Estado, para servir a industrialização (SANTOS, 2015). Para Bielschowsky (2000), o processo de industrialização tinha um significado importante na história da humanidade, já que representava a possibilidade de captação pela vasta região subdesenvolvida latino-americana dos frutos do progresso técnico mundial, que até então eram essencialmente confinados aos países industrializados.

Essa articulação entre o setor exportador e a industrialização configurou uma aliança política muito particular da América Latina, na qual se enxerga uma política de sobrevivência do latifúndio com o apoio da burguesia industrial. Contudo, essa articulação foi limitada pela dimensão revolucionária e acabou tendo que abandonar a ideia de uma distribuição de renda no campo que gerasse um mercado interno mais significativo. Como consequência, é como se tivesse sido criado um bloqueio estrutural ao desenvolvimento econômico dos países dessa região. Essa limitação reflete nos estudos da CEPAL. Os teóricos buscavam saídas que não afetassem a questão agrária e que permitissem expropriar recursos latifundiários com a intervenção estatal. Um desses mecanismos foi a inflação, que possibilitava uma política de preços relativos favorável ao setor industrial. Foram usados, por fim, recursos baseados na intervenção Estatal na economia rural com subsídios à exportação (SANTOS, 2015).

Um pouco mais tarde, na década de 1990, a própria CEPAL fez uma espécie de reformulação do pensamento estruturalista que acabou resultando no que ficou conhecido por neoestruturalismo. O texto fundador, “Transformação produtiva com equidade”, de Fernando Fajnzylber, tratava de quatro pontos principais: competitividade, produtividade e tecnologia; inserção dinâmica no mercado internacional; articulação produtiva interna e comportamento dos agentes econômicos.

A competitividade baseava-se nos estímulos a mecanismos de proteção à indústria da América Latina para que ela possa ter condições de competir. O aspecto negativo dessa proposta é que a proteção, em certa medida, a impede de avançar. Além disso, consideravam-se os aspectos microeconômicos do departamento tecnológico. A inserção dinâmica consistia no estímulo a exportação de bens e serviços com alto valor intelectual agregado, com intuito de

promover o desenvolvimento de setores de tecnologia de ponta e difundir tecnologia para os setores atrasados. A articulação produtiva interna propunha a articulação entre a agricultura, indústria e serviços, como por exemplo, a agroindústria. Por fim, o comportamento dos agentes adotava a noção do progresso técnico como fundamental para agregação de conhecimento, ou seja, voltava o foco para a inovação nas empresas e instituições.

De modo geral, as principais diferenças do estruturalismo para o neoestruturalismo que podem ser apontadas é o papel do Estado, ênfase da Divisão Internacional do Trabalho (DIT) e os aspectos macro e microeconômicos. No estruturalismo, o papel do Estado era fundamental de modo a fomentar o processo de industrialização, por meio do financiamento da inovação. Já no neoestruturalismo, diminui-se a importância do Estado, ao passo que a tecnologia tem sua fonte nas empresas. Isso significa que o Estado pode auxiliar no processo, mas a ênfase se concentra no agente. Os aspectos que se mantiveram presentes em ambos os enfoques foram a análise estrutural; difusão do progresso tecnológico e equidade.

Um último ponto interessante a se considerar na nossa reflexão sobre a Comissão reside no fato de que embora a expressão não tivesse sido usada nesse cenário, a ideia de “dependência”, comercial, financeira e tecnológica, esteve presente desde sua criação. Na CEPAL, a condição de periferia era um dos fatores que determinava os problemas a serem superados por políticas econômicas e sociais, ou seja, não significava fonte de exploração insuperável que implicasse em necessidade de ruptura com o capitalismo, como consideram os teóricos marxistas que veremos adiante. Dentro da CEPAL, Osvaldo Sunkel desenvolveu a análise de dependência mais importante. Seu argumento partia do pressuposto de que no mundo só existe uma única economia capitalista. Por essa via, o problema do subdesenvolvimento girava em torno de que, nos países centrais a maior parte dos trabalhadores estava integrada ao mundo moderno, enquanto nos países periféricos isso ocorria somente com uma pequena parte dos trabalhadores. Sua teoria apontava ainda que o avanço desse modelo de acumulação tinha efeitos sociais desagregadores, porque gerava uma tendência de marginalização mesmo dos agentes econômicos com maiores potencialidades produtivas (BIELSCHOWSKY, 2000).

Até o momento, foram apresentados os principais elementos da CEPAL. De forma geral, suas ideias consistiam no fato de que a industrialização, somada ao apoio do Estado, por meio de sua intervenção, seria a forma básica de superação do subdesenvolvimento da região latino-americana. A importância da ação estatal no sentido de apoiar o processo de desenvolvimento é recorrente no pensamento inicial da comissão principalmente quando se voltava o olhar para problemas estruturais na produção, emprego e distribuição de renda nas particularidades dos países periféricos. Diante disso, o próximo capítulo apresenta a discussão

sobre teoria da dependência. Diferente dos autores da CEPAL, para os marxistas não há como tratar de desenvolvimento e da superação do subdesenvolvimento dentro do sistema capitalista. Para isso seria necessário romper relações com o capitalismo, tal como mostra Baran (2010), ao sinalizar para uma transição desse sistema ao socialismo.

3 A TEORIA DA DEPENDÊNCIA

As discussões dos anos 1960 sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento giravam em torno da influência da participação do capital estrangeiro nas economias dos países periféricos: os investimentos externos seriam responsáveis por dinamizar as economias ou construir um obstáculo ao crescimento desses países? Essa indagação se evidencia no círculo vicioso de Gunnar Myrdal¹². De um lado as economias subdesenvolvidas necessitavam de investimentos não oferecidos pela iniciativa privada, enquanto do outro lado, a política de importação de bens e serviços, empréstimos para criação de infraestrutura e atração do capital estrangeiro acarretaria em um endividamento crescente pela via dos juros a serem pagos, o que agravaria a dependência externa (MACHADO, 1999).

Nesse cenário, surge a teoria da dependência na América Latina buscando compreender e explicar as características do desenvolvimento socioeconômico dessa região no período entre 1930 e 1945 (SANTOS, 2000). O contexto era, sobretudo, a síntese da superação do Processo de Substituição de Importações (PSI) na América Latina com a internacionalização do comércio mundial guiado pela hegemonia norte-americana (AMARAL, 2012). Essa corrente se propunha a tentar compreender a reprodução do sistema capitalista de produção nos países periféricos¹³ como um sistema que criava e ampliava as desigualdades entre termos políticos, econômicos e sociais entre países e regiões, de modo que a economia de certos países estava condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outras (DUARTE, 2007).

Além disso, o objetivo da teoria da dependência era compreender e analisar os impactos do processo de internacionalização na estrutura interna dos países periféricos. É como considerar que a explicação dos fenômenos mais gerais a nível mundial fosse responsabilidade da teoria do imperialismo, à medida que, o entendimento de como esses fenômenos impactam a estrutura social, econômica e política interna dos países periféricos, seria cargo da teoria da dependência (AMARAL, 2012). Em outras palavras, o objetivo dos teóricos do imperialismo se concentra na análise das alterações ocorridas no sistema capitalista em geral e o propósito da teoria gira em torno de verificar a forma na qual a lógica imperialista se refletia na periferia.

¹² Economista e sociólogo. Segundo Myrdal, as “políticas sociais produtivas” - por meio de regulamentações sociais, para se atingir um nível mais alto de produtividade iriam possibilitar o crescimento econômico e deveriam ser vistas como investimentos e não como custos, ideia defendida pelos liberais e fundamentalistas (OLIVEIRA; UDO, 2016). Gunnar Myrdal representou um marco do pensamento analítico do subdesenvolvimento (MACHADO, 1999). Desenvolveu a noção de causalção circular e processo acumulativo, definindo-a como um método de análise do processo de mudança social.

¹³ De acordo com Carcanholo (2008), costuma-se entender como economia periférica aquele país que, geralmente, apresenta trajetória instável de crescimento, forte dependência de capital estrangeiro para financiamento de sua conta corrente e altas concentrações de renda e riqueza.

Esse princípio nasce com um corpo teórico que, ao estabelecer uma crítica aos pressupostos do desenvolvimentismo¹⁴, buscava compreender as limitações do desenvolvimento enquanto um processo iniciado em um período que a economia mundial já estava sob a hegemonia de grandes grupos econômicos e poderosas forças imperialistas (SANTOS, 2000).

Como visto anteriormente, essa ideia de desenvolvimentismo ganhou destaque, sobretudo na América Latina, com a tese elaborada pela CEPAL no final da década de 1940, inaugurando a análise das especificidades do desenvolvimento capitalista na periferia (DUARTE, 2015). No geral, os autores cepalinos desenvolveram um conceito próprio, que se encaixou como suporte às propostas de política econômica oriundas da comissão. Esse conjunto de proposições teóricas e de políticas econômicas criou fundamentos que passaram a ser conhecidos por desenvolvimentismo cepalino. Fazendo referência a essa tese dos autores da CEPAL, a noção era de que a industrialização somada ao apoio do Estado seria a forma básica de superação do subdesenvolvimento latino-americano (COLISTETE, 2001).

Os economistas da CEPAL, por meio de uma crítica da lei da vantagem comparativa¹⁵, estabeleceram fundamentos econômicos de uma política de industrialização na qual o Estado, sua burocracia pública e os capitalistas desempenhavam um papel ativo (BRESSER-PEREIRA, 2010). Em suma, o objetivo da comissão, vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU), era a proposição de políticas de desenvolvimento que permitissem, partindo da especificidade de cada região, a superação da condição de subdesenvolvimento (DUARTE, 2015).

Isso posto, pode-se considerar que a teoria da dependência surgiu diante dessas duas necessidades: complementar às teses clássicas da teoria do imperialismo, e estabelecer uma crítica à teoria de desenvolvimento da teoria cepalina (AMARAL, 2012). Complementar as teses clássicas do imperialismo à medida que os autores entendem a dependência como um desdobramento lógico do imperialismo e estabelecer uma crítica à teoria de desenvolvimento da CEPAL ao passo que, os autores dependentistas não enxergam a superação do subdesenvolvimento dentro do sistema capitalista como algo possível, questão que será analisada adiante.

¹⁴ A noção corriqueira de desenvolvimento é fruto de uma tradição positivista que enxerga no curso da história a possibilidade de uma trajetória quase linear de uma situação “pior” para outra “melhor” (CARCANHOLO, 2013).

¹⁵ No início do século XIX, o economista inglês D. Ricardo criou o conceito de vantagem comparativa com o objetivo de demonstrar que a vocação da Inglaterra era a especialização naquilo que melhor sabia produzir. Dessa forma, teria comparativamente custos de produção menor, comprando no mercado internacional aquilo que custasse mais caro produzir internamente. (BADO, 2004) Um país possui vantagem comparativa na produção de um bem se o custo de oportunidade da produção desse bem em relação aos demais é menor nesse país do que em outros (KRUGMAN; OBSTFELD, 2005).

A partir dessa base teórica, segue uma abordagem das principais ideias das vertentes dependentistas¹⁶: a corrente composta por Enzo Faletto e Fernando Henrique Cardoso, e a corrente marxista que apresenta Ruy Mauro Marini como seu principal expoente. Ainda que a ênfase desta pesquisa se concentre nesta última, considera-se relevante retomar os pontos principais da primeira vertente não só pela sua grande difusão e importância neste debate, mas também porque sua exposição, de acordo com Amaral (2012), auxilia na compreensão da vertente marxista.

3.1 TEORIA WEBERIANA DA DEPENDÊNCIA

Tendo em vista a existência de um amplo debate sobre a adoção do termo “Weberiana” para se referir a essa vertente, vale o esclarecimento de quem a considera como tal, apresenta dois motivos principais. Primeiro porque os weberianos acusam os marxistas de serem economicistas¹⁷ e assim como Weber o fez em relação a Marx, o próprio Fernando Henrique Cardoso faz em relação a Ruy Mauro Marini. O segundo fator se deve pela ênfase no processo de autonomia do político, próprio dos weberianos e que se reproduz nessa vertente (AMARAL, 2012).

De toda forma, a vertente de Cardoso e Faletto (2011) apresentada na obra *Dependência e Desenvolvimento na América Latina - Ensaio de Interpretação Sociológica*, assim como as demais, constitui-se de uma crítica às teorias sobre o desenvolvimento, sobretudo a perspectiva da CEPAL. Para Amaral (2012), o que motivou o pensamento dos autores em relação ao tema foi o fracasso do projeto de desenvolvimento nacional¹⁸ por meio do Processo de Substituição de Importações idealizado pela CEPAL entre 1940 e 1950.

Para efeito dos estudos dos autores dessa vertente, a ideia de desenvolvimento em oposição a de subdesenvolvimento, ou ainda como sinônimo de “crescimento” não satisfaz as análises (DUARTE, 2015). Ao tratar da vertente marxista, na próxima seção, veremos que este

¹⁶ Ao longo dos anos, a teoria se dividiu em duas grandes correntes: uma versão crítica à dependência, com forte inspiração marxista, que sugere uma transição a uma formação social socialista, que seria destacada pelos autores Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos e Vânia Bambirra; e outra que propõe a dependência como o tipo ideal histórico-estrutural de desenvolvimento das sociedades da América Latina, que seria a corrente representada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (MARTINS; FILGUEIRAS, 2018). Existe uma ampla discussão teórica sobre a adoção ou não do termo “weberiana” para se referir a esta corrente, todavia, este debate não se faz pertinente para a ênfase desta pesquisa. Para conhecimento do debate vale a leitura de Franklin (2015) (ver nas referências).

¹⁷ Termo comumente utilizado para aludir ao reducionismo econômico, ou seja, redução de todos os fatos sociais a dimensões econômicas.

¹⁸ De acordo com essa perspectiva nacional-desenvolvimentista, a industrialização deveria se dar pela via da substituição de importações, garantida pela intervenção do Estado na economia, concretizando seu fortalecimento e a própria autonomia decisória dos países da América Latina (AMARAL, 2012).

é um ponto comum entre as duas correntes teóricas. Nesse sentido, Cardoso e Faletto (2011) acreditavam que para a construção de um conceito genérico de desenvolvimento seria necessário estudar, de antemão, as conexões entre o sistema econômico e a organização social e política das sociedades subdesenvolvidas, não só nessas sociedades e entre elas, mas também em relação aos países desenvolvidos, já que a particularidade histórica do subdesenvolvimento nasce, em especial, da relação entre sociedades periféricas e centrais.

Assim, torna-se necessário redefinir a ideia de subdesenvolvimento considerando sua especificidade no contexto histórico, colocando em dúvida ainda as questões que a apresentam como um possível “modelo” de ordenação de variáveis econômicas e sociais. Para tanto, seria preciso distinguir a situação dos países “sem desenvolvimento” e os “subdesenvolvidos” e, posteriormente, diferenciar os diversos modos de subdesenvolvimento a partir das relações que esses países mantêm com os grandes centros econômicos e politicamente hegemônicos (CARDOSO; FALETTO, 2011).

Os autores definem que a ideia de “sem desenvolvimento” se refere, no contexto histórico, à situação dos povos e economias que não mantêm relação de mercado com os países industrializados. Já o “subdesenvolvimento” representa a formação do sistema produtivo que, também no âmbito histórico, propõe uma distinção fundamental de que a vinculação das economias dos países periféricos ao mercado mundial verifica-se em termos “coloniais”, enquanto em outras economias nas mesmas condições estão relacionadas a “sociedades coloniais” (CARDOSO; FALETTO, 2011).

Ainda que seja possível estabelecer essa distinção, o fato é que, em todo caso, essa situação de subdesenvolvimento se produz historicamente no momento em que a expansão do capitalismo comercial e industrial vincula a um mesmo mercado economias que, além de apresentarem graus variados de diferenciação do sistema produtivo, passaram a ocupar posições distintas na estrutura do sistema capitalista. Assim, os autores consideram que a diferença entre economias desenvolvidas e subdesenvolvidas não se resume a uma simples diferença na etapa ou estágio do sistema produtivo, mas também de função ou posição na estrutura internacional de produção e distribuição.

Essa ideia propõe, segundo Cardoso e Faletto (2011), uma estrutura definida de relações de dominação. Assim, o conceito de subdesenvolvimento quando se refere a estrutura de um tipo de sistema econômico, com predomínio do setor primário, forte concentração de renda, pouca diferenciação do sistema produtivo e predomínio do setor externo sobre o interno, é insuficiente.

Para reconhecer a historicidade da situação do subdesenvolvimento é necessário mais do que uma análise das características estruturais das economias subdesenvolvidas. Há que se analisar de que forma essas economias se vinculam historicamente ao mercado mundial e como se constituíram os grupos sociais internos que definem as relações orientadas para o exterior que o subdesenvolvimento supõe (CARDOSO; FALETTO, 2011).

Essa perspectiva resulta no reconhecimento de que exista, no plano político social, um tipo de dependência nas situações dessas economias e esse processo se iniciou em um contexto histórico de expansão das economias dos países capitalistas. Em particular, essa dependência implica, no âmbito social, em uma forma de dominação que se manifesta por meio de uma série de características no modo de atuação e na orientação dos produtores e consumidores. Nos casos extremos, essa situação propõe que as decisões afetam a produção ou o que o consumo de uma economia sejam tomadas em função da dinâmica e dos interesses das economias desenvolvidas (CARDOSO; FALETTO, 2011).

Em virtude dessa argumentação, a ideia de “economias centrais” e “economias periféricas” pode parecer mais abundante em significação social do que o esquema de economias desenvolvidas e subdesenvolvidas, já que pode-se incorporar a noção de desigualdade de posições e de funções dentro de uma mesma estrutura de produção global. Entretanto, Cardoso e Faletto (2011) ressaltam que não seria correto substituir os termos desenvolvimento e subdesenvolvimento por economia “central” e “periférica”, uma vez que esses conceitos se referem a dimensões e significados teóricos distintos.

A noção de dependência se refere diretamente às condições de funcionamento do sistema econômico e político, evidenciando o vínculo existente entre ambos, tanto no plano interno dos países como no plano externo. O subdesenvolvimento define um grau de diferenciação do sistema produtivo, porém sem acentuar as pautas de controle das decisões de produção e consumo, internamente ou externamente. Já as ideias de “centro” e “periferia” destacam funções das economias subdesenvolvidas no âmbito do mercado mundial, sem considerar os fatores políticos e sociais que a situação de dependência implica (CARDOSO; FALETTO, 2011).

O fato é que uma sociedade pode transformar seu sistema produtivo sem que se constituam de forma autônoma os centros de decisão e os mecanismos que os condicionam. O caso do Brasil e da Argentina é um exemplo disso já que quando terminaram o PSI e iniciaram a produção de bens de capital alcançaram um determinado grau de maturidade econômica, inclusive no que tange a questão da distribuição de renda.

Por outro lado, uma sociedade nacional pode ter autonomia de decisões sem que o sistema produtivo e os mecanismos de distribuição de renda lhe permitam equiparar-se aos países centrais desenvolvidos ou a países periféricos em processo de desenvolvimento. Isso acontece quando um país rompe os vínculos que o ligam a um determinado sistema de dominação sem se incorporar totalmente a outro (CARDOSO; FALETTTO, 2011).

Dessa maneira, para interpretar o processo de desenvolvimento é necessário compreender que não existe um nexo imediato entre a distinção do sistema econômico e a formação de centros autônomos de decisão. Logo, as análises devem definir não só os graus de diferenciação estrutural das economias em fase de transição, mas também o modo como essa integração ocorreu. Ao partir de uma interpretação global de desenvolvimento, os argumentos baseados em reações do mercado se tornam insuficientes para explicar a industrialização e o progresso econômico (CARDOSO; FALETTTO, 2011). Vale considerar então que os autores se propuseram a investigar, nesse particular, as características das sociedades nacionais que expressam relações com o cenário externo.

Cardoso e Faletto (2011) afirmam ainda que não se pode discutir com precisão o processo de desenvolvimento de um ângulo puramente econômico quando o objetivo proposto é compreender a formação de economias nacionais. Por conseguinte, é insuficiente analisar o comportamento de variáveis dependentes dos fatores estruturais e do processo histórico de mudança. Para que modelos econômicos com essas variáveis possam ser significantes na análise desse processo, devem considerar o contexto global com aspectos sociais e econômicos.

Em suma, nos primeiros capítulos, ao considerar então a “situação de dependência” na análise do desenvolvimento da América Latina, o que se pretendia colocar em evidência na obra dos autores é que o modo de integração das economias no mercado internacional supõe formas definidas e distintas de inter-relação dos grupos sociais de cada país com os grupos externos.

Nos capítulos seguintes, os autores focaram em mostrar, entre outros fatores, quais as forças sociais e orientações ideológicas que se manifestam na nova “situação do desenvolvimento”. O marco fundamental desse processo é o fato que a integração de economias industriais-periféricas ao mercado mundial assume significados distintos daqueles assumidos pela integração das economias agroexportadoras ao mercado internacional.

Cardoso e Faletto (2011) apontam que a vinculação das economias periféricas ao mercado internacional se dá nesse novo modelo, por meio de laços entre o centro e a periferia que não se limitam apenas, como antes, ao sistema de importações-exportações; mas também por meio dos investimentos industriais diretos originados das economias centrais nos novos mercados nacionais. Isso se confirma nas análises sobre o financiamento externo da América

Latina que evidenciam que os investimentos estrangeiros se orientam de forma crescente para o setor manufatureiro, indicando ainda que esse fluxo se dê por meio de investimentos privados e por intermédio de um grupo muito reduzido de empresas.

Assim, se é certo que a industrialização dos países latino-americanos não pode ser explicada como uma consequência da expansão industrial dos países centrais, não se pode deixar de assinalar que, na industrialização da América Latina, a participação direta de empresas estrangeiras concede um significado particular ao desenvolvimento industrial da região, que pareceu se orientar rumo a consolidação do Estado como uma ferramenta de regulação e formação de núcleos produtivos (CARDOSO; FALETTTO, 2011).

Dessa maneira, é válido ressaltar algumas considerações finais sobre os itens tratados na obra. O esforço principal feito pelos autores centrou em uma reconsideração dos problemas do “desenvolvimento econômico” partindo de uma perspectiva de interpretação que foca na natureza política dos processos de transformação econômica. Procurou-se ainda evidenciar que o contexto histórico no qual ocorrem as transformações econômicas é essencial para compreender o significado desse processo, tal como para a análise de seus limites estruturais e das condições que o tornam viável. Cardoso e Faletto (2011), baseados nesses conceitos, tornaram evidentes ainda as limitações dos esquemas relativos ao desenvolvimento econômico e à formação da sociedade capitalista dos países hoje desenvolvidos para a compreensão da situação dos países da América Latina.

O reconhecimento dessa ideia levou os autores a elaborar uma crítica dos conceitos de subdesenvolvimento e periferia econômica e valorizar a noção de dependência, como um instrumento teórico que possibilita tanto a acentuação de aspectos econômicos do subdesenvolvimento como os processos políticos de dominação de uns países por outros, de umas classes sobre as outras, em um cenário de dependência nacional.

Por outro lado, através dessa crítica, os autores retomaram a tradição no pensamento político. Nas palavras dos autores: “[...] não existe uma relação metafísica de dependência entre uma Nação e outra, um Estado e outro”. Isso significa que essa relação se torna viável por intermédio de uma rede de interesses que ligam um grupo a outro. Dessa forma, é necessário determinar a forma que essas relações assumem em cada situação de dependência, tornando evidente como o Estado, Classe e Produção se relacionam.

A proposta dos autores foi formular um esquema de interpretação com destaque na dinâmica da política entre os grupos sociais e as classes, no interior de cada país. Além disso, objetivaram dar maior importância às opções ideológicas e às alternativas que o movimento da história apresentava em cada situação em particular. Junto a isso, os autores atentaram nas

variações no modo de relacionamento das economias dos países considerados periféricos com as economias desenvolvidas, mostrando que esses modos distintos criavam teias de relações políticas que, ao unir economias desenvolvidas e subdesenvolvidas, moldavam formas diferentes de desenvolvimento em cada país.

3.2 TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

A teoria marxista da dependência surgiu como uma crítica a ideia tradicional de que a condição de subdesenvolvimento representa necessariamente a ausência de desenvolvimento. Essa noção se assemelha ao pensamento da corrente anteriormente apresentada. Além disso, a teoria defende que ainda que ambas as situações econômicas (subdesenvolvimento e desenvolvimento) sejam ideias antagônicas, devem ser entendidas como complementares, isto é, aspectos diferentes de um processo universal: o capitalismo. O desenvolvimento, em particular, não é entendido como uma ideia positivista que remete, necessariamente, ao progresso, em outras palavras, um mecanismo de deixar uma “situação ruim” em busca de uma melhor. O desenvolvimento, na verdade, é considerado por esta vertente de pensamento como uma questão de processualidade, trazendo à tona a forma como o capitalismo processa suas leis dialeticamente. Ao entender o desenvolvimento dessa forma, o subdesenvolvimento não deve ser considerado como uma condição primária de um processo evolutivo. Tal como o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, as ideias de centro e periferia também são tidas como elementos opostos de uma mesma unidade dialética.

Como será discutido nas seções posteriores, a dependência pode ser definida como uma situação na qual uma economia está condicionada pelo desenvolvimento de outra. O fenômeno da dependência não se resume a exploração de um Estado frente a outro. A unidade de análise não é o Estado e sim o capital, ao passo que a teoria trata de capitais em distintos lugares atuando como capitais (CARCANHOLO, 2013). Dessa forma, os estudos dessa vertente têm o seu foco no capital e nas relações sociais que se definem por distintas formas de inserção social no cenário capitalista. A dependência se dá por meio de distintas formas na estrutura interna social, ideológica e política, não se restringindo somente ao campo externo, podendo ser definida como uma relação de subordinação entre as nações formalmente independentes¹⁹ que sofre modificações nas relações de produção. Essas modificações são dadas, entre outros fatores, pela

¹⁹ Países que sofrem consequências imperialistas, portanto, dependentes (CARCANHOLO, 2013).

transformação da mais-valia absoluta²⁰ na mais-valia relativa²¹, por meio de uma ampliação da capacidade de produção.

Na dialética da dependência, Marini (2000) aponta que os teóricos marxistas apresentaram dois tipos de desvios ao analisar a dependência na América Latina: a substituição do acontecimento concreto pela ideia abstrata ou a modificação da ideia em função da aceitação de sua formulação pura. Enquanto a primeira situação se deu, sobretudo, no campo da história econômica; o segundo tipo de desvio foi mais frequente no campo da sociologia, no qual os estudiosos recorrem a outros enfoques metodológicos e teóricos.

Estes desvios surgem de uma verdadeira dificuldade. Diante do modo de produção capitalista, a economia da América Latina apresenta peculiaridades no processo histórico que, muitas vezes são tidas como insuficiências. Nesse contexto, o autor indica que ainda que não devesse ser, a noção de “pré-capitalismo” é recorrente. Essa ideia se refere a aspectos de uma realidade que, devido a sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá nunca se desenvolver da mesma forma como se desenvolveram as economias capitalistas que são consideradas mais avançadas. É por isso que, mais do que um capitalismo, o que se tem é um capitalismo *sui generis*, que ganha sentido apenas quando contemplado tanto a nível nacional como a nível internacional (MARINI, 2000).

Essa ideia se reproduz quando se trata do capitalismo da América Latina como se constituiu nos últimos tempos. Em um cenário mais geral, também se encaixa para a economia exportadora. Todavia, quando o intuito é entender o processo de conversão de uma economia na outra, é a luz desta última que se deve estudar aquela. Em outras palavras, é o entendimento da forma particular que o capitalismo dependente latino americano adotou que guia o estudo de sua formação e permite conhecer analiticamente as tendências que desembocaram neste resultado (MARINI, 2000).

Assim, o autor observa que, sendo correto afirmar que o estudo das formas sociais mais desenvolvidas incide sobre as formas mais embrionárias, também se torna certo que o desenvolvimento de determinada sociedade, ainda que insuficiente, torne mais compreensível

²⁰ A produção da mais-valia absoluta se dá com o aumento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador produz apenas o equivalente ao valor de sua força de trabalho e com a apropriação pelo capital desse trabalho excedente. Ela constitui o fundamento do sistema capitalista e o ponto de partida da produção da mais-valia relativa. A produção da mais-valia absoluta gira em torno da duração da jornada de trabalho (MARX, 2008).

²¹ A mais-valia relativa pressupõe que a jornada de trabalho já esteja dividida em duas: trabalho necessário e trabalho excedente. Para aumentar este último, encurta-se o trabalho necessário com métodos que permitem que se produza em menos tempo o equivalente ao salário. A produção da mais-valia relativa revoluciona totalmente os processos técnicos de trabalho e as combinações sociais (MARX, 2008). A mais-valia relativa supõe a não alteração da duração da jornada de trabalho (OSORIO, 2018).

sua forma mais complexa, que integra e subordina esse elemento. Nas palavras de Marx (2013): “a anatomia do homem é uma chave da anatomia do macaco”. Isso implica que, a categoria mais simples pode expressar simultaneamente as relações dominantes de um todo não desenvolvido e as relações subordinadas de um todo mais desenvolvido, relações tais que já existiam historicamente antes de que o todo se desenvolvesse no sentido de uma categoria mais concreta (MARINI, 2000).

Desse modo, as categorias marxistas devem ser aplicadas na identificação desse elemento. Em particular, essas categorias não devem simplesmente substituir ou mistificar os fenômenos a que se aplicam e é por isso que a análise precisa ponderá-las, sem que isso implique no rompimento com o fio do raciocínio marxista (MARINI, 2000).

Em suma, Marini buscou, em um primeiro momento, deixar evidente a relevância de estudar o funcionamento do capitalismo em sua formação mais inicial, isto é, em economias como os países da América Latina, para que posteriormente seja buscado entender o funcionamento das economias em estágios mais avançados. Além disso, o autor ressaltou o fato de que a categoria mais simples é capaz de expressar relações dominantes e relações subordinadas. Diante disso, é importante definir algumas características e processos históricos que compõem a dependência e que foram tratados pelos autores desta versão.

3.2.1 A INTEGRAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL

Segundo Marini (2000), a América Latina se desenvolveu em conformidade com a dinâmica do capitalismo internacional. Sendo uma região de vasta produção de metais preciosos, os países latino-americanos, no geral, contribuíram com o aumento do fluxo de mercadorias, ao mesmo tempo em que criavam ambiente propício para o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentando o sistema manufatureiro europeu e o caminho para a criação da grande indústria. Esse processo foi iniciado com a revolução industrial que, na América Latina, corresponde à independência política. Esse movimento, pautado na estrutura demográfica e administrativa construída durante o período colonial, culminou no surgimento de um conjunto de países na “zona de influência” da Inglaterra.

Partindo dessa hipótese, o autor considera que as relações da América Latina com os grandes centros capitalistas europeus são inseridas em uma estrutura bem definida: a divisão internacional do trabalho²², fator que determina o sentido do desenvolvimento dessa região. Em

²² De acordo com Smith (2007), a divisão do trabalho é uma consequência, ainda que lenta e gradual, de certa propensão humana que não tem em vista uma utilidade tão extensa: a tendência para comerciar, barganhar e trocar uma coisa por outra. Pode-se apontar um maior aperfeiçoamento nas forças produtivas do trabalho e a

outras palavras, é a partir dessa noção que se dá a dependência, nas palavras de Marini (2000): “[...] entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”. Assim, segundo o mesmo autor, a dependência reflete, necessariamente, uma maior dependência ainda, e a superação desse processo supõe a eliminação das relações de produção envolvidas²³. Há, neste ponto da análise, uma importante ideia da vertente marxista: em outras palavras, o autor indica que para que a dependência seja superada é necessário o rompimento com o sistema capitalista. Isto é, não faz sentido tratar da superação do subdesenvolvimento e do alcance do desenvolvimento dentro do capitalismo uma vez que essas situações são desdobramentos da lógica de funcionamento do sistema.

Se olharmos para as relações internacionais dos países latino-americanos, veremos que a América Latina desempenha um papel relevante na formação da economia capitalista mundial, sobretudo a partir de 1840, quando a articulação desses países com a economia mundial se intensifica. Esse período configura o surgimento da grande indústria como um marco da consolidação do processo da divisão internacional do trabalho. A criação dessa grande indústria seria extremamente prejudicada caso não tivesse contado com os países dependentes. Todo processo de desenvolvimento industrial propõe uma grande disponibilidade de produtos agrícolas, que permita que parte da sociedade se especialize em uma atividade de essência industrial (MARINI, 2000). O autor ilustra essa ideia com a industrialização da região europeia, onde o recurso à simples produção agrícola teria causado um bloqueio a especialização produtiva que a grande indústria possibilitaria. O incremento da classe operária industrial e de toda a população que se ocupava no setor da indústria e de serviços, não seria viável caso estes não tivessem usufruído dos meios de subsistência de origem agropecuária que advém, em grande medida, dos países da América Latina. Marini (2000) afirma ainda que esse processo foi o que permitiu o aprofundamento do mecanismo de divisão do trabalho e especialização dos países industriais como os produtores mundiais de manufaturas. Em outras palavras, o processo

maior parte do engenho, da destreza e do discernimento com que é dirigido em qualquer lugar, como os efeitos da divisão do trabalho. O grande aumento da quantidade de trabalho, conseqüente desse processo, deve-se a três circunstâncias: o aumento da destreza em cada operário, à economia de tempo que é frequentemente perdido ao passar de uma espécie de trabalho para outra e, à invenção de grande número de máquinas, que facilitam e abreviam o trabalho e permitem a um homem executar o trabalho de muitos.

²³Ainda que Marini (2000) defina a fórmula de André Gunder Frank sobre o “desenvolvimento do subdesenvolvimento” como impecável, aponta uma “falta de vigor” em seu trabalho, uma vez que a situação colonial não é a mesma que a situação de dependência. Isto é, ainda que exista um viés de continuidade entre ambas, estas não são homogêneas.

de criação da grande indústria no mundo fez com que os países do resto do mundo estabelecessem contato com os países dependentes devido a necessidade de produtos agrícolas.

Todavia, a utilidade dos países da América Latina no desenvolvimento do capitalismo não se reduz à questão agrícola. De acordo com o autor, a capacidade dessa região de criar uma oferta mundial de alimentos, condição necessária para que seja inserida na economia internacional capitalista, é agregada a uma contribuição para formação de um mercado de matérias primas industriais, o qual a importância cresce de forma proporcional ao desenvolvimento industrial. A ampliação da classe trabalhadora nos países centrais, somada ao aumento da produtividade, resulta no surgimento da grande indústria, que acarretou em um aumento da massa de matérias primas, objetivando, conseqüentemente, o aumento do processo de produção. Esse mecanismo se configurou como o mais relevante para a América Latina, já que foi responsável por manter a sua importância ainda que a divisão internacional do trabalho tivesse alcançado um novo estágio.

Marini (2000) considera então que a América Latina exerce no cenário econômico do capitalismo mundial uma função que ultrapassa uma simples resposta aos requisitos físicos que são impulsionados pela acumulação nos países industriais. Além de facilitar o crescimento quantitativo destes países, a participação da América Latina no cenário mundial, contribui para que a acumulação na economia industrial seja transferida da produção da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa, isto é, a acumulação passa assim a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que só da exploração do trabalhador.

Todavia, o desenvolvimento do sistema produtivo nessa região, que permite essa mudança qualitativa nos países centrais, só se dá por meio de uma maior exploração do trabalhador. Segundo o autor, é nesse ponto que se evidencia a contradição existente na dependência desses países e essa contradição é o fator determinante das relações produtivas no âmbito capitalista. Em outras palavras, essa corrente da dependência considera que para que haja aumento do excedente produzido nas economias periféricas, que posteriormente será apropriado pelo centro, ocorre a superexploração da força de trabalho. Este mecanismo será discutido nas próximas seções.

3.2.2 A TROCA DESIGUAL

O processo de transformação da mais-valia absoluta na mais-valia relativa nos países industriais, citado anteriormente, é compreendido então como uma forma de exploração do trabalho que, baseada na mudança das condições técnicas de produção, resulta da

desvalorização da força de trabalho. Diante disso, Marini (2000) considera como essencial que sejam esclarecidos os conceitos de mais-valia relativa e o de produtividade. Uma maior produtividade do trabalho não garante, por si só, um aumento na mais-valia relativa. Um aumento na capacidade produtiva implica na ideia de que o trabalhador está criando mais produtos no mesmo tempo, mas não mais valor. É isso que induz o capitalista individual à busca incessante de aumento de produtividade, uma vez que isso ocasiona uma redução no valor individual de sua mercadoria em relação ao valor que as condições gerais de produção lhe atribuem, obtendo assim uma mais-valia ainda maior do que a de seus competidores, em outras palavras, uma mais-valia extraordinária.

Nesse sentido, essa ideia de mais-valia extraordinária acarreta em uma mudança da divisão geral da mais-valia entre os capitalistas, mantendo, todavia, inalterado o grau de exploração do trabalho na economia. Se o mecanismo que permite o aumento da produtividade se estende para as demais empresas, tornando uniforme a taxa de produtividade, isso não acarreta na elevação da mais-valia relativa. O que aumenta é apenas a massa de produtos, sem causar uma variação no seu valor ou uma diminuição da unidade de produto proporcionalmente ao aumento da produtividade do trabalho. O resultado seria justamente o contrário do incremento da mais-valia, sua diminuição. Isso se explica porque, na verdade, o que determina a mais-valia não é a produtividade do trabalho em si, mas o grau de exploração da força de trabalho, ou seja, uma relação entre o tempo de trabalho excedente (quando o operário está produzindo mais-valia) e o tempo de trabalho necessário (quando o operário reproduz o valor de sua força de trabalho, o que é equivalente ao seu salário). Uma alteração nessa proporção, favorecendo o capitalista, aumentando o trabalho excedente sobre o necessário, é capaz de modificar a mais-valia. Para tanto, a redução do valor social das mercadorias deve refletir nos bens necessários à reprodução da força de trabalho, os bens-salário. Dessa forma, o autor conclui que a mais-valia relativa está relacionada, essencialmente, à desvalorização dos bens-salário, para o que colabora, no geral, a produtividade do trabalho.

Para Marini (2000), entender os conceitos de mais-valia relativa e de produtividade é de fundamental importância para que se possa compreender de que forma a inserção da América Latina no mercado mundial contribuiu para o desenvolvimento do modo de produção capitalista, que se baseia na mais-valia relativa. Anteriormente, o autor havia considerado que uma das funções atribuídas a essa região foi a de prover os países industriais dos alimentos demandados pelo crescimento da classe operária. Esse processo de oferta mundial de alimentos, que contou com a contribuição dos países dessa região, foi um importante elemento que incentivou a confiança dos países industriais no comércio exterior no que diz respeito a

suas necessidades de meios de subsistência. O resultado dessa oferta foi a redução do valor real da força de trabalho nos países centrais, permitindo que o incremento da produtividade seja refletido em uma mais-valia cada vez mais elevada. Em outras palavras, diante dessa incorporação do mercado mundial, a América Latina representa um importante papel no aumento da mais-valia relativa nos países industriais.

Nesse contexto, antes de esclarecer quais foram as condições internas de produção que permitiram à América Latina cumprir o papel descrito acima, o autor atenta ao fato de que além da economia dos países periféricos ser dotada de contrariedade, sua participação no modo de produção capitalista nos países industriais também o é. Isso se deve ao fato de que, um aumento na produtividade do trabalho implica em um consumo mais que proporcional de matérias primas. À proporção que esse aumento na capacidade produtiva é acompanhado de uma maior mais-valia relativa, o que se observa é uma diminuição do valor do capital variável frente ao valor do capital constante²⁴, em outras palavras, aumenta-se a composição- valor do capital. Dessa maneira, o que é apropriado pelo capitalista não é a mais-valia que se é produzida, mas a parte desta que corresponde ao lucro. Como a parcela do lucro é dada sobre o total do capital envolvido no processo de produção²⁵, o resultado do aumento da mais-valia tende a ser uma elevação do valor do capital constante empregado para produzi-la e, conseqüentemente, uma queda da taxa de lucro (MARINI, 2000).

Essa controvérsia, crucial para a acumulação capitalista, é evidenciada na contraposição de diversos mecanismos que se orientam tanto no sentido de incrementar ainda mais a mais-valia, compensando a queda na taxa de lucro, quanto no sentido de induzir uma diminuição no valor do capital constante. Nesse segundo elemento, o que chama atenção é a oferta mundial de matérias primas industrial que se apresenta como contraponto à oferta mundial de alimentos. Tal como ocorre nesta, é diante do aumento da massa de produtos cada vez mais baratos no cenário internacional que a América Latina alimenta a expansão quantitativa da produção capitalista nos países industriais e contribui para que sejam superados os obstáculos que a essência contraditória da acumulação de capital cria para essa expansão (MARINI, 2000). Todavia, o autor afirma que é precisa atentar para o fato de que o aumento da oferta mundial de alimentos e matérias primas tem sido seguido da queda dos preços desses produtos. Isso evidencia que, nas palavras de Marini (2000): “a deterioração dos termos de troca está refletindo de fato a depreciação dos bens primários”. Assim sendo, vale questionar quais as razões de

²⁴ Segundo o próprio autor, o capital constante inclui as matérias primas (MARINI, 2000).

²⁵ O autor define esse capital como salários, instalações, maquinário e matérias primas (MARINI, 2000).

ocorrência desse fenômeno e por quais motivos ele não representou um desestímulo para que a América Latina fosse incorporada ao comércio internacional.

Na verdade, à medida que o mercado mundial ganha contornos mais desenvolvidos, a exploração internacional que se reflete na reprodução de relações econômicas propaga e amplia o atraso e a debilidade desses Estados. Assim, observa-se o mesmo fenômeno recorrente no interior das economias industriais que gira em torno do uso da força para submeter os trabalhadores ao império do capital diminuir à medida que se iniciam mecanismos econômicos que concretizam essa subordinação. O autor mostra ainda que essa expansão do mercado mundial é a base da Divisão Internacional do Trabalho, tanto nas nações industriais como nas não industriais, porém a contrapartida dessa divisão é a ampliação do mercado mundial. Esse desenvolvimento das relações abre espaço para uma melhor aplicação da lei do valor, mas por outro lado, cria condições para que diversos mecanismos de capital tentem burlá-la.

Na teoria, o comércio de mercadorias equivale à troca de equivalentes, na qual o valor é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário que as mercadorias incorporam. No campo da prática, existem mecanismos distintos que possibilitam transferências de valor que se refletem na forma como os preços de mercado e os preços de produção das mercadorias são fixados. Na primeira suposição, as transferências equivalem a aplicações específicas das leis de troca; enquanto na segunda é adotada mais claramente a essência de transgressão dessas leis (MARINI, 2000).

Assim sendo, a economia de um país pode apresentar preços de produção inferiores aos preços do concorrente devido a uma maior produtividade do trabalho, sem que para isso, seja necessário diminuir os preços de mercado. Para o país favorecido, isso representa um lucro extraordinário. É natural que esse fenômeno seja recorrente no cenário da concorrência entre nações industriais e menos nas nações que produzem essencialmente bens primários, uma vez que, entre as primeiras nações as leis capitalistas da troca são exercidas mais plenamente do que entre as segundas (MARINI, 2000).

No caso das transações de economias que trocam distintas classes de mercadoria, como manufaturas e matérias primas, o fato de que algumas produzem bens que não sejam produzidos por outras, possibilita que essas nações vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, o que configura uma troca desigual. Segundo o autor:

Isso implica que as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem, e que essa cessão ou transferência seja acentuada em favor daquele país que lhes venda mercadorias a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade. Neste último caso, a transferência de valor é dupla, ainda que não necessariamente apareça assim para a nação que transfere valor, já que seus diferentes provedores podem vender todos a um

mesmo preço, sem prejuízo de que os lucros se distribuam desigualmente entre eles e que a maior parte do valor cedido se concentre em mãos do país de produtividade mais elevada. (MARINI, 2000, p. 121).

Nesse sentido, Carcanholo (2013) afirma que essa é uma característica da situação de dependente. Em outras palavras, pode-se dizer que essa situação é caracterizada pelo fato de que uma parte do (mais) valor produzida nessa economia não é apropriada nela, mas sim nas economias centrais, integrando então a dinâmica de acumulação de capital das economias centrais e não das economias dependentes. Assim sendo, é esse o processo de transferência de mais valor que ficou conhecido como troca desigual.

De acordo com Marini (2000), diante desse mecanismo de transferência de valor que se baseia na produtividade, é possível identificar, no nível das relações internacionais, um mecanismo de compensação. Esse mecanismo se refere ao incremento de valor trocado, pela nação desfavorecida e pode ser verificado tanto no plano de troca de produtos similares quanto a produtos originados em esferas distintas de produção. Para Carcanholo (2013) esta segunda possibilidade que considera capitais distintos produzindo uma mesma mercadoria com diferentes graus de produtividade, implica que cada um dos capitais possui valores individuais distintos. Como a mercadoria é vendida pelo valor de mercado, seguindo o tempo de trabalho socialmente despendido na produção, os capitais que apresentam produtividade acima da média venderiam suas mercadorias pelo valor de mercado apropriando-se, assim, de uma mais-valia maior do que aquela que eles mesmos produziram: a mais-valia extraordinária.

Diante disso tem-se que, o aumento da massa de valor produzida implica, necessariamente, em uma maior exploração da força de trabalho, ora pelo aumento de sua intensidade, ora pela ampliação da jornada de trabalho. Ambos contribuem para aumentar a massa de valor e, conseqüentemente, aumentar a quantidade de dinheiro obtida por meio da troca. É esse o ponto que esclarece a ideia de que a oferta mundial de matérias primas e alimentos aumente à medida que se acentua a margem entre seus preços de mercado e o valor real da produção (MARINI, 2000).

No geral, o que se vê é que as nações desfavorecidas por essa troca não buscam uma correção do desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas, mas procuram compensar uma parte da renda gerada pelo comércio por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador. Ou seja, a apropriação de valor realizado encobre a apropriação de uma mais-valia gerada mediante a exploração de trabalho no interior de cada país. Nesse sentido, a transferência de valor é uma transferência de mais-valia que opera na

nação desfavorecida, e se apresenta como uma queda de mais-valia e por isso da taxa de lucro (MARINI, 2000).

Portanto, até esse ponto da análise tem-se que é necessário compreender a condição de dependente das nações periféricas como um desdobramento natural da lógica de funcionamento da economia capitalista, e esse pensamento faz menção ainda à necessidade de entender o desenvolvimento adotando um sentido de processualidade, isto é, como as leis de funcionamento de determinada nação se manifestam em uma trajetória linear de tempo. Além de analisar quais foram os mecanismos de integração da América Latina ao mercado mundial, Marini desenvolveu a noção de troca desigual, evidenciando nesse processo de transferência de valor reflexos como a superexploração do trabalho, tanto pelo aumento da jornada de trabalho, aumento da intensidade e arrocho salarial. Dessa maneira, esse mecanismo de transferência de valor no plano do comércio mundial e a remessa de (mais) valor para os países centrais são considerados componentes estruturais da dependência.

Carcanholo (2013) considera ainda que Ruy Mauro Marini ao desenvolver essa ideia de troca desigual no cenário do comércio mundial faz referência a três mecanismos que se referem a níveis de abstração distintos no processo de trocas mercantis. Um primeiro nível, admitindo que distintos capitais produzem uma mesma mercadoria apresentando diferentes graus de produtividade, envolve a noção de que cada um dos capitais possui valores individuais distintos. Já que a mercadoria é vendida seguindo o tempo de trabalho necessário, os capitais com produtividade elevada vendem suas mercadorias pelo valor de mercado, apropriando-se, assim, de uma mais-valia além daquela que eles mesmos produziram, definida como a mais-valia extraordinária. Dessa maneira, nesse nível de abstração mais elevado, tem-se que as economias compostas de capitais com produtividade abaixo da média mundial tendem a produzir mais valor do que conseguem se apropriar. Esse desnível na produtividade permite um primeiro mecanismo de transferência de mais-valia produzida nas economias dependentes que é apropriada e acumulada nas economias centrais.

Um segundo mecanismo se dá em termos de um nível de abstração menor nas trocas do comércio. De acordo com Marx (2013), quando se considera a concorrência entre diferentes esferas de produção, tem-se o surgimento de um lucro extraordinário para os setores que produzem com maior produtividade em relação à média da economia. Como os capitais das economias dependentes tendem a apresentar produtividade abaixo da média de todos os setores da economia mundial, ocorre a transferência de uma parte da mais-valia produzida nas economias dependentes que será apropriada pelos capitais nas economias centrais. Marini relaciona esse mecanismo com o monopólio de produção de mercadorias com maior

composição do capital pelos capitais operantes nas economias centrais (CARCANHOLO, 2013).

Todavia, o monopólio se relaciona também com o último nível de abstração das trocas mercantis, os preços efetivos de mercado. Por esse meio se dá um terceiro mecanismo de transferência de valor. Quando um capital tem um grau de monopólio, isso permite que este mantenha, temporariamente, volumes de produção abaixo das demandas. Como os preços de mercado estariam acima dos preços de produção, esses capitais tendem a se apropriar de um lucro acima do médio, em outras palavras, um valor apropriado além do que aquele que foi produzido por esses capitais (CARCANHOLO, 2013).

Carcanholo (2013) entende, portanto, que a junção desses três mecanismos no plano do comércio mundial - a troca desigual, nos termos de Marini – define como dito, o componente estrutural da dependência. Economias centrais, que tendem a possuir capitais com maior composição orgânica do capital em relação à média, também tendem a se apropriar de um valor produzido por capitais operantes nas economias dependentes. Em suma, pode-se assim considerar a transferência de valor para as economias centrais no plano do comércio internacional - troca desigual - e a remessa de (mais) valor para as economias centrais, sob outras formas (pagamentos de juros, transferência de capital) como os elementos que definem os condicionantes estruturais da dependência.

Até este ponto da discussão da teoria, temos elementos importantes a serem destacados. A situação de dependente se caracteriza pelo fato do mais valor produzido nessa economia não é apropriado nela, mas sim nas economias centrais, passando a integrar a dinâmica da acumulação destas. Esse processo de transferência de valor foi o que ficou conhecido como troca desigual. Além disso, a transferência de valores dos países dependentes para países centrais é o processo responsável pela superexploração dos trabalhadores desses países, ao passo que, ao terem seus lucros desviados no plano de comércio internacional, os capitalistas dos países dependentes acabam por extrair parte da mais-valia usando expedientes para aumentar a parte da jornada dos trabalhadores não remunerada. Dessa maneira, a transferência de valor assume papel fundamental na condição de dependência dos países da América Latina analisados, uma vez que, é devido a ela que tais países não conseguem se desenvolver plenamente.

Para Santos (2000), existem três formas históricas de dependência. Dependência colonial, resultado das relações metrópole-colônia; dependência financeiro-industrial, decorrente da divisão internacional do trabalho, na qual os países dependentes produzem matérias primas e produtos agrícolas para a reprodução capitalista nos países do centro e, por

fim, dependência tecnológico-industrial, por meio da qual os países dependentes recebem capital e tecnologias externos.

À medida que a transferência de valor das economias periféricas para as economias centrais ocorre por meio de uma extração de mais-valia extra, a próxima seção é voltada para alguns apontamentos sobre a superexploração da força do trabalho.

3.2.3 A SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO

Na seção anterior, vimos que a troca desigual²⁶ cria um mecanismo de compensação²⁷ da perda de mais-valia. Como a economia dependente é incapaz de impedir esse mecanismo no nível das relações de mercado, sua reação é compensá-la no plano da produção interna. O aumento da intensidade do trabalho é o reflexo de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva. A ampliação da jornada de trabalho é outro fator que induz a mesma lógica: trata-se do aumento da mais-valia absoluta, ou seja, aumenta-se o tempo de trabalho excedente, no qual o sujeito trabalhador continua produzindo depois de criar um valor equivalente ao dos meios de subsistência para seu próprio consumo. Um terceiro mecanismo seria a redução do consumo do operário além do seu limite normal, por meio do qual o consumo do operário se converte em um fundo de acumulação de capital, que implica em um aumento do tempo de trabalho excedente (MARINI, 2000). Martins (2018) evidencia que isso se dá em função da forma como os países periféricos são inseridos no ciclo de reprodução do capital na economia mundial. A burguesia dos países dependentes, por ser inscrita de maneira subordinada na divisão internacional do trabalho, acaba por recorrer à maior exploração do sujeito trabalhador como forma de compensar as transferências de mais-valia determinadas pelo monopólio tecnológico dos países do centro. Além de Martins, autores como Carcanholo e Amaral também entendem a superexploração da força de trabalho como um mecanismo de compensação.

²⁶ O efeito da troca desigual é uma busca incessante por lucro e um aguçamento dos métodos de extração de trabalho excedente (MARINI, 2000).

²⁷ Existem distintas formas de compensação das perdas sofridas do ponto de vista das relações internacionais entre os países. Nesse sentido tem-se a superexploração da força de trabalho, ou seja, mecanismos de intensificação do trabalho como ampliação da jornada de trabalho e redução salarial. Essa superexploração é um resultado intrínseco dos mecanismos de transferência do excedente que as relações subordinadas do ponto de vista internacional impõe. O subimperialismo atua como um segundo mecanismo de compensação das perdas sofridas nas relações entre economias periféricas e centrais. O processo de internacionalização da indústria manufatureira tende a beneficiar países com indústria de bens de consumo, o que amplia o exército industrial de reserva, mecanismo que, por sua vez, facilita os outros mecanismos de superexploração da força de trabalho (exploração tende a ser intensificada com o aumento do número de trabalhadores na reserva). O subimperialismo seria aquilo que Marini define como centros medianos de acumulação, ao passo que, desenrolam-se relações subimperialistas dentro do campo dependente, porém sem que ocorra a superação da dependência.

Esses três elementos, a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a exclusão de parte do trabalho necessário ao sujeito explorado para repor sua força de trabalho; caracterizam um modo de produção baseado essencialmente na exploração do trabalhador e não do incremento da sua capacidade produtiva. Essa ideia, além de ser condizente com o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na economia dos países latino-americanos, diz respeito também aos tipos de atividades que ali são realizadas.

Nessas circunstâncias, a atividade produtiva consiste no uso extensivo e intensivo da força de trabalho, uma vez que isso possibilita uma baixa composição-valor do capital que, somado com a intensificação da exploração do trabalho, culmina em uma elevação de mais-valia e das taxas de lucro para os capitalistas. Em outras palavras, esses mecanismos significam que o trabalho é remunerado abaixo do seu valor e, por isso, correspondem a superexploração do trabalho.

A “superioridade” do capitalismo²⁸ sobre as demais formas de produção mercantil reside no fato de que o que se transforma em mercadoria não é o trabalhador, como na escravidão, mas sim sua força de trabalho, ou seja, o tempo de sua existência que pode ser utilizada para a produção. Todavia, vale ressaltar que Marini (2000) não tem o objetivo de estudar as formas econômicas que existiam na América Latina, como o trabalho escravo, antes que se iniciasse efetivamente a etapa capitalista de produção. O que o autor pretende é analisar a formação do capitalismo dependente, desde a circulação até a produção, a vinculação ao mercado mundial e quais impactos isso acarreta sobre a organização interna do trabalho.

Conforme o capital cria seu próprio modo de circulação, disso depende a reprodução ampliada em escala mundial do modo de produção capitalista. Caso a região da América Latina seja convertida em um centro produtor de capital, ela deve criar seu próprio modo de circulação que seria distinto daquele que criou condições para a dependência (MARINI, 2000). Para uma melhor compreensão desse processo, Marini (2000) denota que é necessário entender o ciclo do capital na economia dependente latino-americana, o que será feito na seção seguinte.

Até o momento vimos que Ruy Mauro Marini caracterizou a superexploração do trabalho como um dos componentes da dependência. Além disso, o autor evidenciou na economia dos países dessa região a presença de um modo de produção baseado essencialmente na exploração do trabalhador e não do incremento da sua capacidade produtiva. O que representa muito bem essa ideia é o fato de que a atividade produtiva dos países periféricos gira

²⁸ Segundo Marini (2000), a produção capitalista supõe a apropriação direta da força de trabalho, e não apenas dos produtos do trabalho. Por essa via, a escravidão é um modo de trabalho que se adapta mais ao capital que a servidão.

em torno do uso extensivo e intensivo da força de trabalho, o que possibilita uma baixa composição-valor do capital e resulta em uma elevação de mais-valia e das taxas de lucro para os capitalistas.

Carcanholo (2013) aponta que esse mecanismo da superexploração da força de trabalho²⁹ ao resultar em um pagamento de salário para a força de trabalho abaixo do seu valor e no aumento da jornada de trabalho produz na economia dependente uma distribuição regressiva da renda e da riqueza, bem como a intensificação das mazelas sociais. Diante disso, com a literatura até então apresentada, é possível elencar os seguintes componentes da dependência: transferência de valor para as economias centrais no plano do comércio mundial - troca desigual-, remessa de mais valor para as economias centrais sob outras formas e superexploração da força de trabalho.

3.2.4 O CICLO DO CAPITAL NA ECONOMIA DEPENDENTE

A América Latina desenvolve sua economia mercantil em função do mercado mundial, reproduzindo relações de produção originadas da formação desse mercado. Todavia, esse processo é marcado por um aspecto contraditório, porque por visar contribuir com o processo de acumulação de capital por via da capacidade produtiva do trabalho, nos países centrais, a América Latina o fez por meio de uma acumulação que se baseou na superexploração do trabalhador. A essência da dependência nos países latino-americanos se fortifica justamente nessa controvérsia (MARINI, 2000).

Partindo do ponto de vista do país dependente, Marini (2000) separa o ciclo do capital em dois momentos fundamentais, a produção e a circulação de mercadorias. O principal efeito dessa distinção é tornar evidente, especificamente na economia latino-americana, a contradição que é inerente à produção capitalista em geral, em outras palavras, que opõe o capital ao trabalhador enquanto vendedor e comprador de mercadorias.

Nos países industriais³⁰, ainda que essa oposição “produtor e consumidor” seja efetiva, é, em certa medida, contraposta pela forma que assume o ciclo do capital. Nesse caso, o consumo produtivo do trabalhador (consumo de meios de produção que implica o processo de trabalho) pesa mais do que seu consumo individual³¹ (que o trabalhador emprega para repor sua

²⁹ Para Amaral e Carcanholo (2009), existem quatro formas principais de superexploração do trabalho. A saber: aumento da intensidade do trabalho, prolongação da jornada de trabalho, apropriação, por parte do capitalista, de parcela do fundo de consumo do trabalhador e ampliação do valor da força de trabalho sem que seja pago o montante necessário para tal.

³⁰ Países cuja acumulação de capital se baseia na produtividade do trabalho (MARINI, 2000).

³¹ De acordo com Marini (2000), o consumo dos trabalhadores representa, portanto, um elemento decisivo na criação de demanda para mercadorias produzidas.

força de trabalho), o que é definido como consumo improdutivo, que se dá exclusivamente no momento da produção. Na etapa da realização, essa contradição entre a reprodução do capital e o consumo individual dos trabalhadores desaparece, ao passo que o consumo restabelece ao capital a forma que lhe é necessária para que inicie um novo ciclo (a forma dinheiro) (MARINI, 2000).

Na economia de exportação da América Latina, esse processo se dá de outra forma. A medida que a circulação se separa da produção, sendo efetuada basicamente no cenário do mercado externo, o consumo individual do trabalhador não interfere na produção da mercadoria, ainda que seja um fator determinante da mais-valia. Dessa maneira, a exploração cada vez maior da força de trabalho do sujeito trabalhador é como um desencadeamento próprio da lógica do sistema. Portanto, a economia exportadora é, nas palavras de Marini (2000): “uma formação social baseada no modo capitalista de produção, que acentua até o limite as contradições que lhe são próprias”. Feito isso, os países dessa região configuram de maneira específica as relações de exploração e criam um ciclo de capital com uma tendência de reproduzir em escala ampliada a dependência em que se encontra frente à economia mundial.

Portanto, neste tópico o autor buscou distinguir o ciclo do capital em dois mecanismos e, partindo disso, evidenciar a contradição existente na lógica da acumulação do capital. Isso feito, seguiu-se uma diferenciação de como esse processo se dá nos países industrializados e na economia dos países latino-americanos.

Feitos todos estes esclarecimentos, além de se ter em vista os componentes da dependência e como esse fenômeno se dá, tem-se a noção de que a teoria marxista da dependência o entende, de acordo com Santos (2015), como um condicionamento da economia de determinados países frente ao desenvolvimento de outros. Isso implica que os países dominantes poderiam se expandir enquanto os dependentes apenas poderiam fazê-lo como um reflexo da expansão dos anteriores. Para Marini (2000), a dependência deve ser entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes. No próximo capítulo, será discutida a metodologia desta pesquisa.

4 METODOLOGIA

Quando o economista indiano Amartya Sen foi convidado pelo paquistanês Mahbub Ul Haq com o desejo de criar um indicador sintético que fosse capaz de fornecer uma espécie de mensuração do desenvolvimento que não fosse “cega” em relação aos aspectos sociais da vida humana, a oposição de Sen já era de se esperar. Para o indiano, desenvolvimento seria justamente a expansão das liberdades substantivas e, sendo assim, um indicador sintético não seria uma boa representação. Todavia, Mahbub Ul Haq acreditava fielmente que um índice desse tipo seria viável já que suscitaria mais interesse pelas demais variáveis que o indicador não engloba. Foi assim que nasceu o Índice de Desenvolvimento Humano (VEIGA, 2010).

Por esse olhar, cabe a importante ressalva de que a dependência, no sentido *lato* da palavra, assim como a definição de desenvolvimento para Sen, envolve muito além de aspectos econômicos. Este fenômeno aparece interligado a aspectos históricos, geopolíticos, culturais e sociais. Se fossemos adotar a linguagem seniana, poderíamos definir a dependência como multidimensional. Todavia, os métodos utilizados para a análise da dependência são congêneres. Além disso, a discussão marxista em si apresenta um nível de abstração elevado. Por esses motivos e, à luz da literatura, torna-se instigante a busca por uma quantificação da dependência seguindo seus aspectos econômicos a fim de, assim, propor uma tentativa de diminuição da abstração dessa teoria. Essa mensuração se faz relevante ao passo que, até o momento, inexistente um parâmetro para a situação de dependente de uma economia. Ao tornar a dependência economicamente mensurável, o objetivo engloba, seguindo a ideia do paquistanês, o despertar de um olhar mais crítico para o fenômeno em seu sentido amplo ao suscitar interesse pelas demais variáveis desse fenômeno.

De maneira geral, o interesse dos economistas pelos problemas associados à situação de dependência, deriva-se do fato de que esta pode ter reflexos negativos sobre a atividade econômica de determinada região. Sob aspectos mais gerais de bem-estar, tais problemas aprofundam a pobreza e a desigualdade social. Pode-se citar ainda a transferência de valor das economias dependentes para as economias centrais, no plano do comércio mundial ou sob outras formas. Segundo a teoria marxista da dependência, quando esse mecanismo ocorre, e os países dependentes enviam o excedente produzido para fora, o processo de superexploração da força de trabalho é aprofundado, o que impacta negativamente na qualidade de vida dos trabalhadores.

Diante disso, o objetivo desta pesquisa é contribuir para a construção de uma estrutura metodológica dentro do debate marxista para a análise da situação dos países dependentes e

periféricos. Para isso, essa pesquisa mensura a dependência econômica de alguns países da América Latina e dos Estados Unidos, no período que se estende de 1990 a 2014³² e, assim, diminuir o nível de abstração da teoria marxista da dependência preenchendo uma lacuna metodológica. A fim de tornar viável a quantificação econômica da dependência, esta pesquisa propõe a criação de um indicador agregado, que se fundamenta nos pressupostos da teoria. Para tanto, o índice foi composto de subindicadores que representam os componentes da dependência, apontados pela literatura. A ideia é que essa medida, além de proporcionar um parâmetro do grau de dependência dessas economias periféricas, possibilite ainda uma forma de comunicação unificada dentro da teoria. Isto significa que o Índice agregado de dependência econômica é uma ferramenta de comunicação que carrega consigo as propriedades de clareza e simplicidade.

Os países selecionados foram: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Estados Unidos, México e Uruguai. Inicialmente, o índice seria feito para todos os vinte países que compõem a América Latina. Todavia, dessa totalidade de países foram filtrados estes sete devido à disponibilidade e a limitação dos dados dentro do mesmo período, 1990 até 2014 e da mesma fonte de dados, a fim de priorizar dados calculados sob a mesma metodologia. Além disso, propor um trabalho comparativo entre diferentes países não é uma tarefa simples. Todavia, considera-se que os países da América Latina em discussão neste estudo permitem a comparação pela semelhança do contexto histórico em que se inserem e pelos desafios futuros que essas economias ainda irão enfrentar. Sobre os Estados Unidos, ainda que os autores da teoria apontem que os mecanismos da dependência operam somente em países periféricos, considerou-se relevante a criação do índice para um país do centro, ao passo que, por meio disso, é possível verificar se o índice proposto está, de fato, medindo a dependência econômica. Esse país foi escolhido em função de dois pontos principais: é a maior potência econômica mundial e é o símbolo do capitalismo, ou seja, é uma representação concreta dos reflexos do sistema capitalista no processo de acumulação do capital e funcionamento da economia.

No geral, os autores da teoria admitiram que a dependência de uma economia está condicionada, entre outros aspectos, a valores de certos indicadores econômicos e sociais. Dessa forma, um índice agregado de dependência da economia pode ser composto por subindicadores socioeconômicos igualmente ponderados. Além disso, considera-se que um indicador composto por outras variáveis busca captar, de forma agregada, os múltiplos resultados gerados por uma ação. Por essa razão, esse indicador é útil para identificar o resultado

³² Para alguns países, o índice foi mensurado a partir do ano de 1992 ou em uma frequência bienal. Isso foi um fator determinado pela disponibilidade da série histórica de dados.

produzido, ou produto gerado, como sendo composto por um conjunto de resultados pontuais e específicos.

Na análise da teoria marxista da dependência, feita anteriormente, foram apresentados os componentes desse fenômeno. A saber: superexploração do trabalho, transferência de valor para as economias centrais no plano do comércio internacional e a remessa de valor para as economias centrais sob outras formas, como pagamento de juros, amortização de dívidas, pagamento de royalties e transferência de capital. De acordo com Carcanholo (2013), mais que o conjunto desses elementos, o que define a condição dependente é a sua articulação concreta, no que pode ser observada a forma, de fato, como se desenvolve o capitalismo dependente. Essa ideia é importante porque respalda a criação do índice.

Todavia, vale destacar alguns pontos. Diante da dificuldade de observar diretamente o próprio fenômeno em sua totalidade, optou-se por observar os efeitos dele. Tomemos de exemplo o componente da superexploração da força de trabalho. Como observar o fenômeno apenas por meio da variação de jornada de trabalho não supre as análises, serão considerados também alguns efeitos, tais como: índice de incidência de pobreza, índice de Gini e expectativa de vida da população. Tendo considerado isto, a seguir serão retomados de forma breve, cada um dos componentes e justificada a escolha de cada subindicador como representação deste. Os dados utilizados para os Estados Unidos serão apresentados posteriormente.

4.1 TRANSFERÊNCIA DE VALOR NO PLANO DO COMÉRCIO MUNDIAL

A transferência de valor³³ é o mecanismo que leva a mais-valia produzida na periferia a ser apropriada e acumulada no centro (AMARAL; CARCANHOLO, 2009). É o fator que resulta na superexploração dos sujeitos trabalhadores nesses países dependentes. Isso se dá porque quando esses países têm o seu lucro desviado, os capitalistas dos países dependentes tratam de extorquir sua parte da mais-valia lançando mão de expedientes para aumentar a parte da jornada não remunerada do trabalhador (MARINI, 2000). Nesse sentido, esse componente da dependência assume um papel fundamental na condição de dependentes dos países da América Latina, já que é devido a esse mecanismo que esses países não conseguem se desenvolver plenamente.

É importante atentar que os mecanismos de transferência de valor provocam uma interrupção da acumulação interna de capital nas economias dependentes que precisa ser

³³ Para Marx (2013), o valor é uma propriedade das mercadorias que, além de substância, possui grandeza. No que diz respeito à substância, isto é, aspecto qualitativo, o valor define o que há de comum em todas as mercadorias: o fato de serem concretizações do trabalho humano abstrato.

completada e, para isso, mais excedente precisa ser gerado. Esta expropriação de valor é compensada no próprio plano da produção, justamente por meio da superexploração do trabalhador (AMARAL; CARCANHOLO, 2009).

Isso posto, para chegar a uma representação dos tipos de transferência de valor para as economias centrais a que estão submetidos os países dependentes, esta pesquisa se fundamenta nas definições apresentadas na obra de Marini (2000) e nas pesquisas de Pereira (2017) e Franklin (2012, 2015). Como dito, um dos objetivos deste trabalho é atuar em um nível de abstração menor e, com isso, buscar formas de como os excedentes são extraídos dos países dependentes e enviados para os países centrais no período mais recente.

Devido à inexistência de dados capazes de representar o próprio fenômeno, esta pesquisa o observa pelo seu efeito, propondo assim as exportações de produtos com alto teor de tecnologia em proporção das exportações de produtos manufaturados. Essa escolha é norteada pelos estudos de Pereira (2017). A autora aponta que este dado é um reflexo da transferência de renda dos países dependentes para os países do centro, no plano do mercado. Os dados foram retirados do Banco Mundial. Além de Pereira (2017), Carcanholo (2013) corrobora com essa ideia ao evidenciar que uma das formas como se configura esse mecanismo ocorre quando empresas de diferentes ramos, com variadas composições orgânicas de capital e diferentes produtividades colocam seus produtos no mercado mundial.

Entretanto, por considerar que o indicador de exportações de produtos de alto teor tecnológico contribua no sentido de reduzir a dependência de um país periférico, foi utilizado o seu valor complementar ($1 -$ exportação de alta tecnologia naquele ano e naquele país), operação que nos dá o valor referente às exportações de produtos de baixa e média tecnologia. Esse cálculo foi feito para preservar a ideia de que o índice de dependência seja composto apenas por valores que colaborem no sentido de aumentar o grau de dependência do país e para facilitar o cálculo do índice posteriormente.

Diante das características atuais de aprofundamento da desregulamentação e abertura financeira, deve-se ainda destacar o funcionamento de outros mecanismos de transferência de valor, além do próprio comércio internacional de mercadorias.

4.2 REMESSA DE MAIS-VALOR PARA AS ECONOMIAS CENTRAIS SOBRE OUTRAS FORMAS

Além da transferência de valor no plano do comércio mundial que vimos anteriormente, ocorre ainda a remessa de mais-valor para as economias centrais sobre outras formas. Amaral e Carcanholo (2009) evidenciam que parte do excedente gerado nos países periféricos pode ser enviada para os centros por outras vias e esse mecanismo se dá por meio de lucros, juros, patentes, royalties, dentre outras. De acordo com Pereira (2017), essa remessa de mais-valor por outras formas das economias dependentes para as centrais são, em parte, as operações do governo, nas quais este busca capital internacional em empréstimos e ajuda financeira com altas taxas de juros que aumentam a parte dos valores produzidos no país que é enviado para fora.

Diante disso, a fim de agregar essa dimensão do índice e representar o fenômeno (o envio de mais-valor ao exterior sobre outras formas) recorre-se a remessa líquida de lucros, juros e dividendos. Esses dados estão disponíveis no Balanço de Pagamento dos países, disponibilizados pela base de dados e publicações estatísticas da CEPAL. Visando possibilitar a comparação do índice entre os diferentes países, os dados foram calculados em proporção do PIB total anual a preços correntes, informação que foi extraída da mesma base de dados. A escolha desse indicador visa traduzir o fenômeno de uma forma simplificada, e ao mesmo tempo, tornar a análise mais abrangente.

4.3 SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO

Na discussão teórica da seção precedente, viu-se que a superexploração do trabalho é elencada como um dos componentes da dependência, no viés marxista da teoria. Ainda que a superexploração da força de trabalho seja uma característica própria das economias periféricas dependentes, vale lembrar que o aumento da mais-valia é um mecanismo intrínseco da lógica do funcionamento do sistema capitalista, tanto nas economias centrais como nas economias periféricas. Tratando dessa questão, Marini evidencia que a superexploração se dá em função da transferência de valor entre a economia periférica e central, que faz com que a mais valia produzida na periferia seja apropriada e integrada ao processo de acumulação do centro.

De acordo com Marini (2000), o aumento da mais-valia é o efeito de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva. A ampliação da jornada de trabalho é outro fator que induz a mesma lógica: trata-se do aumento da mais-valia absoluta, ou seja, um aumento do tempo de trabalho excedente, no qual o sujeito trabalhador continua produzindo depois de criar um valor equivalente ao dos meios de subsistência para seu próprio consumo. Um terceiro mecanismo seria a redução do consumo do operário além do

seu limite normal, por meio do qual esse consumo se converteria em um fundo de acumulação de capital, que implica em um aumento do tempo de trabalho excedente. Marx (2014) afirma que assim como a jornada de trabalho é a unidade de medida natural para a função da força de trabalho, o ano é a unidade de medida natural para as rotações do capital em processo.

No entanto, representar essa dimensão da dependência por meio de um indicador não é uma tarefa simples, uma vez que inexiste uma medida da superexploração da força de trabalho. Diante desta questão, esta pesquisa optou por representar a superexploração por meio do fenômeno e dos seus efeitos. Franklin (2012), na mesma tentativa, propôs a análise das horas trabalhadas nas exportações entre um país periférico (Brasil) e um país do centro (Estados Unidos). Todavia, devido à indisponibilidade de tais dados para o grupo dos países da América Latina, foi utilizada a variação percentual da média anual de horas trabalhadas por pessoa ocupada. Os dados estavam inicialmente em horas brutas e foram assim obtidos da base de dados de Angus Maddison Historical Statistics³⁴. Em um segundo momento, calculou-se a variação percentual. Além dessa medida, foram utilizados outros indicadores que representam os efeitos de uma maior exploração do trabalhador na economia do país periférico, como a esperança de vida ao nascer, o índice de Gini e o índice de incidência de pobreza em US\$ 3,20 por dia.

Os dados referentes à esperança de vida ao nascer foram retirados do Banco Mundial. Segundo a definição da própria fonte de dados, a expectativa de vida ao nascer indica o número de anos que um recém-nascido viveria se os padrões prevalentes de mortalidade no momento do nascimento fossem os mesmos durante toda a vida. Esse dado foi escolhido considerando-se que uma maior exploração do trabalhador impacta na qualidade de vida do indivíduo.

O índice de Gini foi extraído da mesma fonte de dados, o Banco Mundial. Esse índice mede até que ponto a distribuição de renda entre indivíduos ou famílias dentro de uma economia se desvia de uma distribuição perfeitamente igual. A curva de Lorenz traça as porcentagens cumulativas da receita total recebida em relação ao número acumulado de destinatários, partindo do indivíduo ou família mais pobre. Nesse sentido, o índice de Gini mede a área entre a curva de Lorenz e uma linha hipotética de igualdade absoluta, expressa como uma porcentagem da área máxima sob a linha. Dessa forma, um índice de Gini de 0 representa igualdade perfeita, enquanto um índice de 1 implica em desigualdade absoluta. De acordo com o Banco Mundial, essa medida fornece um parâmetro conveniente do grau de desigualdade. O

³⁴ O projeto Maddison foi iniciado em março de 2010 por um grupo de colegas próximos de Angus Maddison, com objetivo de apoiar uma forma eficaz de cooperação entre os acadêmicos para continuar o trabalho de Maddison em medir o desempenho econômico de diferentes regiões e períodos.

índice de Gini foi escolhido como um dos efeitos da superexploração do trabalho uma vez que, Carcanholo (2008) entende que esse mecanismo redundará em um pagamento de salário abaixo do seu valor e assim produz na economia dependente uma distribuição regressiva de renda e de riqueza.

Além de uma distribuição regressiva da renda e da riqueza, outro efeito resultante da superexploração do trabalho pode ser definido como a intensificação dos problemas sociais. Diante disso e, a fim de representar de uma forma geral esse efeito, além da concentração de renda, para este componente será proposto o índice de incidência de pobreza, seguindo o critério da renda.

Os dados referentes ao índice de incidência da pobreza em US\$ 3,20 por dia foram retirados do Banco Mundial. De acordo com a definição do Banco Mundial o hiato da pobreza em US\$ 3,20 por dia representa o déficit médio na renda ou consumo da linha de pobreza US\$ 3,20 por dia, expresso como uma porcentagem da linha de pobreza. A unidade de medida é a porcentagem e a periodicidade dos dados é anual.

A fonte de dados, Banco Mundial (2002), reconhece que as comparações internacionais de estimativas de pobreza envolvem problemas conceituais e práticos, uma vez que, além dos países apresentarem diferentes definições de pobreza, comparações consistentes entre países também podem ser complexas. Diante disso, o Banco Mundial disponibiliza índices de incidência de pobreza em diferentes linhas. A linha de pobreza de US\$ 3,20, adotada nesta pesquisa, é derivada de linhas de pobreza nacionais típicas em países classificados como baixa renda média, enquanto a linha de pobreza de US\$ 5,50 é derivada de linhas de pobreza nacionais típicas em países classificados como renda média superior. O contexto histórico semelhante em que os países da América Latina se inserem, no que diz respeito à renda, justifica a escolha da linha de pobreza de US\$3,20.

4.4 INDICADOR AGREGADO DE DEPENDÊNCIA DA ECONOMIA (IADE)

Tendo esclarecido quais dados foram utilizados para composição do índice, esta seção tem o objetivo de apresentar a fórmula seguida para agregar as informações. A forma proposta para a determinação, e posterior avaliação, do *IADE* dos países da América Latina, pode ser observada a seguir:

$$IADE_{it} = \sum_{k=1}^k \mu_k \cdot I_k, \quad IADE_{it} = f(I_1, \dots, I_k), \quad 0 < IADE_{it} < 1, \quad (1)$$

em que k é o número de subindicadores (I) relevantes para a composição da dependência (i) no país de análise, no período (t). Para obter essa medida sintética da situação de economia dependente, em cada país, seria interessante então, agregar o conjunto de subindicadores para cada economia. Dessa forma, o $I A D E$ do país i , seria calculado pelo somatório ponderado dos subindicadores (I_k) que o compõem, no ano em questão (t).

A diferença do resultado do $I A D E$, em cada país, seria expressa pela melhora dos valores dos subindicadores econômicos (I_k) que compuserem o $I A D E$ de cada um dos países. Ou seja, a contribuição de cada um dos subindicadores (I_k) no $I A D E_i$ calculado para cada lugar seria explicada por

$$\Delta I A D E_i = \sum_{k=1}^k \frac{\partial f}{\partial I_k} \Delta I_k \quad (2)$$

Definiu-se a mesma ponderação para cada subindicador. A atribuição de pesos iguais para todos os subindicadores deve-se ao fato de que, determinar maior ou menor grau de importância especificamente para um, seria algo, a princípio, completamente aleatório. Dessa maneira, um $I A D E$ composto, por exemplo, por dois subindicadores, cada subindicador teria um peso igual 50%, em um $I A D E$ composto por 4 subindicadores, cada um deste teria peso igual a 25% e assim sucessivamente. Assim,

$$\sum \mu_k = 1 \quad (3)$$

A composição do $I A D E$ considerou subindicadores que representam a condição de dependência, direta ou indiretamente. A escolha dos subindicadores, utilizados neste trabalho, foi determinada partindo da relevância destes dentro do contexto de cada componente da situação de dependente das economias periféricas e pela disponibilidade das séries históricas no período de 1990 a 2014.

Diante do que foi apresentado, o quadro a seguir sintetiza algumas informações importantes, como quais as dimensões da dependência representadas no índice, quais subindicadores foram utilizados, se os subindicadores representam o próprio fenômeno ou o efeito, qual a ponderação e qual a fonte dos dados (QUADRO 1).

Quadro 1 - Índice agregado de dependência econômica

Componente	Observado	Subindicador	Fonte dos dados	Ponderação do subindicador	Ponderação do componente
Transferência de valor no plano do comércio mundial	Efeito	Exportações de baixo e médio teor tecnológico (% das exportações de produtos manufaturados) = 1 - exportações de alta tecnologia (% das exportações de produtos manufaturados)	Banco Mundial	0,33	0,33
Remessa de mais valor sob outras formas	Fenômeno	Remessa de juros, lucros e dividendos (% do PIB)	Base de dados e publicações estatísticas da CEPAL ³⁵	0,33	0,33
Superexploração da força de trabalho	Fenômeno	Δ % das horas trabalhadas por pessoa ocupada	Angus Maddinson	0,0825	0,33
	Efeito	Esperança de vida ao nascer (%)	Banco Mundial	0,0825	
	Efeito	Índice de Gini (%)	Banco Mundial	0,0825	
	Efeito	Índice de incidência de pobreza em até US\$3,20 por dia (% da população total)	Banco Mundial	0,0825	

Fonte: Elaboração própria.

³⁵Para os Estados Unidos, este dado foi retirado da base de dados do Fundo Monetário Internacional (FMI). Os demais dados para o país foram retirados da mesma base de dados do que para os demais países.

Sobre os Estados Unidos, vale observar que foram utilizados os mesmos dados propostos para os países da América Latina: variação percentual das horas trabalhadas por pessoa ocupada, índice de gini, índice de incidência de pobreza em até US\$3,20 por dia, exportações de baixo e médio teor tecnológico e esperança de vida ao nascer. Esses dados foram retirados das mesmas bases de dados nas quais foram extraídas as informações para os países da América Latina. Apenas a remessa de juros, lucros e dividendos (em proporção do PIB) foi extraída de outra base de dados. Esse dado também estava no balanço de pagamentos (BP) do país, porém o BP foi disponibilizado na base de dados do Fundo Monetário Internacional (FMI). A forma de padronização dos dados para este país segue o padrão para os demais países e será explicada a seguir.

Os dados foram colocados dentro de um intervalo fechado de 0 a 1. Ou seja, para cada série temporal utilizada, foram encontrados o valor máximo e o valor mínimo da série e, posteriormente, as demais observações foram calculadas com base nessa variação. Essa padronização seguida foi adotada na construção do IDH e garante que as observações estejam necessariamente no intervalo [0,1] e, assim, sejam evitadas distorções no indicador. A interpretação do *IADÉ* segue a mesma lógica da interpretação do Gini, na qual zero (0) representa nenhuma dependência econômica e um (1) representa total dependência.

A fórmula adotada para padronização dos dados é a seguinte:

$$V_{pad} = \frac{V_{obs} - V_{mín}}{(V_{máx} - V_{mín})} \quad (4)$$

na qual V_{pad} é o valor padronizado, V_{obs} é o valor observado (dados extraídos inicialmente), $V_{mín}$ é o valor mínimo da série e $V_{máx}$ é o valor máximo da série.

A esperança de vida ao nascer (em anos) foi o único indicador, de todos os utilizados, que seguiu uma fórmula de padronização diferente da forma proposta acima. Isso se deu pelo fato de que, assim como as exportações de alto teor tecnológico, também se considera que uma maior esperança de vida ao nascer sinalize uma redução da dependência. No entanto, com esse indicador não é possível adotar a mesma medida proposta para as exportações, ou seja, usar o valor complementar da série. Diante disso, para a esperança de vida ao nascer, foi adotada a seguinte fórmula de padronização:

$$V_{pad} = \frac{V_{máx} - V_{obs}}{(V_{máx} - V_{mín})} \quad (5)$$

De uma maneira geral, é como considerar que as variáveis que contribuem no sentido de aumentar a dependência seguem a padronização proposta na equação (4) enquanto as variáveis com efeito no sentido de diminuir a dependência seguem a padronização proposta na equação (5). Tendo isso em vista, a seguir apresento todos os dados de cada subindicador utilizado na construção do índice, que serão chamados de valores observados. Os valores adotados como mínimo e máximo foram destacados em negrito em cada tabela dos valores observados. Os valores padronizados serão apresentados nas tabelas que compõem o apêndice desta pesquisa.

Tabela 1 - Δ% da média anual de horas trabalhadas por pessoa ocupada - valores observados

	Argentina	Brasil	Chile	Colômbia	Costa Rica	Estados Unidos	México	Uruguai
1990	-0,644468314	-0,529380625	0,252652841	-0,50530571	0,137689468	-0,972280109	0,048567266	
1991	-0,650766131	-0,560377994	0,226046895	-0,50916828	0,137689457	-0,580393181	-2,885981473	-0,363479383
1992	-0,650766131	-0,560377994	0,226046911	-0,50916828	0,137689482	-0,531871462	-0,425015612	-0,363479383
1993	1,332848138	0,053806837	0,226046931	0,66479893	0,137689456	0,923551198	0,393679623	-0,363479383
1994	1,332848138	0,053806837	0,226046907	0,66479893	0,137689464	0,856569829	1,605668746	-0,363479383
1995	1,184887428	-0,256360471	0,726643827	-0,24137888	0,137689505	0,950241581	0,726643842	-0,363479383
1996	-2,696035362	-0,256360471	1,41630563	-0,24137888	0,137689453	-0,202521582	1,416305635	-0,363479383
1997	3,858273793	-0,256360471	-2,464332036	-0,24137888	0,137689476	0,668945546	2,210270179	-0,363479383
1998	-0,745495076	-0,256360471	1,906028369	-0,24137888	0,137689447	0,655155765	-3,230981964	-0,604235139
1999	-0,512380579	0,508505628	-0,956937799	-0,72278912	0,137689492	0,357985203	3,423825757	-0,604235139
2000	-1,703255296	-1,314867315	-0,614844093	-2,99785867	0,137689443	-0,067000453	-3,049803831	-1,314867315
2001	-3,093957652	-1,128744235	-0,927971719	-0,36792236	0,858369136	-1,3200383	-1,311545494	-1,128744235
2002	-10,69359249	-2,131752029	0,356824264	-0,36792236	0	-1,002020595	2,361755486	-2,131752029
2003	6,756606215	0,854684238	-0,666666667	-0,36792236	0	-1,281998059	-2,434892474	0,854684238
2004	1,179574782	-0,720155777	-0,134228188	-0,36792236	-2,97872341	0,060731365	-0,901324316	-0,720155777
2005	0,901007903	-0,146951192	-3,360215054	-0,36792236	-1,09649123	-0,213730737	3,081839585	-0,146951192
2006	3,080800746	0,303334794	0,370885489	-0,36792236	0	-0,060286321	-2,169122267	0,303334794
2007	0,413111078	0,248315617	-1,709006928	-0,36792236	3,104212865	-0,371523085	-0,750625069	0,248315617
2008	1,044693745	0,634129263	-1,55075188	-0,36792236	0,817204278	-0,598485301	2,26348931	0,634129263
2009	-5,391254463	-3,176072575	-1,002386635	-0,36792236	-2,02563545	-1,856897509	-4,222760664	-3,176072575
2010	-0,470853402	-0,150054507	-0,289296046	-0,36792236	-2,02563544	0,543246878	2,231989023	-0,150054507
2011	1,941431972	0,630864552	-1,015473888	-0,36792236	1,421800948	0,995033223	0,201785277	0,630864552
2012	1,514796182	-0,924655344	-1,123595506	-1,37931034	-2,8462192	-0,090875825	-1,194607299	-0,924655344
2013	-0,68902702	-0,684249057	-0,444664032	-0,68424906	-2,79842589	0,284721048	1,236575427	-0,684249057
2014	0	0	-1,240694789	0	-0,31488979	0,335722201	0,180897153	0

Fonte: MADDISSON (2018).

Tabela 2 - Esperança de vida ao nascer (anos) - valores observados

	Argentina	Brasil	Chile	Colômbia	Costa Rica	Estados Unidos	México	Uruguai
1990	71,565	65,3	73,68	68,292	75,638	75,21	70,836	72,571
1991	71,79	65,708	74,042	68,443	75,83	75,365	71,235	72,758
1992	72,023	66,144	74,394	68,63	76,016	75,617	71,633	72,954
1993	72,256	66,607	74,733	68,857	76,2	75,419	72,029	73,161
1994	72,489	67,095	75,059	69,125	76,385	75,61	72,418	73,381
1995	72,719	67,6	75,374	69,428	76,571	75,621	72,796	73,613
1996	72,947	68,112	75,678	69,756	76,759	76,026	73,158	73,854
1997	73,173	68,622	75,974	70,09	76,942	76,429	73,498	74,098
1998	73,397	69,12	76,259	70,416	77,119	76,580	73,814	74,341
1999	73,618	69,599	76,533	70,727	77,288	76,582	74,103	74,577
2000	73,832	70,055	76,793	71,019	77,448	76,636	74,364	74,805
2001	74,039	70,486	77,034	71,293	77,597	76,836	74,598	75,022
2002	74,236	70,896	77,255	71,556	77,736	76,936	74,809	75,229
2003	74,424	71,29	77,453	71,813	77,868	77,036	75,002	75,427
2004	74,603	71,67	77,632	72,062	77,993	77,487	75,18	75,614
2005	74,775	72,04	77,791	72,303	78,114	77,487	75,347	75,792
2006	74,941	72,405	77,934	72,532	78,234	77,687	75,505	75,961
2007	75,105	72,768	78,066	72,749	78,355	77,987	75,656	76,124
2008	75,268	73,129	78,193	72,952	78,481	78,039	75,802	76,282
2009	75,431	73,488	78,32	73,143	78,613	78,390	75,948	76,436
2010	75,595	73,838	78,454	73,325	78,756	78,541	76,096	76,588
2011	75,761	74,174	78,599	73,5	78,911	78,641	76,251	76,739
2012	75,926	74,488	78,758	73,673	79,077	78,741	76,412	76,89
2013	76,089	74,777	78,931	73,847	79,254	78,741	76,579	77,04
2014	76,252	75,042	79,117	74,022	79,44	78,841	76,753	77,19

Fonte: Banco Mundial (2002).

Tabela 3 - Índice de Gini (%) - valores observados

	Argentina	Brasil	Chile	Colômbia	Costa Rica	Estados Unidos	México	Uruguai
1990		60,5	57,2		45,3			
1991	46,8				46,6	38,2		
1992	45,5	53,2	54,8	51,5	45,7		49,6	
1993	44,9	60,1			46			
1994	45,9		56,4		46,8	40,2	50,3	
1995	48,9	59,6			45,7			
1996	49,5	59,9	54,9	56,9	46,5		48,2	
1997	49,1	59,8			45,6	40,8		
1998	50,7	59,6	55,5		45,7		48,7	
1999	49,8	59		58,7	47,7			
2000	51,1	59,29	52,8	58,7	47,4	40,4	51,4	
2001	53,3	58,4		57,2	51,6			
2002	53,8	58,1		55,8	51,9		49	
2003	50,7	57,6	51,5	53,4	49,3			
2004	48,3	56,5		54,8	48,3	40,5	48,3	
2005	47,7	56,3		53,7	47,5		48,9	
2006	46,6	55,6	48,2		49,4		47,7	45,9
2007	46,3	54,9			49,3	41,1		46,4
2008	44,5	54		55,4	48,7		44,6	45,1
2009	43,9	53,7	49	54,5	50,6			45,6
2010	43	52,5		54,8	48,2	40,4	45,3	44,5
2011	42,3	52,9	47,6	53,6	48,7			42,2
2012	41,2	52,6		52,9	48,6		45,4	39,9
2013	41	52,8	47,3	52,9	49,3	41		40,5
2014	41,4	51,5	47,7	52,8	48,6		45,8	40,1

Fonte: Banco Mundial (2002).

Tabela 4 - Índice de incidência de pobreza em US\$3,20 por dia (% da população total) - valores observados

	Argentina	Brasil	Chile	Colômbia	Costa Rica	Estados Unidos	México	Uruguai
1990		38,5	22,7		19,3			
1991	4,4				23,3	0,7		
1992	4,9	37,2	16,7	22,6	19,7		20,7	
1993	5,8	36,4			16,1			
1994	5,5		15,7		13,6	1	20,5	
1995	8,6	26,9			14,1			
1996	9,5	27,3	12,4	32,1	16,7		28,5	
1997	8,8	27,8			13,8	1		
1998	10,1	25,4	11,4		10,8		26,2	
1999	10,7	27,3		36	13,1			
2000	12,6	25,4	12,4	30,7	13,7	1	22,4	
2001	17,3	23,5		36,6	10,6			
2002	26,2	22,4		30,3	9,8		19,8	
2003	15,5	23,5	11,5	27,2	9,6			
2004	12,1	21,6		26,5	9,1	1,2	16,2	
2005	10	19,7		23,4	7,7		18,3	
2006	8	17,1	7,4		7,6		12,8	3,7
2007	6,9	15,7			5,2	1,2		2,9
2008	6,2	13,5		22,6	5,2		13,8	1,8
2009	6	12,5	6,7	20,7	5,5			1,8
2010	3,7	11,4		18,4	4	1,2	14	1,3
2011	2,6	10,3	4,7	16,3	4,3			1
2012	2,7	8,7		15,6	4,2		13,1	1,1
2013	2,4	8,2	2,6	14,3	4	1,2		0,8
2014	2,8	6,9	3,1	13,2	3,8		14,2	0,7

Fonte: Banco Mundial (2002).

Tabela 5 - Remessa de juros, lucros e dividendos (% do PIB) - valores observados

	Argentina	Brasil	Chile	Colômbia	Costa Rica	Estados Unidos	México	Uruguai
1990	3,128174831	2,631411186	4,86700527	4,01550278	3,370198466	0,517348359	2,73459362	2,06122974
1991	2,25664638	2,488012188	4,744712374	3,44221395	2,61267419	0,436011107	2,2741339	1,045189056
1992	0,892816783	2,099827614	3,829355747	3,16035087	2,130478625	0,417036026	2,17882775	0,632337643
1993	0,59109883	2,367527892	3,176088449	2,25163952	2,176716681	0,417738314	2,33198178	0,627643085
1994	0,329039951	1,39183442	4,185702993	1,86583962	1,045760405	0,290138874	1,5948918	0,835642393
1995	0,297638839	0,903633769	3,548241571	1,79386728	1,576418038	0,327019386	2,54404109	0,483472673
1996	0,4575114	0,883356961	2,763727537	2,00627708	1,294375834	0,327554471	3,21264492	0,243479234
1997	0,363931137	1,066469575	2,550319074	1,97462836	1,762240882	0,198433128	2,39590661	0,193992408
1998	0,299473892	1,344164963	1,793284887	1,55344312	3,09284408	0,0975096	0,00250883	0,123191164
1999	0,180670707	1,921318675	2,415755793	1,82073983	4,159093791	0,189975807	2,05406935	0,154197418
2000	0,139121371	1,437182098	3,071623169	1,92900174	4,673003472	0,240190006	1,94818633	0,290138161
2001	0,353751201	1,824623235	2,777189882	1,90628225	4,547768219	0,328223932	1,67884868	0,349033841
2002	1,630170866	1,943503654	3,339651479	1,7438691	4,492605226	0,278455433	1,39629141	4,068747808
2003	1,374283434	1,776552721	5,534784521	2,32530356	4,356270972	0,374884362	1,30971131	4,17625078
2004	1,773208202	1,536794558	7,483203122	2,55106704	4,246925041	0,517017775	1,15726542	4,257383447
2005	2,002920916	1,615371692	8,446742225	2,82605461	3,473819798	0,498665296	1,79579799	2,846298717
2006	2,41425137	1,501347478	12,25157922	3,10385645	3,218084636	0,276953368	1,59372622	2,18749202
2007	2,085347966	1,622932317	11,62151067	3,39541192	2,297346311	0,660854282	1,71682944	2,203702596
2008	1,988295201	1,949928069	8,572967384	3,53479836	3,353161576	0,960707683	1,45154579	3,018158347
2009	2,398686404	1,504149863	7,343697183	3,07075271	3,926720415	0,857096388	1,61114095	3,286387942
2010	2,86728216	2,280752166	7,496958547	3,36147465	3,875112025	1,17562583	1,16704415	3,726495302
2011	2,332152931	1,802636738	6,197227697	4,04450238	3,390933376	1,410079395	1,57384172	3,401414441
2012	1,906761405	1,416527937	5,158521383	3,39178487	3,620373937	1,334296475	2,20690507	6,149284593
2013	1,689748841	0,518853095	4,630792757	2,97836993	3,698655747	1,283230761	2,96097773	4,052583642
2014	1,526919755	1,281273504	3,338768559	2,32913098	4,085586957	1,306676864	2,38382332	5,029177441

Fonte: Banco de dados e publicações estatísticas da CEPAL. Para os Estados Unidos: Dataset FMI.

Tabela 6- Exportações de baixa e média tecnologia (% do total dos manufaturados exportados) - valores observados

	Argentina	Brasil	Chile	Colômbia	Costa Rica	Estados Unidos	México	Uruguai
1990		93,53912	95,31775			67,470033	91,5707	
1991		94,79735	98,00847	94,77608		67,598496	91,3199	
1992	92,04681	95,0824	97,63383	93,13811		67,436712	88,7562	
1993	93,52083	96,04608	97,62057	94,13794		68,534866	88,4011	97,28718
1994	95,24263	95,4041	97,85253	94,28994	94,3291	69,000909	86,063	98,07958
1995	95,97972	95,11174	96,66031	93,32894	93,79891	69,699362	84,8274	97,37447
1996	94,40804	93,78669	96,33951	92,25657	95,79717	69,24121	84,1947	97,34435
1997	94,92517	92,46374	96,67215	91,97893	86,79686	68,271252	82,446	97,81112
1998	94,09055	90,58932	96,32745	91,22316	56,28677	66,78411	80,7472	97,89365
1999	91,89594	86,82715	96,76098	91,81951	36,59633	65,741769	79,2536	97,57061
2000	90,64814	81,27274	96,59395	92,25958	48,28565	66,225044	77,5486	97,77725
2001	90,73266	80,75384	96,82188	92,78891	63,60355	67,437387	77,944	97,80338
2002	92,33096	83,4797	96,22216	92,82699	63,41046	68,272304	78,5733	96,89222
2003	91,10251	88,04401	95,34675	93,38498	55,18206	69,059087	78,6009	97,35606
2004	92,28098	88,40728	94,07785	94,30561	64,28518	74,047587	78,7146	97,07745
2005	93,17337	87,15685	93,06481	95,00883	61,97308	75,032645	80,3643	97,27867
2006	92,94582	87,92358	93,1703	95,92411	55,2801	69,943001	81,0186	96,46904
2007	93,40555	88,13406	92,61922	97,0908	54,62585	72,777335	82,8229	96,58471
2008	90,98263	88,35306	93,4559	96,27624	60,57379	74,079668	84,2708	95,40608
2009	91,31307	86,80272	94,36641	94,77998	55,81949	78,51231	81,8238	94,2484
2010	92,58141	88,77583	94,27033	94,94368	60,02766	80,031986	83,0622	93,40717
2011	92,92598	90,27981	95,09132	95,67262	59,15524	81,894317	83,4902	93,87784
2012	93,58422	89,5073	95,13839	94,81001	60,38677	82,223115	83,6649	90,69905
2013	92,74032	90,34938	93,96376	92,60602	56,67788	82,181303	84,0752	91,33924
2014	93,12361	89,38501	93,65142	92,28827	63,95047	81,770617	84,0078	92,07021

Fonte: Banco Mundial (2002).

Após feita a padronização dos dados, como detalhado anteriormente, foi possível calcular o índice agregado de dependência econômica partindo dos dados apresentados nas tabelas acima e dos valores padronizados, nas tabelas apresentadas no apêndice da pesquisa. No capítulo a seguir, apresento o índice calculado para cada país no período analisado.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As mudanças no cenário internacional indicavam profundas transformações na esfera doméstica dos estados nacionais e, principalmente, das nações em desenvolvimento (VADELL, 2006). De forma geral, a década de 1990 pode ser caracterizada, na América Latina, como um período em que os países dessa região retomaram o acesso ao circuito financeiro internacional, de forma que a restrição de liquidez e de financiamento externo que marcou a década anterior foi revertida (PAINCEIRA; CARCANHOLO, 2002). Esse processo de reinserção das economias periféricas no contexto da globalização financeira, por meio da liberalização dos fluxos financeiros externos, gerou uma forte entrada de capitais na região nesse período, acarretando em uma tendência de apreciação cambial nesses países, fenômeno intensificado pela adoção de políticas de estabilização sob um regime de âncora cambial. Paineira e Carcanholo (2002) ressaltam que a adoção desse regime, no contexto de liberalização financeira dos capitais internacionais, inviabilizou a autonomia da política econômica dos países que adotaram tanto a âncora cambial quanto a abertura do sistema financeiro.

No que diz respeito à política monetária e financeira, isso se reflete na perda de autonomia na determinação da taxa de juros e dos preços dos ativos domésticos, configurando um cenário de dependência do fluxo de capitais externos. De um lado, a política deve manter um diferencial entre as taxas de juros doméstica e internacional, visando atrair os capitais externos. Esse mecanismo acaba privando o país de determinar a taxa de juros com objetivo interno, como, por exemplo, geração de renda e emprego. Por outro lado, o próprio comportamento especulativo do fluxo internacional de capitais tende a reduzir os graus de liberdade no manejo da política monetária e financeira (PAINCEIRA; CARCANHOLO, 2002).

Diante disso e, tendo detalhado a metodologia no capítulo anterior, o objetivo desse capítulo é apresentar os resultados obtidos para cada país periférico. Vale ressaltar que a grande contribuição desta pesquisa está na construção do índice agregado de dependência econômica, na qual foram centrados os maiores esforços. Sendo assim, este capítulo apresenta os resultados obtidos acompanhados de uma breve discussão. A Tabela 7 apresenta o índice de dependência³⁶ calculado para o grupo de países estudados nesta pesquisa.

³⁶ Os valores foram aproximados com três casas decimais.

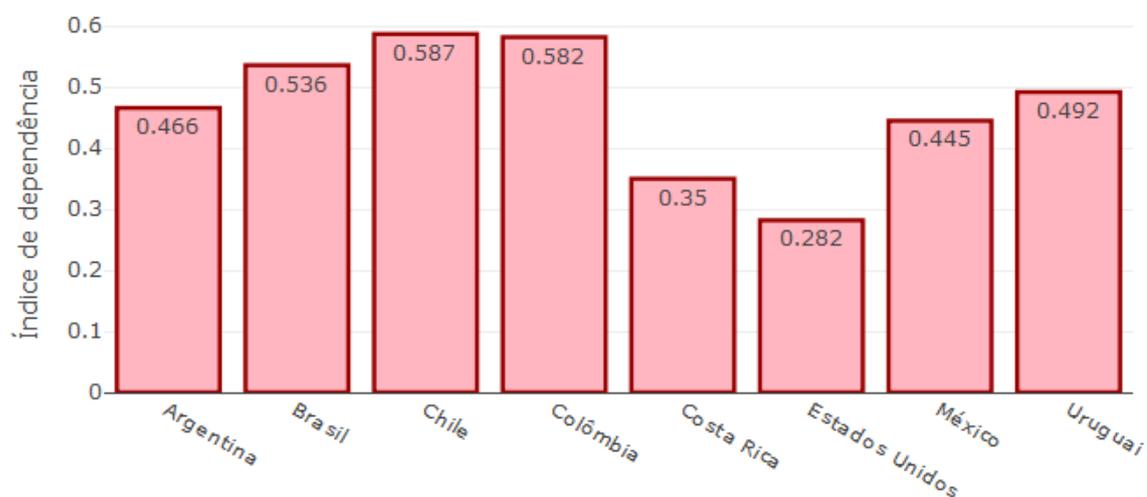
Tabela 7- Índice agregado de dependência econômica (IADE)

	Argentina	Brasil	Chile	Colômbia	Costa Rica	Estados Unidos	México	Uruguai
1990		0,672	0,649					
1991						0,249		
1992	0,448	0,631	0,608	0,596			0,518	
1993	0,456	0,667						
1994	0,459		0,618		0,466	0,266	0,495	
1995	0,478	0,593			0,474			
1996	0,459	0,584	0,561	0,596	0,485		0,533	
1997	0,486	0,580			0,438	0,256		
1998	0,465	0,568	0,534		0,303		0,399	
1999	0,448	0,566		0,596	0,237			
2000	0,442	0,509	0,547	0,577	0,313	0,240	0,434	
2001	0,459	0,508		0,597	0,403			
2002	0,486	0,515		0,573	0,395		0,433	
2003	0,519	0,547	0,596	0,574	0,337			
2004	0,493	0,525		0,587	0,363	0,286	0,399	
2005	0,495	0,516		0,586	0,332		0,450	
2006	0,505	0,509	0,746		0,300		0,406	0,487
2007	0,482	0,505			0,281	0,281		0,487
2008	0,460	0,507		0,613	0,327		0,429	0,496
2009	0,439	0,463	0,613	0,584	0,311			0,480
2010	0,472	0,500		0,588	0,319	0,332	0,416	0,496
2011	0,465	0,496	0,575	0,600	0,319			0,483
2012	0,450	0,467		0,568	0,310		0,428	0,524
2013	0,427	0,447	0,521	0,544	0,294	0,346		0,472
2014	0,430	0,456	0,483	0,525	0,351		0,443	0,503
Média	0,466	0,536	0,587	0,582	0,350	0,282	0,445	0,492

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com os dados da Tabela 7, verifica-se que, para todos os países da América Latina que foram calculados os índices, o grau de dependência termina em 2014, menor do que no começo da década de 1990. Essa observação é importante porque nos sugere uma primeira consideração sobre a dependência nesses países, isto é, existe uma tendência de queda da dependência econômica nos países periféricos durante o período que compreende 1990 a 2014. Os resultados obtidos para o Estados Unidos evidenciam que o patamar de dependência econômica deste país situa-se abaixo da linha dos países periféricos. Este resultado era esperado, já que os Estados Unidos se estabelecem como um país do centro se apropriando, entre outros, da mais-valia originada nos países periféricos. O Gráfico 1 destaca a média de dependência econômica para os países durante todo o período analisado.

Gráfico 1 - Índice agregado de dependência econômica para os países

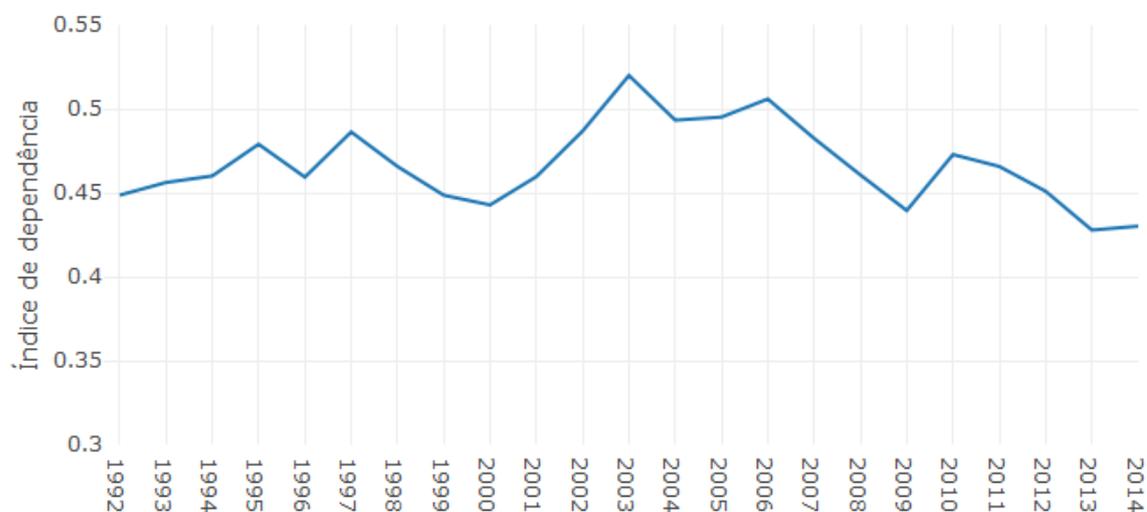


Fonte: Elaboração própria.

A média do índice evidencia que o Chile é o país com maior grau de dependência, seguido da Colômbia e do Brasil, enquanto o país da América Latina que se mostra com menor grau de dependência dentro do grupo de países é a Costa Rica, com 0,35. O Estados Unidos é o país com menor grau de dependência, resultado que se deve, entre outros fatores, ao alto desempenho econômico do país.

O Gráfico 2 mostra a trajetória do índice na Argentina.

Gráfico 2 - Índice agregado de dependência econômica - Argentina (1992 a 2014)



Fonte: Elaboração própria.

De acordo com o *IADE* da Argentina no período de 1992 a 2014, pode-se observar, apesar de algumas mudanças no sentido da trajetória, uma tendência crescente até 2003. O ano de 2003, período que sucede a crise que o país vivenciou em 2001, pode ser considerado como um ponto de inflexão da trajetória do índice no país, já que a partir deste ano a tendência se torna, sobretudo, decrescente. A fim de compreender um pouco mais a trajetória observada do índice, apresenta-se uma rápida investigação sobre as políticas adotadas na Argentina durante esses anos.

O presidente do país, Carlos Menem, eleito em 1989, se apoiou em dois grandes pilares que sustentaram uma política exterior pautada em termos de política econômica. O primeiro pilar da política externa ficou conhecido por “princípio das relações especiais”, que se referia a uma relação estreita e preferencial com os Estados Unidos. Essa posição se sustentava pela noção de realismo periférico, que propunha que, reconhecida a hegemonia deste país, a Argentina deveria se alinhar visando obter benefícios. Em outras palavras, essa ideia estabelece o “alinhamento com os Estados Unidos, entendido em termos de aceitação realista da liderança norte- americana no hemisfério Ocidental³⁷”. O segundo pilar da política exterior de Menem consiste na aceitação do paradigma neoliberal econômico. Por essa via, o presidente implementou um dos mais “ousados” programas de reformas liberalizantes pró-mercado baseado na privatização das empresas públicas, abertura comercial, liberalização financeira, reformas trabalhistas e um projeto de estabilização partindo da adoção de uma taxa de câmbio fixa (VADELL, 2006).

Painceira e Carcanholo (2002) ressaltam que, nesse período, as reservas do país cresceram consideravelmente em virtude da forte entrada de capital externo que se sucedeu ao processo de abertura financeira, fazendo com que a participação das reservas sobre o total da dívida externa fosse aumentando até chegar aos 16,68% no final do ano de 1994. Todavia, com os reflexos da crise mexicana, essa proporção cai no primeiro trimestre do ano seguinte para 9,5%, voltando a crescer após esse momento e se estabilizando em torno dos 17% até o final de 2000. No ano de 2001, quando é deflagrada a crise no país, com a ruptura do regime cambial, as reservas voltam a apresentar tendência de queda, chegando a 9,7% no primeiro trimestre de 2002.

³⁷O principal norte da política argentina nesse período foi a aceitação do paradigma neoliberal conforme o Consenso de Washington. O neoliberalismo econômico foi apresentado pelos centros de poder mundial (os EUA, as instituições econômicas internacionais, grandes bancos, corporações transnacionais, e investidores financeiros) como a solução para todos os problemas dos países subdesenvolvidos (VADELL, 2006). Representantes desses centros se reuniram em Washington em 1989 e criaram um receituário de políticas econômicas liberalizantes a ser seguido pelos países subdesenvolvidos. Dentre as recomendações constava a privatização, maior abertura externa e estabilização macroeconômica.

No campo da política regional, merece destaque o processo de integração econômica com o Brasil, Uruguai e Paraguai. O governo Menem aprofundou a relação entre esses países, simbolizando um processo de continuidade à iniciativa dos governos de Alfonsín e Sarney de criação de um bloco econômico regional. Assim, em 1991, o Mercado Comum do Sul (Mercosul) foi criado e conformado no auge dos programas econômicos liberalizantes. Entretanto, a visão do governo Menem foi a de um Mercosul como um primeiro passo em direção a uma liberalização mais ampla (VADELL, 2006).

Em 1999, o presidente Fernando de la Rúa do governo da Aliança assumiu o poder. Basicamente, a política externa se manteve pautada pela política econômica apoiada internacionalmente pelos Estados Unidos, o que significou uma continuidade política. Todavia, a situação econômica era muito delicada e o país sofria uma recessão que parecia não ter fim, desde 1998, devido a, entre outros fatores, deterioração das relações do país com o Brasil. Após uma década recheada de reformas econômicas liberalizantes, abertura comercial e financeira, a Argentina atingiu em 2001 sua pior crise econômica desde os anos de 1930. Esse cenário culminou na renúncia do presidente De La Rúa e no início do governo de Néstor Kirchner em 2003, período marcado pelas mudanças significativas tanto em relação à política externa como no modo de ver a economia (VADELL, 2006).

Nesse sentido, Vadell (2006) destaca dois aspectos relevantes do governo Kirchner. O primeiro consiste na resolução da saída da moratória por meio de uma negociação com os credores privados e com o FMI. A saída do país dessa condição, conseguindo acordos vantajosos, somada a reestruturação da dívida externa, refletiram positivamente em grande parte da população. Em segundo lugar, as relações com o Brasil foram colocadas como prioridade da política externa. As relações com o Brasil foram intensificadas como um mecanismo destinado a maximizar a margem de manobra da Argentina em relação aos Estados Unidos e frente à União Europeia, especificamente nas negociações comerciais internacionais e dentro da Organização Mundial de Comércio (OMC). Em outras palavras, a estratégia do governo Kirchner girou em torno do fortalecimento do Mercosul e das políticas de regionalização como elementos prioritários, inclusive como base para um meio de desenvolvimento alternativo à proposta do Consenso de Washington. Essa estratégia política e econômica se afasta dos princípios econômicos e liberais difundidos no país na década de 1990.

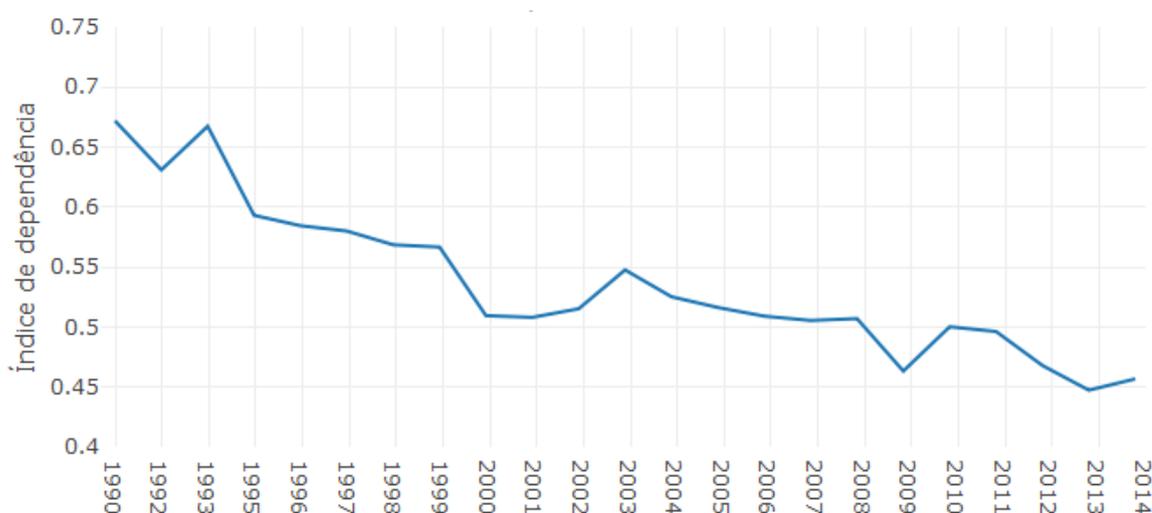
Para Paineira e Carcanholo (2002), se observados alguns indicadores de vulnerabilidade externa, como o déficit em transações correntes em proporção do PIB, a crise que se refletiu com mais intensidade na Argentina em 2001 não seria neles retratada. De maneira geral, os autores consideram que os indicadores da Argentina aparentam uma redução

da vulnerabilidade externa argentina, ressaltando ainda que os indicadores refletem situações conjunturais que resultam da própria crise.

No geral, a década de 1990 e a primeira década de 2000 representam períodos distintos na condução da política econômica na Argentina, como denotou o gráfico. Na primeira década, houve o aprofundamento das medidas neoliberais à medida que, na segunda década, o Estado tem maior participação nas relações econômicas.

O Gráfico 3 apresenta o índice agregado de dependência econômica para o Brasil, no período de 1990 até 2014.

Gráfico 3 - Índice agregado de dependência econômica - Brasil (1990 a 2014)



Fonte: Elaboração própria.

A partir deste gráfico, podemos observar que o índice de dependência da economia brasileira está em um patamar mais elevado que o da economia argentina, apresentado anteriormente. O Brasil inicia a década de 1990 com quase 0,7 de dependência econômica, enquanto a Argentina, apresentada anteriormente, inicia a sua trajetória em torno de 0,45. Todavia, para o Brasil, verifica-se uma tendência de queda, ainda que em alguns anos o país tenha apresentado uma elevação do índice como de 1992 a 1993 ou de 2002 a 2003. Além disso, é interessante notar que, no ano que sucedeu a crise financeira de 2008, o índice de dependência da economia, tanto para o Brasil como na Argentina, apresentou uma queda, mais acentuada no Brasil.

No Brasil, o período que se estende de 1990 ficou marcado por inflexões na condução da política econômica. Neste ano, Fernando Collor assumiu a presidência do Brasil em um

cenário de inflação de mais de 80% ao mês. Como esperado, anunciou um drástico plano de estabilização. De acordo com Abreu e Werneck (2014), o programa econômico proposto incluiu reformas estruturais centradas na abertura comercial, na redução do Estado como produtor de bens e serviços e na reorganização da administração pública federal. Além disso, o governo anunciou mecanismos de contração da demanda agregada e um esforço de ajuste fiscal.

No ano seguinte, o quadro inflacionário persistia, o quadro fiscal do país estava em franca deterioração e a economia havia se tornado muito mais instável, devido a crescente volatilidade das expectativas dos agentes. Além disso, a desvalorização cambial deflagrou o aumento da volatilidade no mercado cambial que contribuiu para intensificar ainda mais a rápida aceleração da inflação. Em 1992, a situação tornou-se insustentável e Collor acabou renunciando quando o processo de impeachment estava prestes a ser concluído (ABREU; WERNECK, 2014). Apesar das propostas de estabilização terem fracassado, Collor tornou efetiva a implementação de duas reformas principais: privatização e liberalização comercial.

Até o momento é importante sublinhar então que a liberalização comercial brasileira merece destaque nesse período, 1990-1993, quando ficou decidido reduzir as barreiras não tarifárias eliminando as proibições de importações e as licenças de importação usadas de forma mais ou menos permanente desde o final da década de 1940.

Como substituto interino de Collor, Itamar Franco ocupou a presidência do país. No ano de 1993, Fernando Henrique Cardoso (FHC) assumiu o Ministério da Fazenda. Com a inflação elevada, o governo se via fortemente pressionado a implementar um programa eficaz de combate à alta inflação. Nesse cenário e, após muitos esforços, o governo articulou o Plano Real. No início de 1995, o boom de demanda induzido pelo Plano Real, levou a uma rápida deterioração do saldo da balança comercial. Logo, com a imposição de medidas de contenção de demanda, a balança comercial voltou a ser superavitária. As altas taxas internas de juros deram forte estímulo à entrada de capitais externos ao longo do segundo semestre de 1995. Ao mesmo tempo, a dinâmica do endividamento público destacava a necessidade de um ajuste fiscal substancial em 1996, o que significava impor restrições orçamentárias rígidas aos governos subnacionais (WERNECK, 2014).

Em um balanço geral dos anos 1990 no Brasil, pode-se considerar que foi uma década de grandes mudanças para o país. O período foi marcado pela entrada de bancos estrangeiros, mudança de legislação e um significativo processo de privatização. Apesar das muitas mudanças, o resultado foi, sobretudo, baixo crescimento econômico e elevação da taxa de desemprego. O presidente Fernando Henrique Cardoso foi reeleito, ficando no poder até o ano de 2002.

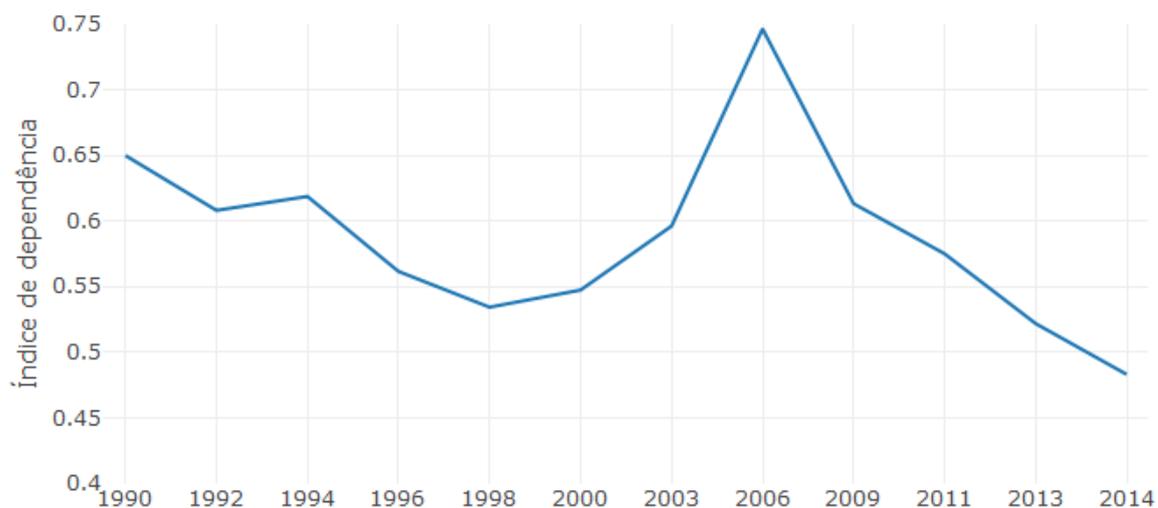
De 2003 a 2010, no período Lula, o desempenho da economia brasileira evidencia resultados gerais melhores do que o período anterior. Inicialmente, a política econômica adotada foi voltada para a estabilidade do nível geral de preços e austeridade fiscal. O governo Lula estabeleceu metas de inflação de 8,5% em 2003 e 5,5% em 2004, elevação da taxa de juros SELIC e meta de superávit de 3,75% em 2002 para 4,25% do PIB em 2003, via aumento de arrecadação. Até 2006, portanto, a política econômica pode ser caracterizada como uma política, sobretudo, de cunho ortodoxo. O ano de 2006 é considerado um ponto de inflexão na condução da política econômica devido à substituição de Antonio Palocci, até então Ministro da Fazenda, por Guido Mantega. A primeira mudança significativa foi no gasto público atrelado à arrecadação. O governo afrouxou a meta proposta anteriormente de superávit de 4,25%, foi criada uma banda de tolerância para meta fiscal, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ganhou relativa importância e o governo ficou marcado pelas políticas sociais, como a ampliação do programa Bolsa Família (WERNECK, 2014).

No ano de 2008, o fato que desperta atenção é que os efeitos da crise na economia brasileira diferiram bastante dos impactos sofridos nas crises anteriores. As crises costumavam impactar no balanço de pagamentos e ocasionavam no aumento da dívida pública. Dessa vez, devido às mudanças na economia brasileira ao longo da década, a desvalorização cambial acarretou na redução da dívida pública.

De forma geral, sobre a década de 2000 pode-se considerar como principais aspectos, a ruptura da política econômica no ano de 2006, consolidação de um processo de estabilização e implementação de políticas sociais de extrema importância. Todavia, vale ressaltar que algumas questões antigas não foram solucionadas como baixa taxa de investimento, poupança doméstica e competitividade deficiente (WERNECK, 2014).

O Gráfico 4 apresenta o índice agregado de dependência econômica para o Chile, no período de 1990 até 2014.

Gráfico 4 - Índice agregado de dependência econômica - Chile (1990 a 2014)



Fonte: Elaboração própria.

A trajetória da dependência econômica no Chile desperta atenção, já que difere bastante da que a Argentina e o Brasil apresentaram. O índice se reduz de 1994 a 1998 e a partir deste ano o índice cresce até 2006, vertiginosamente. No ano de 2006, o índice de dependência econômica no país atinge seu ponto máximo, com 0,746. Além disso, 2006 é um ponto de inflexão na trajetória do grau de dependência da economia chilena, já que a partir deste ano o índice volta a apresentar trajetória decrescente. Em 2014, o índice encerra sua trajetória com o valor de 0,483.

O começo do período no Chile ficou conhecido como uma das maiores etapas de prosperidade da história econômica do país, acompanhado de uma taxa de crescimento anual superior a 7%, que foi sustentada entre 1990 a 1998 (FFRENCH-DAVIS, 2003). Além do crescimento econômico, a década de 1990 ficou marcada pela continuidade da adoção das medidas neoliberais, processo que se iniciou nos anos 1970, no governo Pinochet. A partir de então, o país passou por um processo de privatizações, desregulamentação e atração de capital externo.

Visando solucionar os desequilíbrios macroeconômicos do período anterior, de 1988 a 1989, o governo anunciou medidas como aumento das taxas de juros, visando controlar a demanda agregada e conter a inflação. Segundo Ffrench-davis (2003), o impacto desse programa de ajuste foi menos severo e rapidamente o quadro foi revertido. Mais tarde, no governo Frei (1994-1999), o processo de liberalização e abertura financeira continuou

gradualmente com reformas em benefício do capital ingressante e elevação das possibilidades para grandes empresas captarem recursos no mercado externo (CARCANHOLO, 2004).

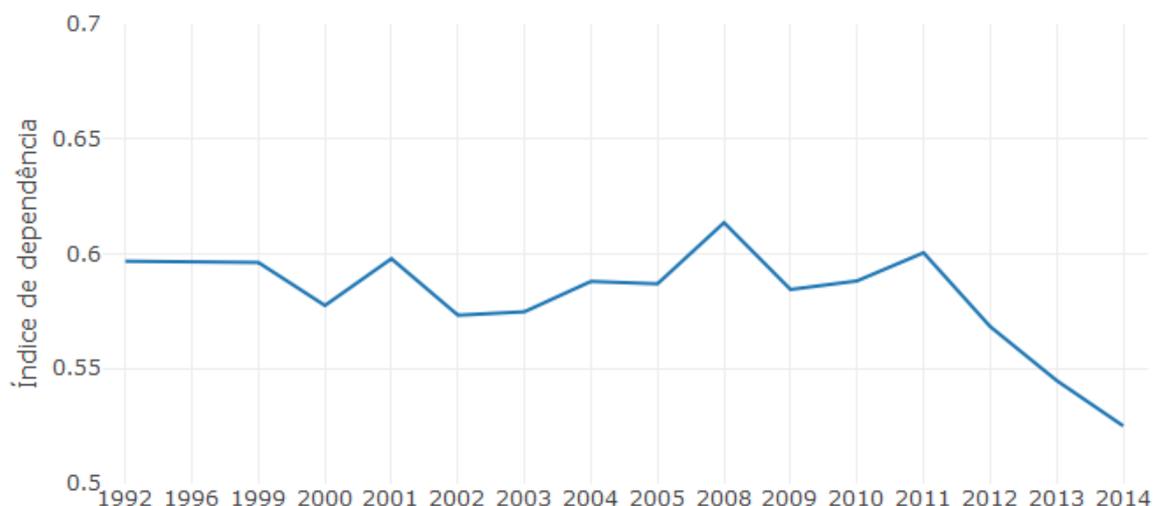
A parte final do governo do presidente Eduardo Frei (1999) e os primeiros anos do governo Lagos (2000-03) se caracterizaram por um período de recessão no cenário econômico. A queda abrupta da atividade econômica girou em torno do setor exportador, que representava cerca de 70% do PIB. Os autores apontam que a queda de 4,5% do crescimento, de 1999 a 2003, é explicada pela queda do dinamismo das exportações, se comparado ao período de 1990-98 (FFRENCH-DAVIS, 2003). Dessa maneira, pode-se considerar o ano de 1998 como um ponto de inflexão da política econômica chilena. Carcanhola (2004) mostra que a formação bruta de capital fixo caiu consideravelmente no final deste ano e, ainda que tenha se recuperado conjuntamente em 2001 e 2002, não voltou aos níveis anteriores a 1998.

Já na década de 2000, sob o ponto de vista comercial, Carcanhola (2004) aponta que os acordos que o país firmou aprofundaram a estratégia de abertura externa. Além disso, a política de altas taxas de juros visando atrair capital externo foi mantida, o que culminou no aprofundamento da vulnerabilidade externa da economia chilena. Essa vulnerabilidade define um “piso” para a redução da taxa de juros definindo uma restrição ao crescimento econômico, agravada pela redução do gasto público em virtude da política fiscal austera e da concentração de renda no país. Segundo o governo, a estratégia econômica de uma política fiscal austera se justifica na tentativa de redução do endividamento público e com isso reduzir a exigência do mercado por maiores taxas de juros para financiar a dívida pública.

Dessa forma, pode-se considerar que o aprofundamento da abertura externa leva à elevação da vulnerabilidade externa, que se manifesta via desequilíbrios crescentes de fluxo, desequilíbrios de estoque, redução da autonomia de política e elevação da fragilidade financeira interna da economia. De modo geral, é fato que tanto na década de 1990 como nos anos 2000, o país manteve as diretrizes neoliberais de desenvolvimento. Todavia, o que tem incitado debate é o efeito que a adoção da política neoliberal tem produzido no Chile. Autores como Carcanhola (2004) advogam que o neoliberalismo aprofundou a vulnerabilidade externa o que gerou restrições ao crescimento econômico, ao passo que, defensores do neoliberalismo apontam a experiência do Chile como um exemplo a ser seguido.

O Gráfico 5 apresenta o índice agregado de dependência econômica da Colômbia.

Gráfico 5 - Índice agregado de dependência econômica - Colômbia (1992 a 2014)



Fonte: Elaboração própria.

Os resultados obtidos para a Colômbia mostram que o país tem um grau elevado de dependência econômica, principalmente quando comparado à Argentina. Quando comparado com o Brasil e o Chile, observa-se que esses países também atingiram um patamar elevado de dependência, mas estritamente durante a década de 1990. A Colômbia persiste em um patamar mais elevado ainda que no ano de 2014. Observamos ainda que o Brasil e o Chile encerram sua trajetória com 0,45 e 0,48, respectivamente, enquanto a Colômbia encerra o ano de 2014 com uma dependência econômica de 0,52.

De uma forma geral, quando se analisa a história da política exterior colombiana é importante ressaltar que, em grande parte do tempo, ela esteve sob uma forte influência dos Estados Unidos. O país ficou conhecido por seguir uma doutrina que estabelecia o alinhamento incondicional às diretrizes dos EUA em matéria de política externa, sob a convicção que, além de pertencer à zona de influência da “estrela polar do norte”, a Colômbia poderia tirar algum proveito dessa associação (SANTOS, 2010). Essas medidas, entre outros fatores, podem explicar o grau de dependência encontrado para o país no período.

Ao seguir os postulados neoliberais, observa-se que o governo colombiano implementou uma série de reformas visando a abertura econômica, desregulamentação e liberalização do mercado (ECHAVARRÍA, 2001). O autor evidencia ainda que, neste período, foi registrada a maior expansão dos gastos públicos na história do país. Assim como na Argentina, tais reformas promovidas na Colômbia foram inspiradas no Consenso de Washington. Além disso, a Colômbia experimentou um aumento significativo no que diz

respeito à entrada de capital que, no geral, é explicada por variações nas taxas de juros (CÁRDENAS; BARRERA, 1997).

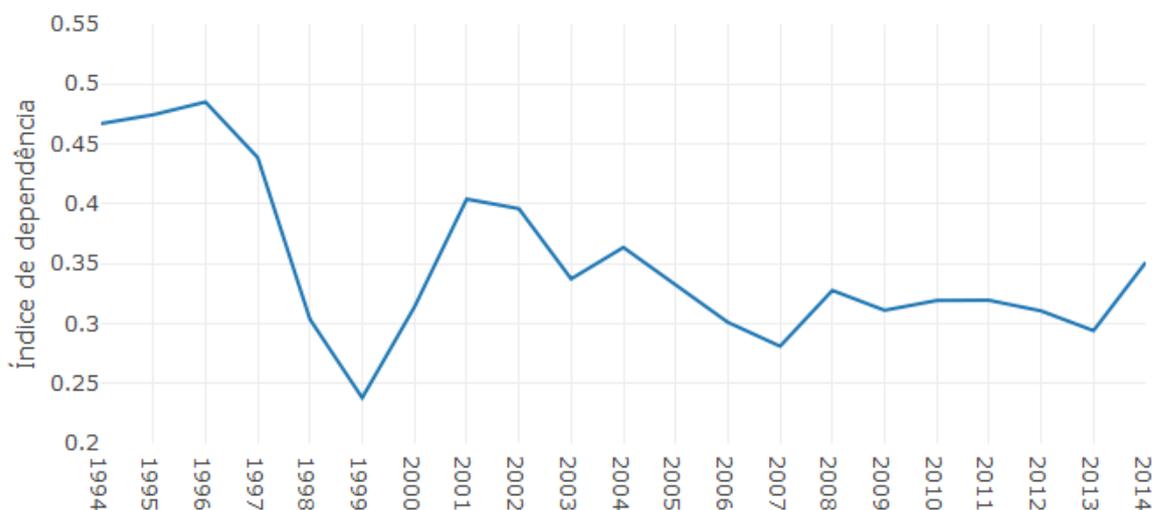
De maneira geral, o que explica o aumento da vulnerabilidade do país neste período é o aumento dos gastos públicos e privados, a deterioração do balanço de pagamentos e valorização da taxa de câmbio (ECHAVARRÍA, 2001). Mais tarde, em 1998 e em 1999, a economia do país entrou em recessão gerando efeitos como baixa geração de empregos, baixos níveis de investimento e concentração de renda. O autor aponta ainda que essa série de consequências negativas sobre a atividade econômica da Colômbia se deve à adoção do receituário neoliberal, desde o começo da década de 1990.

De 2002 a 2006, o país foi governado pelo presidente Álvaro Uribe. De acordo com Villa e Viana (2010), Uribe organizou sua candidatura para as eleições sob o nome do movimento *Primero Colombia* que se caracterizava pela extrema heterogeneidade política entre seus integrantes, que provinham do Partido Liberal e do Conservador. A partir da vitória do candidato, essa coalizão passou a ser chamada de “bancada uribista”. Para os autores, o presidente representa uma proposta de formação de um Estado nacional colombiano a partir da visão o conservadorismo emergente no país. Álvaro Uribe se reelegeu em 2006. Os resultados da eleição representam uma opção dos eleitores colombianos em relação às propostas de aprofundamento da democracia no país. No aspecto externo, as iniciativas conjuntas da Colômbia e dos Estados Unidos, de ênfase na “guerra às drogas” e na “guerra ao terror”, também incrementaram algumas pressões regionais, especialmente vindas dos vizinhos andinos.

No geral, observando o governo de Uribe, fica evidente que a Colômbia incorporou várias diretrizes da política de segurança norte-americana para a resolução do seu complexo conflito interno. Além disso, a internacionalização do conflito armado trouxe uma alta dependência do governo colombiano em relação aos EUA em praticamente todos os principais temas do país, tais como, o próprio conflito armado, o narcotráfico, o desenvolvimento, o papel do Estado e a democracia (SANTOS, 2010). Esse alinhamento incondicional com os EUA, como solução para os problemas do país, tem implicado em postergar a busca de outros espaços na agenda internacional, tal como impedir outras estratégias para o tratamento de questões regionais em termos de segurança, comércio e integração (GUZMÁN, 2007; REYNALES, 2004; ROJAS, 2006).

O Gráfico 6 apresenta a trajetória do índice agregado de dependência econômica para a Costa Rica.

Gráfico 6 - Índice agregado de dependência econômica – Costa Rica (1994 a 2014)



Fonte: Elaboração própria.

A Costa Rica foi o primeiro país, do grupo de países latino-americanos estudados nesta pesquisa, que apresentou grau de dependência econômica em torno dos valores de 0,2 e 0,3. Este é ainda o país que apresentou a menor média de dependência econômica no período analisado, aproximadamente 0,35. De 1996 a 1999, observa-se uma queda abrupta seguida de uma elevação do índice até o ano de 2001. No restante do período, até 2014, é possível verificar algumas oscilações do índice, que encerra sua trajetória em 2014 com 0,351.

A década de 1990 na Costa Rica foi marcada por uma taxa de crescimento econômico de 5,3%. Entretanto, na década seguinte, essa taxa caiu para 4,1%. Na literatura, a trajetória de declínio do crescimento não é motivo de surpresa à medida que o país, enquanto país periférico tende a acompanhar o curso dos países desenvolvidos. Outro indicador que também apresentou queda na transição de uma década para outra, foi a inflação, que caiu de 16,9% na década de 1990 para 10,4% em 2000.

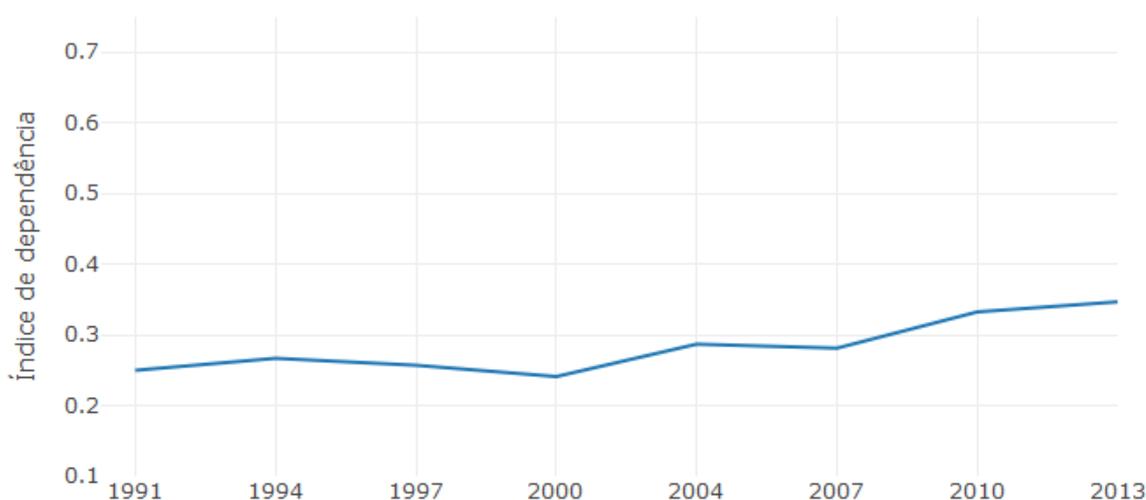
O presidente do país no início de 1990, Rafael Ángel Calderón Fournier, promoveu uma política liberal, realizando reformas fiscais, comerciais e financeiras que acarretaram em uma maior estabilidade econômica. Além disso, incentivou o aumento da produção, da exportação e da entrada de investimentos estrangeiros. No que diz respeito ao comércio, o país assinou o Acordo de Livre Comércio com o México. Seu sucessor, Figueres Olsen (1994 - 1998), manteve as propostas liberais do governo anterior, visando diminuir a participação do Estado nas atividades econômicas. Em 1998, assume Miguel Ángel Rodríguez Echeverría, defensor da privatização. Em seu governo, ainda que a economia tenha crescido graças à capacidade de

exportação, o desemprego passou de 5,4% em 1998 para 6,2% no ano seguinte e o déficit do governo geral aumentou, atingindo 4% do PIB.

Em 2002, as propostas do então presidente Abel Pacheco giravam em torno da obtenção de uma taxa de crescimento anual de 6%, essencial para alcançar receitas fiscais que permitissem balancear as contas. Além disso, nesse período houve uma intensificação dos esforços do governo da Costa Rica para estabelecer um Acordo de Livre Comércio (TLC) com os Estados Unidos. O governo sucessor, Óscar Arias (2006 – 2010) promoveu políticas econômicas no sentido de aprofundar o vínculo da Costa Rica com a economia mundial, como a ratificação do Acordo de Livre Comércio entre o país e os Estados Unidos.

O Gráfico 7 apresenta a trajetória do índice agregado de dependência econômica calculado para os Estados Unidos.

Gráfico 7 - Índice agregado de dependência econômica – Estados Unidos (1991 a 2013)

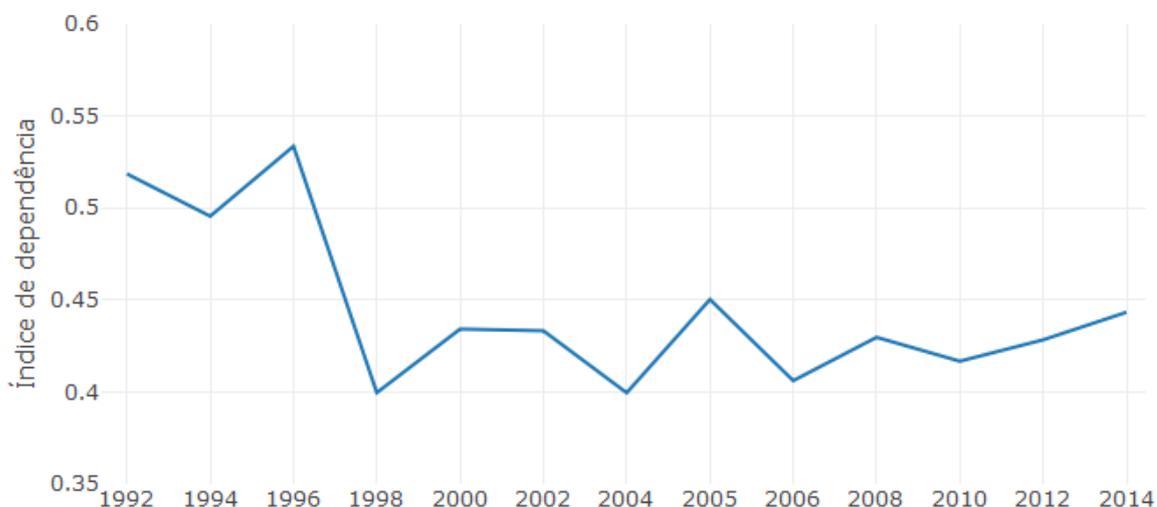


Fonte: Elaboração própria.

Ainda que os autores da teoria da dependência ressaltem que os mecanismos da dependência operam nos países periféricos e não nos países centrais, observar a trajetória do índice para os Estados Unidos é interessante porque permite visualizar que a linha de dependência das economias latino americanas se estabelece em um nível mais elevado do que a economia norte americana. Mais do que isso, esse resultado demonstra que o índice é, de fato, uma boa medida da situação de dependência de um país. Os Estados Unidos, país caracterizado por manter políticas de cunho neoliberal, exercem uma forte influência política e econômica no mercado internacional, forçando a abertura da economia de países como os da América Latina.

Além disso, o país adota medidas protecionistas no sentido de estabelecer taxas alfandegárias à entrada de produtos estrangeiros no país.

O Gráfico 8 apresenta o índice para a economia do México, no período de 1992 a 2014. Gráfico 8 - Índice agregado de dependência econômica - México (1992 a 2014)



Fonte: Elaboração própria.

O México, assim como os demais países da América Latina estudados nesta pesquisa, tem um índice de dependência mais elevado no começo da série do que a observação final, em 2014. Além disso, desperta atenção no gráfico a queda significativa do índice no período de 1996 a 1998. Observando a média dos países, é possível verificar que o México ocupa a posição de segundo país menos dependente do grupo de países periféricos deste estudo.

O governo do México adotou em 1985 o receituário neoliberal. No período que se seguiu, a “nova ordem” trouxe consigo, um aumento significativo do grau de concentração familiar da renda. Por um lado, a privatização das empresas dos setores mais atingidos pela abertura comercial e o acesso privilegiado de determinados grupos ao crédito externo favoreceram os grandes conglomerados financeiro-industriais. Por outro lado, a contenção dos gastos sociais, a expansão do desemprego e a queda da taxa de salário real ocasionaram em uma deterioração da situação econômica dos grupos de menor renda (GONTIJO, 1985). A concentração de renda verificada no México, também se deu em outros países da América Latina, como a Argentina e o Chile.

Além disso, o novo “modelo” resultou em uma expansão exponencial das importações, que cresceram em uma magnitude maior do que as exportações, provocando o rápido desaparecimento dos superávits comerciais. No lugar de superávits, teve início uma situação

deficitária, no sentido de ameaçar o equilíbrio externo. Outra consequência da liberalização comercial foi a debilitação do crescimento industrial, em razão do acirramento da concorrência externa (GONTIJO, 1985).

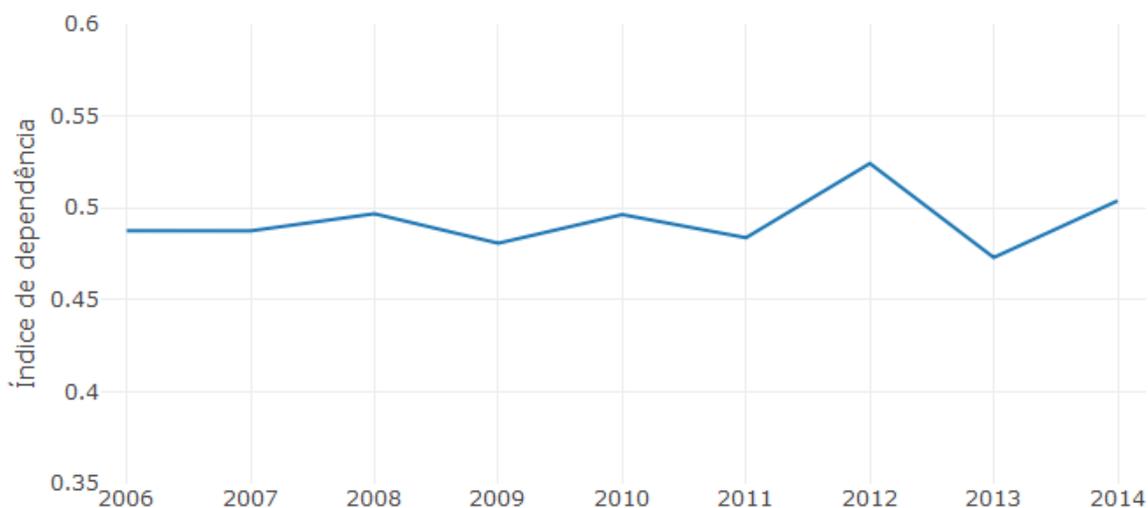
Nessas circunstâncias, Paineira e Carcanholo (2002) observam alguns indicadores da economia mexicana no período que se estende após o processo de abertura financeira. Até a crise cambial de dezembro de 1994, os juros líquidos em proporção das exportações se mantêm estável. A partir deste ponto, o indicador melhora pelo crescimento das exportações, que correspondiam a US\$ 65,9 bilhões no início de 1995 e chegam a US\$ 158,4 bilhões no final de 2001. Todavia, esse aumento das exportações não representou saldos comerciais positivos. Os déficits comerciais que marcaram a primeira metade da década de 1990 foram revertidos com a desvalorização cambial no início de 1995 e são retomados em 1998, atingindo um déficit de US\$ 10 bilhões ao final de 2001. Isso se deu, entre outros motivos, em função da grande participação das empresas nas exportações mexicanas.

Como efeitos da crise de 1994, observa-se uma trajetória de elevação da dívida externa líquida e uma forte recessão econômica. A partir de 1996, a recuperação econômica do país acarretou no crescimento do PIB e a dívida externa apresenta uma tendência de queda até o final de 1997. Logo depois, o indicador retoma sua trajetória de crescimento até o primeiro trimestre de 2002. Além disso, o forte crescimento dos juros líquidos sobre as reservas no final de 1994 é um reflexo do esgotamento das reservas internacionais que redundou na crise cambial desse ano (PAINCEIRA; CARCANHOLO, 2002).

De forma geral, a economia mexicana se divide claramente em dois momentos distintos. Antes da crise cambial de 1994, os indicadores observados no trabalho de Paineira e Carcanholo (2002), demonstram a fragilização crescente das contas externas do país. Após a deflagração da crise até o final da década de 1990, os indicadores, no geral, apresentam uma melhora relativa. No geral, pode-se considerar que o processo de abertura financeira aumentou a vulnerabilidade externa do país, à medida que a necessidade de financiamento externo aumentou no período retratado.

O Gráfico 9 apresenta os resultados obtidos para o Uruguai.

Gráfico 9 - Índice agregado de dependência econômica - Uruguai (2006 a 2014)



Fonte: Elaboração própria.

Devido à inexistência de dados de alguns subindicadores utilizados na construção do índice, só foi possível ver a trajetória do índice no Uruguai no período que compreende 2006 a 2014. Apesar da trajetória desse país chamar atenção durante uma queda de 2012 para 2013, de 0,52 para 0,47, pode-se considerar que o país segue o “padrão” dos demais países, uma vez que termina a trajetória com valor menor do que quando se inicia.

Assim como os países vizinhos, o Uruguai abriu sua economia e iniciou um processo de privatização das empresas estatais no início da década de 1990. Todavia, o movimento neoliberal foi menos intenso nesse país. De acordo com Pastorini e Martínez (2014), o Uruguai foi marcado por uma versão neoliberal menos avassaladora se comparada com as experiências da Argentina, do Chile e do Brasil, devido ao fato de que a reforma do Estado uruguaio, impulsionada pelos partidos tradicionais sob o governo de Luis Alberto Lacalle, conseguiu ser parcialmente detida pelo Plebiscito de 1992. Assim, graças ao Plebiscito algumas privatizações foram impedidas. Os gastos públicos diminuíram drasticamente, enquanto a taxa de desemprego cresceu. O presidente Lacalle governou o país até o ano de 1995.

Em março de 1995 quem assume é Julio María Sanguinetti do Partido Colorado. Nesse período, o que merece destaque é o plano do comércio à medida que a União Europeia e o Mercosul assinaram um acordo de cooperação e livre comércio. Logo em seguida, o governo posterior (Batlle, de 2000 a 2005) optou por manter o projeto de reformas estruturais que havia sido proposto por Sanguinetti, porém não conseguiu responder às dificuldades econômicas colocadas pela crise iniciada ainda em seu governo e agravada por uma crise financeira em

2002. Carmo e Pecequilo (2015) apontam que, essa crise de 2002 foi, em grande medida, uma implicação da crise originada na Argentina em 2001.

Outro fato relevante sobre o período de Batlle foi a aproximação com os EUA. O Uruguai, ao contrário da Argentina, encontrou acolhida no governo Bush, que foi favorecida, entre outros fatores, pela defesa da libertação da tripulação do avião espião norte-americano que havia feito um pouso de emergência na ilha de Hainan e apreendida pelo governo chinês em 2001. Esse movimento político em direção aos Estados Unidos influenciou sobre a estratégia de inserção econômica à medida que Batlle abriu negociações bilaterais para um acordo de livre comércio e investimentos com os EUA. Todavia, o acordo do livre comércio não foi concluído durante seu mandato. O governo que se seguiu, Tabaré Vázquez, de 2005 a 2010, acabou desistindo da proposta e optou por priorizar o MERCOSUL, considerando que era inviável permanecer no bloco e realizar um acordo de livre comércio com os EUA (CARMO; PECEQUILO, 2015).

Tendo isso em vista, o que se pode considerar é que o Uruguai, assim como os demais países periféricos, teve a década de 1990 marcada por uma série de reformas neoliberais. Todavia, devido aos plebiscitos, esse processo foi menos intenso neste país do que, por exemplo, a Argentina, o Brasil e o Chile. Simultaneamente, o país realizou um movimento no sentido de aproximação com os Estados Unidos, o que sugere fortalecimento dos laços comerciais entre ambos. Posteriormente, o presidente Vázquez toma medidas visando priorizar o Mercosul em detrimento aos acordos de livre comércio com os Estados Unidos anteriormente propostos.

Finalmente, se olharmos para o grupo de países como um todo, é possível destacar algumas considerações importantes sobre a trajetória da dependência durante o período analisado. O índice revelou que existe uma tendência de queda do grau de dependência da economia dos países da América Latina e isso se verifica no momento em que o índice de 2014, observado para esses países, é menor do que no início da década de 1990. Ao investigar a política econômica adotada pelos países durante este período, o que se pode sugerir é que a década de 1990 foi um grande marco da adoção de medidas neoliberais nessas economias, década na qual o índice atingiu as mais altas observações. O neoliberalismo, por sua vez, parece ter aprofundado, na maior parte desses países, a dependência de investimento estrangeiro. No exemplo da economia chilena, Carcanholo (2004) advoga que esse receituário aprofundou a vulnerabilidade externa, o que gerou restrições ao crescimento econômico do país. Além disso, com a criação do índice foi possível ordenar os países de forma que nos permite considerar que o Chile é o país que apresenta maior dependência econômica durante o período.

Por meio da proposta de um índice, esta pesquisa teve como objetivo contribuir na construção de uma estrutura metodológica que tornasse factível a análise de situações concretas da dependência. Mais do que a análise dos resultados apresentados, os maiores esforços foram centrados na metodologia. Diante do fato desta pesquisa ser limitada pela questão da disponibilidade e existência de dados capazes de representar as dimensões da dependência, optou-se pela utilização de subindicadores que agregassem tanto o fenômeno como seus efeitos. A mensuração da dependência da economia dos Estados Unidos foi uma importante ferramenta porque permitiu estabelecer uma comparação entre um país do centro e um periférico e compreender o quão os países da América Latina são mais dependentes do que um país do centro.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A teoria da dependência surgiu em meados da década de 1960, buscando entender e explicar o subdesenvolvimento dos países da América Latina. Os autores dessa teoria apontam que os países do centro se apropriam de uma mais-valia produzida nos países periféricos. Assim, essa mais-valia passa a integrar a dinâmica de acumulação dos países do centro, e não dos países periféricos, onde foi originada. Esse processo ficou conhecido, nos termos de Ruy Mauro Marini, como troca desigual. Essa transferência de valor para as economias centrais resulta em um mecanismo de compensação. Isto é, como a burguesia dos países periféricos é incapaz de compensar a perda de mais-valia no plano das relações de mercado, sua reação é compensar a perda de mais-valia no plano da produção interna, por meio da superexploração da força de trabalho.

De toda forma, a América Latina na qual a teoria da dependência tomou forma, se tornou distinta da América Latina que se tem hoje. Nesse sentido, esta pesquisa buscou resgatar a teoria da dependência e contribuir na construção de uma estrutura metodológica para análise da dependência nos países de uma forma concreta.

O primeiro capítulo da pesquisa, após a introdução, apresenta apontamentos importantes sobre as principais bases teóricas da dependência. Foi possível compreender como a dependência se configura nos marcos teóricos do imperialismo, partindo de suas teses clássicas e visualizar como a CEPAL desempenha um significativo papel quando a discussão trata da relação centro-periferia.

O segundo capítulo aborda a teoria da dependência minuciosamente, tanto pelo olhar de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, como pelas ideias de Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos. A leitura atenta deste capítulo permite entender como se deu o processo de integração dos países da América Latina na economia mundial, quais os aspectos que configuram e determinam a troca desigual entre os países, além do mecanismo da superexploração da força de trabalho.

Após a discussão teórica, esta pesquisa buscou, por meio da metodologia, encontrar respostas para as perguntas que incitaram os estudos acerca do tema. Para isso, o terceiro capítulo apresenta a metodologia da pesquisa, isto é, os passos adotados para a construção do IADE. Por meio da proposta de criação do índice, esta pesquisa preenche uma importante lacuna metodológica existente na teoria, além de contribuir efetivamente para a análise de situações concretas dos países periféricos. Essa foi a principal contribuição da pesquisa, já que

um índice, além de ser algo novo nos estudos deste tema, facilita a comunicação dentro da teoria em sua categoria abstrata.

Os principais resultados evidenciaram que o Chile ocupa a primeira posição no *ranking* dos países, ou seja, é o país com maior dependência (0,587), seguido pela Colômbia (0,582) e pelo Brasil (0,536). Os países da América Latina apresentaram uma tendência de queda na dependência econômica, ou seja, em geral, na década de 1990 o IADE estava em um patamar maior do que a partir dos anos de 2000. Sugeriu-se ainda que esses resultados encontrados possam ser fruto da política econômica adotada nos países durante o período analisado, ao passo que, de maneira geral, a década de 1990 foi marcada pela adoção do receituário neoliberal enquanto a partir de 2000, ainda que as medidas neoliberais tivessem sido mantidas, foram evidenciadas o fortalecimento de políticas regionais, no sentido de favorecer o bloco de países pertencentes ao Mercosul, e algumas políticas sociais. Os resultados obtidos para os Estados Unidos corroboram com a discussão da teoria que o coloca como país do centro, isto é, mostram um baixo grau de dependência econômica para o país. De forma geral, os resultados evidenciam ainda sua posição hegemônica sobre os países da América Latina.

Dessa forma, espera-se que a pesquisa tenha contribuído com um primeiro passo para a consolidação de uma metodologia que estrutura as análises concretas da situação de dependência, que a proposta de criação do índice tenha possibilitado um olhar para a dependência sob uma outra perspectiva, que esta pesquisa sirva de inspiração e de fonte para outros trabalhos futuros da dependência e por fim, que tenha contribuído com a literatura, não só avançando na direção de construir um índice, mas gerando discussão e provocando reflexão sobre a situação de dependência dos países.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, A.; SCHUKNECHT, L.; TANZI, V. Public sector efficiency: an international comparison. **Public choice**, v. 123, n. 3-4, p. 321-347, 2005.
- AMARAL, M. S. Neoliberalismo na América Latina e a nova fase da dependência. *In: V COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E ENGELS*, 5., 2007, Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2007.
- AMARAL, M. S. **Teorias do imperialismo e da dependência**: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo. 2012. 161 f. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- AMARAL, M. S.; CARCANHOLO, M. D. A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes. **Revista Katálysis**, v. 12, n. 2, p. 216-225, 2009.
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BADO, A. L. Das vantagens comparativas à construção das vantagens competitivas: uma resenha das teorias que explicam o comércio internacional. **Revista de Economia & Relações Internacionais**, v. 3, n. 5, p. 5-20, 2004.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Economia Bancária e Crédito - 2002**. Brasília, DF, 2002.
- BANCO MUNDIAL. **World Development Indicators Database**: total GDP 2002. World Bank, c2019. Disponível em: <http://www.worldbank.org/>. Acesso em: 2 out. 2018.
- BARAN, P. Sobre a economia política do atraso. *In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. A economia do subdesenvolvimento*. São Paulo: Contraponto: Centro Celso Furtado, 2010. p. 107-123.
- BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.
- BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- BORÓN, A. A questão do imperialismo. *In: BORÓN, A. A.; AMADEO, J.; ALTVATER, E. A teoria marxista hoje*: problemas e perspectivas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006. p. 459-483.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. As três interpretações da dependência. **Perspectivas**: revista de Ciências Sociais, São Paulo, v. 38, p. 17-48, 2010.
- BUGIATO, C. Teoria do imperialismo: John Hobson. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, Marília, v. 7, n. 2, p. 126-139, 2007.

BUKHARIN, N. I. **A economia mundial e o imperialismo**. São Paulo: Nova Cultural, 1985. cap. 1-10.

CAMPOS, F. A. de.; SABADINI, M. de S. Hilferding e o nexos imperialista entre capital financeiro e exportação de capital. **Revista Econômica**, v. 20, n. 2, 2019.

CARCANHOLO, M. D. A falsa via chilena: lógica, contradições e limites do modelo. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, São Paulo, n. 15, p. 34-61, 2004.

CARCANHOLO, M. D. Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 247-272, 2008.

CARCANHOLO, M. D. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 191-205, 2013.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CÁRDENAS, M.; BARRERA, F. On the effectiveness of capital controls: The experience of Colombia during the 1990s. **Journal of Development Economics**, Bogotá, v. 54, n. 1, p. 27-57, 1997.

CARMO, C. A.; PECEQUILO, C. S. **O Brasil e a América do Sul**: relações regionais e globais. 1. ed. Rio de Janeiro: Alta Books Editora, 2015.

COLISTETE, R. P. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 41, p. 21-34, 2001.

DUARTE, P. H. E. **Superpopulação relativa, dependência e marginalidade**: ensaio sobre o excedente de mão de obra no Brasil. 2015. 293 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

DUARTE, P. H. E.; GRACIOLLI, E. J. A teoria da dependência: interpretações sobre o (sub)desenvolvimento na América Latina. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E ENGELS, 5., 2007, Campinas. **Anais [...]**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2007.

ECHAVARRÍA, J. J. Colombia en la década de los noventa: neoliberalismo y reformas estructurales en el trópico. **Cuadernos de Economía**, v. 20, n. 34, p. 57-102, 2001.

FEENSTRA, R. C.; INKLAAR, R.; TIMMER, M. P. A próxima geração da tabela mundial da penn. **American Economic Review**, v. 105, n. 10, p. 3150-3182, 2015. Disponível em: www.ggdc.net/pwt. Acesso em: 20 nov. 2019.

FFRENCH-DAVIS, R. **Entre el neoliberalismo y el crecimiento con equidad**: tres décadas de política económica en Chile. 4. ed. Santiago: JC Sáez Editor, 2003.

FILGUEIRAS, L.; PINHEIRO, B.; PHILIGRET, C.; BALANCO, P. Modelo liberal-periférico e bloco de poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula. *In*:

GONÇALVES, R. **Os anos Lula**: contribuições para um balanço crítico. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 35-69.

FRANKLIN, R. S. P. **Um ensaio sobre a dependência a partir das relações econômicas do Brasil contemporâneo**. 2012. 132 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

FRANKLIN, R. S. P. **Teoria da dependência**: categorias para uma análise do mercado mundial. 2015. 296 f. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

FRANKLIN, R. S. P. Seria Fernando Henrique Cardoso um weberiano? *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 11.; CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 12., 2015, Vitória. **Anais [...]**. Universidade Federal do Espírito Santo, 2015.

FURTADO, C. **A economia latino-americana**: formação histórica e problemas contemporâneos. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S. de; TONETO JÚNIOR, R. **Economia brasileira contemporânea**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOLDENSTEIN, L. **Repensando a dependência**. 1994. 136 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

GONTIJO, C. Política de estabilização e abertura externa: uma análise comparativa das experiências do Chile, da Argentina e do México. **Revista de Economia Política**, v. 15, n. 1, p. 57, 1995.

GUZMÁN, S. B. La internacionalización del conflicto armado después del 11 de Septiembre: ¿la ejecución de una estrategia diplomática hábil o la simple ocurrencia de lo inevitable? **Colombia Internacional**, Bogotá, n. 65, p. 66-89, 2007.

HILFERDING, R. **O Capital Financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HOBSON, J. A. **Imperialismo**: um estudo. New York: James Pott and Co, 1902.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - Ipeadata. **Dados macroeconômicos e regionais**. [2018]. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 20 nov. 2018.

KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M. **Economia internacional**: teoria e política. 6. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2005.

LENIN, V. I. **O imperialismo**: fase superior do capitalismo. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

LUCE, M. S. **A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini**: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital: a história de uma categoria. 2011. 225 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. São Paulo: Abril Cultural, 1984. v.1-2.

MACHADO, L. T. A teoria da dependência na América Latina. **Estudos Avançados**, v. 13, n. 35, p. 199-215, 1999.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

MARIUTTI, E. B. Interpretações clássicas do imperialismo. **Textos para Discussão**, n. 216, fev. 2013. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/03/Mariutti-Imperialismo.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2018.

MARTINS, C. E. A teoria marxista da dependência à luz de Marx e do capitalismo contemporâneo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 31, n. 84, p. 463-481, 2018.

MARTINS, C. E.; FILGUEIRAS, L. A teoria marxista da dependência e os desafios do Século XXI. **Caderno CRH**, Salvador, v. 31, n. 84, p. 445-449, 2018.

MARX, K. Mais-valia absoluta e mais-valia relativa. In: MARX, K. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. cap. XIV, p. 577-587.

MARX, K. A lei geral da acumulação capitalista. In: MARX, K. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. cap. XXXIII, p. 715- 823.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: livro II: o processo de circulação do capital. 1. ed. São Paulo, Boitempo, 2014.

NAÇÕES UNIDAS. Comisión Económica para América Latina y el Caribe. **CEPALSTAT Bases de Datos y Publicaciones Estadísticas**. [2018]. Disponível em: <http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/Portada.html?idioma=spanish>. Acesso em: nov. 2018.

OLIVEIRA, N. M.; UDO, S. Revisitando o pensamento do Gunnar Myrdal e Amartya Sen sobre o Estado de Bem-estar social. **Revista Ciências Sociais em Perspectiva**, v. 15, n. 29, p. 153-169, 2016.

OSORIO, J. Sobre Superexploração e Capitalismo Dependente. **Caderno CRH**, Salvador, v. 31, n. 84, p. 483-500, 2018.

PAINCEIRA, J. P.; CARCANHOLO, M. D. **Abertura financeira e vulnerabilidade externa na América Latina**: os impactos sobre Brasil, México e Argentina. Rio de Janeiro: [s.n.], 2002. Disponível em:

http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2002/abertura_financeira_e_vulnerabilidade_externa_na_america_latina.pdf. Acesso em: 22 nov. 2018.

PASTORINI, A.; MARTÍNEZ, I. Tendências das mudanças da proteção social no Brasil e no Uruguai: a centralidade das redes mínimas na América Latina. **Revista Katálysis**, v. 17, n. 1, p. 59-67, 2014.

PEREIRA, L. P. **Transferência de valor e dependência: Brasil e Argentina (2000-2015)**. 2017. 102 f. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

PREBISCH, R. **O manifesto latino-americano e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

REYNALES, N. J. Implicaciones de la securitización en América desde la particularidad colombiana. **Investigación y Desarrollo**, v. 12, n. 2, p. 244-257, 2004.

ROJAS, D. M. Balance de la política internacional del gobierno Uribe. **Análisis Político**, v. 19, n. 57, p. 85-105, 2006.

SANTOS, M. Passado e presente nas relações Colômbia-Estados Unidos: a estratégia de internacionalização do conflito armado colombiano e as diretrizes da política externa norte-americana. **Revista brasileira de política internacional**, v. 53, n.1, p. 67-88, 2010.

SANTOS, T. dos. **Teoría de la dependencia: Balance y perspectivas**. México: Plaza y Janés, 2000.

SANTOS, T. dos. **Teoria da dependência: balanço e perspectivas**. Florianópolis: Insular, 2015. v. 1.

SMITH, A. **Uma investigação sobre a natureza e causas da riqueza das nações**. São Paulo: Editora Hemus, 2007.

UNIVERSITY OF GRONINGEN. **Maddison historical statistics: historical development**. Disponível em: <https://www.rug.nl/ggdc/historicaldevelopment/maddison/>. Acesso em: nov. 2018.

VADELL, J. A. A política internacional, a conjuntura econômica e a Argentina de Néstor Kirchner. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 49, n. 1, p. 194-214, 2006.

VEIGA, J. E. da. Como pode ser medido o desenvolvimento. *In*: VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

VILLA, R. D.; VIANA, M. T. Os anos Uribe na Colômbia: segurança interna e aliança estratégica com EUA na construção do Estado-nação. **Carta Internacional**, v. 5, n. 2, p. 56-73, 2010.

WERNECK, R. L. F.; ABREU, M. de P. Estabilização, abertura e privatização, 1990-1994. *In*: ABREU, M. de P. **A ordem do progresso**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. cap. 15, p. 313-330.

WERNECK, R. L. F. Consolidação da estabilização e reconstrução institucional, 1995-2002.
In: ABREU, M. de P. **A ordem do progresso**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. cap. 16, p. 331-356.

Tabela 8 - Δ da média anual de horas trabalhadas por pessoa ocupada - valores padronizados

	Argentina	Brasil	Chile	Colômbia	Costa Rica	Estados Unidos	México	Uruguai
1990	0,575874484	0,582469692	0,627284853	0,583849328	0,620696769	0,557088922	0,615589538	-
1991	0,575513582	0,580693359	0,625760174	0,583627979	0,620696769	0,57954637	0,447422471	0,591976818
1992	0,575513582	0,580693359	0,625760175	0,583627979	0,62069677	0,582326952	0,588450427	0,591976818
1993	0,689186457	0,615889796	0,625760176	0,650903271	0,620696769	0,665731313	0,635366525	0,591976818
1994	0,689186457	0,615889796	0,625760175	0,650903271	0,620696769	0,661892882	0,704820698	0,591976818
1995	0,68070743	0,598115368	0,654447351	0,598973902	0,620696771	0,66726083	0,654447352	0,591976818
1996	0,458307511	0,598115368	0,693969067	0,598973902	0,620696768	0,601200656	0,693969068	0,591976818
1997	0,833908343	0,598115368	0,471585487	0,598973902	0,62069677	0,651140897	0,73946795	0,591976818
1998	0,570085051	0,598115368	0,722033088	0,598973902	0,620696768	0,650350661	0,427651894	0,578180084
1999	0,583443896	0,641946737	0,557968127	0,571386237	0,620696771	0,633321023	0,809011891	0,578180084
2000	0,515199703	0,537456641	0,577572128	0,441011243	0,620696768	0,608966821	0,438034477	0,537456641
2001	0,435504201	0,548122598	0,559628056	0,591722209	0,661995993	0,537160313	0,537647001	0,548122598
2002	0	0,490644296	0,633254494	0,591722209	0,612806345	0,555384615	0,748148958	0,490644296
2003	1	0,661784827	0,574602387	0,591722209	0,612806345	0,539340244	0,473272549	0,661784827
2004	0,680402984	0,571537143	0,605114273	0,591722209	0,442107807	0,616286613	0,56115511	0,571537143
2005	0,664439448	0,604385169	0,420246071	0,591722209	0,549970887	0,600558305	0,789414052	0,604385169
2006	0,789354521	0,63018923	0,634060286	0,591722209	0,612806345	0,609351581	0,48850276	0,63018923
2007	0,636480063	0,627036304	0,514870101	0,591722209	0,790696174	0,591515866	0,569791072	0,627036304
2008	0,6726735	0,649145717	0,523939054	0,591722209	0,659637003	0,578509584	0,742517723	0,649145717
2009	0,303855453	0,430798528	0,555363639	0,591722209	0,496725406	0,506395092	0,370817086	0,430798528
2010	0,585823649	0,604207331	0,596227964	0,591722209	0,496725407	0,643937617	0,740712569	0,604207331
2011	0,724061925	0,64895863	0,554613662	0,591722209	0,694283982	0,669827657	0,62436984	0,64895863
2012	0,699613161	0,559818104	0,548417651	0,533763673	0,449701085	0,607598621	0,544348254	0,559818104
2013	0,573321006	0,573594811	0,587324456	0,573594811	0,452439925	0,629122552	0,68366946	0,573594811
2014	0,612806345	0,612806345	0,541707167	0,612806345	0,59476129	0,632045221	0,623172826	0,612806345

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Tabela 1.

Tabela 9 - Esperança de vida ao nascer - valores padronizados

	Argentina	Brasil	Chile	Colômbia	Costa Rica	Estados Unidos	México	Uruguai
1990	0,556931	1	0,407355	0,788402	0,2688826	0,299151344	0,6084866	0,485785
1991	0,541018	0,9711457	0,3817539	0,777723	0,2553041	0,288189533	0,5802687	0,47256
1992	0,52454	0,9403112	0,35686	0,764498	0,24214993	0,270367751	0,5521216	0,458699
1993	0,508062	0,9075672	0,3328854	0,748444	0,2291372	0,28437058	0,524116	0,444059
1994	0,491584	0,8730552	0,3098303	0,729491	0,21605375	0,270862801	0,4966054	0,428501
1995	0,475318	0,8373409	0,287553	0,708062	0,20289958	0,270084866	0,4698727	0,412093
1996	0,459194	0,8011315	0,2660537	0,684866	0,18960396	0,241442716	0,4442716	0,39505
1997	0,443211	0,7650636	0,2451202	0,661245	0,17666195	0,212942008	0,4202263	0,377793
1998	0,427369	0,7298444	0,2249646	0,63819	0,16414427	0,202263083	0,3978784	0,360608
1999	0,41174	0,6959689	0,205587	0,616195	0,15219236	0,202121641	0,3774399	0,343918
2000	0,396605	0,6637199	0,1871994	0,595545	0,14087695	0,198302687	0,3589816	0,327793
2001	0,381966	0,633239	0,1701556	0,576167	0,13033946	0,184158416	0,3424328	0,312447
2002	0,368034	0,6042433	0,1545262	0,557567	0,12050919	0,17708628	0,3275106	0,297808
2003	0,354738	0,5763791	0,1405233	0,539392	0,11117398	0,170014144	0,3138614	0,283805
2004	0,342079	0,549505	0,1278642	0,521782	0,10233381	0,138118812	0,301273	0,27058
2005	0,329915	0,523338	0,1166195	0,504738	0,09377652	0,138118812	0,2894625	0,257992
2006	0,318175	0,4975248	0,1065064	0,488543	0,08528996	0,12397454	0,2782885	0,24604
2007	0,306577	0,4718529	0,0971711	0,473197	0,07673267	0,102758133	0,2676096	0,234512
2008	0,29505	0,4463225	0,0881895	0,45884	0,06782178	0,099080622	0,2572843	0,223338
2009	0,283522	0,4209335	0,0792079	0,445332	0,05848656	0,074257426	0,246959	0,212447
2010	0,271924	0,396181	0,0697313	0,432461	0,04837341	0,063578501	0,2364922	0,201697
2011	0,260184	0,3724187	0,0594767	0,420085	0,0374116	0,056506365	0,2255304	0,191018
2012	0,248515	0,3502122	0,048232	0,40785	0,02567185	0,049434229	0,2141443	0,180339
2013	0,236987	0,3297737	0,0359972	0,395545	0,01315417	0,049434229	0,2023338	0,169731
2014	0,22546	0,3110325	0,022843	0,383168	0	0,042362093	0,1900283	0,159123

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Tabela 2.

Tabela 10 - Índice de Gini - valores padronizados

	Argentina	Brasil	Chile	Colômbia	Costa Rica	Estados Unidos	México	Uruguai
1990		1	0,85201794		0,31838565			
1991	0,38565022				0,376681614	0		
1992	0,32735426	0,6726457	0,74439462	0,596413	0,33632287		0,511211	
1993	0,30044843	0,9820628			0,349775785			
1994	0,34529148		0,8161435		0,385650224	0,089686099	0,542601	
1995	0,47982063	0,9596413			0,33632287			
1996	0,50672646	0,9730942	0,74887892	0,838565	0,372197309		0,44843	
1997	0,48878924	0,9686099			0,331838565	0,116591928		
1998	0,56053812	0,9596413	0,77578475		0,33632287		0,470852	
1999	0,52017937	0,9327354		0,919283	0,426008969			
2000	0,57847534	0,9457399	0,65470852	0,919283	0,412556054	0,098654709	0,591928	
2001	0,67713004	0,9058296		0,852018	0,600896861			
2002	0,69955157	0,8923767		0,789238	0,614349776		0,484305	
2003	0,56053812	0,8699552	0,59641256	0,681614	0,497757848			
2004	0,4529148	0,8206278		0,744395	0,452914798	0,103139013	0,452915	
2005	0,42600897	0,8116592		0,695067	0,417040359		0,479821	
2006	0,37668161	0,7802691	0,44843049		0,502242152		0,426009	0,345291
2007	0,3632287	0,7488789			0,497757848	0,130044843		0,367713
2008	0,28251121	0,7085202		0,7713	0,470852018		0,286996	0,309417
2009	0,25560538	0,6950673	0,48430493	0,730942	0,556053812			0,331839
2010	0,21524664	0,6412556		0,744395	0,448430493	0,098654709	0,318386	0,282511
2011	0,1838565	0,6591928	0,42152466	0,690583	0,470852018			0,179372
2012	0,13452915	0,6457399		0,659193	0,466367713		0,32287	0,076233
2013	0,12556054	0,6547085	0,40807175	0,659193	0,497757848	0,125560538		0,103139
2014	0,14349776	0,5964126	0,42600897	0,654709	0,466367713		0,340807	0,085202

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Tabela 3.

Tabela 11 - Índice de incidência de pobreza - valores padronizados

	Argentina	Brasil	Chile	Colômbia	Costa Rica	Estados Unidos	México	Uruguai
1990		1	0,582010582		0,492063492			
1991	0,0978836				0,597883598	0		
1992	0,11111111	0,96560847	0,423280423	0,57936508	0,502645503		0,5291005	
1993	0,1349206	0,94444444			0,407407407			
1994	0,1269841		0,396825397		0,341269841	0,007936508	0,5238095	
1995	0,2089947	0,69312169			0,354497354			
1996	0,2328042	0,7037037	0,30952381	0,83068783	0,423280423		0,7354497	
1997	0,2142857	0,71693122			0,346560847	0,007936508		
1998	0,2486772	0,65343915	0,283068783		0,267195767		0,6746032	
1999	0,2645503	0,7037037		0,93386243	0,328042328			
2000	0,3148148	0,65343915	0,30952381	0,79365079	0,343915344	0,007936508	0,5740741	
2001	0,4391534	0,6031746		0,94973545	0,261904762			
2002	0,6746032	0,57407407		0,78306878	0,240740741		0,505291	
2003	0,3915344	0,6031746	0,285714286	0,7010582	0,235449735			
2004	0,3015873	0,55291005		0,68253968	0,222222222	0,013227513	0,4100529	
2005	0,2460317	0,5026455		0,6005291	0,185185185		0,4656085	
2006	0,1931217	0,43386243	0,177248677		0,182539683		0,3201058	0,079365079
2007	0,1640212	0,3968254			0,119047619	0,013227513		0,058201058
2008	0,1455026	0,33862434		0,57936508	0,119047619		0,3465608	0,029100529
2009	0,1402116	0,31216931	0,158730159	0,52910053	0,126984127			0,029100529
2010	0,0793651	0,28306878		0,46825397	0,087301587	0,013227513	0,3518519	0,015873016
2011	0,0502646	0,25396825	0,105820106	0,41269841	0,095238095			0,007936508
2012	0,0529101	0,21164021		0,39417989	0,092592593		0,3280423	0,010582011
2013	0,0449735	0,1984127	0,05026455	0,35978836	0,087301587	0,013227513		0,002645503
2014	0,0555556	0,16402116	0,063492063	0,33068783	0,082010582		0,3571429	0

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Tabela 4.

Tabela 12 - Remessa de juros, lucros e dividendos (% do PIB) - valores padronizados

	Argentina	Brasil	Chile	Colômbia	Costa Rica	Estados Unidos	México	Uruguai
1990	0,2551758	0,214621	0,397132	0,3276162	0,2749343	0,042030906	0,223044	0,168072
1991	0,1840252	0,202914	0,387148	0,28081356	0,21309089	0,035390627	0,185453	0,085123
1992	0,0726837	0,171223	0,312419	0,25780259	0,173725	0,033841523	0,177672	0,051418
1993	0,0480518	0,193077	0,259087	0,18361644	0,17749983	0,033898857	0,190175	0,051035
1994	0,0266576	0,113423	0,341511	0,15212018	0,08516986	0,023481786	0,13	0,068016
1995	0,0240941	0,073567	0,28947	0,14624444	0,12849214	0,026492668	0,207488	0,039265
1996	0,0371459	0,071911	0,225423	0,16358533	0,10546653	0,026536352	0,262072	0,019673
1997	0,0295061	0,086861	0,208	0,16100157	0,1436625	0,015995034	0,195394	0,015632
1998	0,0242439	0,109531	0,146197	0,12661649	0,25229141	0,007755753	0	0,009852
1999	0,0145449	0,156649	0,197015	0,14843828	0,33933881	0,015304588	0,167487	0,012384
2000	0,0111529	0,117125	0,250559	0,15727666	0,3812938	0,019404017	0,158843	0,023482
2001	0,028675	0,148755	0,226522	0,15542187	0,37106974	0,026591006	0,136854	0,02829
2002	0,1328805	0,158461	0,27244	0,14216265	0,3665663	0,022527963	0,113787	0,331963
2003	0,1119901	0,144831	0,451649	0,18963029	0,35543613	0,03040031	0,106719	0,340739
2004	0,1445579	0,125257	0,610715	0,20806136	0,34650925	0,042003918	0,094273	0,347363
2005	0,1633113	0,131672	0,689377	0,23051103	0,28339383	0,040505642	0,146402	0,232164
2006	0,1968919	0,122363	1	0,25319045	0,26251591	0,022405336	0,129905	0,17838
2007	0,1700406	0,13229	0,948562	0,2769927	0,18734789	0,053746565	0,139955	0,179703
2008	0,1621173	0,158985	0,699682	0,28837205	0,27354343	0,078226251	0,118298	0,246194
2009	0,1956212	0,122592	0,599326	0,2504879	0,32036811	0,069767544	0,131327	0,268092
2010	0,2338768	0,185993	0,611838	0,2742221	0,31615486	0,095771921	0,095071	0,304022
2011	0,1901895	0,14696	0,50573	0,3299837	0,27662708	0,11491244	0,128282	0,277483
2012	0,155461	0,115439	0,420931	0,27669659	0,29535834	0,10872561	0,179964	0,501816
2013	0,1377443	0,042154	0,377848	0,24294587	0,30174918	0,104556664	0,241526	0,330643
2014	0,1244512	0,104397	0,272368	0,18994275	0,3333378	0,106470776	0,194408	0,410371

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Tabela 5.

Tabela 13- Exportações de baixa e média tecnologia (% do total dos manufaturados exportados) - valores padronizados

	Argentina	Brasil	Chile	Colômbia	Costa Rica	Estados Unidos	México	Uruguai
1990		0,9261513	0,95508			0,502148195	0,89413572	
1991		0,9466159	0,9988434	0,94626992		0,504237593	0,89005656	
1992	0,9018795	0,9512521	0,9927501	0,919629		0,501606242	0,848359025	
1993	0,9258538	0,966926	0,9925344	0,93589083		0,51946727	0,842583468	0,987112
1994	0,9538582	0,9564844	0,9963071	0,93836305	0,939	0,527047269	0,804555224	1
1995	0,9658466	0,9517293	0,9769162	0,92273278	0,9303766	0,538407322	0,784458694	0,988532
1996	0,9402839	0,9301779	0,9716985	0,90529112	0,9628775	0,530955667	0,774168086	0,988042
1997	0,9486948	0,9086607	0,9771087	0,90077541	0,8164912	0,515179695	0,745726194	0,995634
1998	0,9351201	0,878174	0,9715023	0,88848312	0,320257	0,490991937	0,718095904	0,996976
1999	0,8994256	0,8169838	0,9785535	0,89818251	0	0,474038685	0,693803109	0,991722
2000	0,8791307	0,7266436	0,9758368	0,90534007	0,190122	0,481898956	0,666071979	0,995083
2001	0,8805053	0,7182039	0,979544	0,91394941	0,4392614	0,501617221	0,672502999	0,995508
2002	0,906501	0,7625389	0,9697898	0,91456876	0,4361209	0,515196806	0,682738307	0,980688
2003	0,8865208	0,8367755	0,9555516	0,92364424	0,3022893	0,52799351	0,68318721	0,988232
2004	0,9056881	0,842684	0,9349135	0,93861792	0,4503479	0,60912943	0,685036494	0,983701
2005	0,9202025	0,8223462	0,9184368	0,9500555	0,4127425	0,625150996	0,711868192	0,986974
2006	0,9165015	0,8348168	0,9201526	0,96494216	0,3038839	0,542370011	0,722510115	0,973805
2007	0,9239788	0,8382402	0,9111895	0,9839179	0,2932428	0,588469299	0,751856319	0,975687
2008	0,884571	0,8418021	0,9247977	0,97066941	0,3899836	0,609651214	0,775405822	0,956517
2009	0,8899455	0,8165865	0,9396068	0,94633335	0,3126569	0,681746329	0,735606364	0,937687
2010	0,9105745	0,8486783	0,9380441	0,94899586	0,381101	0,70646324	0,755748436	0,924005
2011	0,9161788	0,8731399	0,9513972	0,96085178	0,3669115	0,736753295	0,762709681	0,93166
2012	0,9268848	0,8605754	0,9521627	0,94682178	0,3869418	0,74210106	0,765551105	0,879959
2013	0,9131591	0,8742714	0,9330579	0,91097478	0,3266182	0,741421005	0,772224468	0,890371
2014	0,9193932	0,8585864	0,9279778	0,9058067	0,4449039	0,734741365	0,771128234	0,90226

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Tabela 6.